

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Larissa Costa Duarte

PORNOTOPIA:
história, desafios e reimaginações das pornografias feministas

Porto Alegre
2014

Larissa Costa Duarte

PORNOTOPIA:
história, desafios e reimaginações das pornografias feministas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabíola Rohden

Porto Alegre
2014

Larissa Costa Duarte

PORNOTOPIA:

história, desafios e reimaginações das pornografias feministas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabíola Rohden

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fabíola Rohden (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Paula Sandrine Machado
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Patrice Schuch
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Regina Facchini
Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Cristina Dias cujas aulas de Introdução à Antropologia me fizeram deixar o curso de Letras para me aventurar nos “domínios exóticos” daquela disciplina da qual eu jamais ouvira falar ao longo do ensino médio. Agradeço também às professoras Andréa Lobo e Soraya Fleischer da Universidade de Brasília que, embora nunca tenham me orientado formalmente, foram grandes mentoras durante meu período no DAN.

Minha gratidão à Capes pela bolsa concedida e pelo investimento – este auxílio possibilitou minha total dedicação ao curso de mestrado. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter me recebido de portas abertas expandindo não apenas meus horizontes disciplinares, mas me proporcionando também novas interlocuções e amizades que estou certa de que perdurarão. Agradeço especialmente minha orientadora Fabíola Rohden pela disposição, ensinamentos, puxões de orelha e correções de crase. Espero que a parceria se estenda igualmente prolífica pelos anos vindouros.

Aos amigos que atravessaram comigo estes ótimos, mas algumas vezes angustiantes dois anos: muito obrigada. O companheirismo de vocês, dentro e fora de sala de aula, foi sempre um incentivo em tempos de dificuldade. Finalmente, aos meus familiares, que frequentemente se vêem em apuros para explicar aos demais o que faz um antropólogo, peço que não se preocupem: eu tampouco aprendi, em todos esses anos, a dar uma resposta concisa e satisfatória aos meus interlocutores – mas se alguém perguntar (como um taxista me perguntou uma vez) se é “tipo o Indiana Jones”, por favor, confirmem entusiasticamente. No mais, obrigada pela paciência e auxílio de todas as ordens.

RESUMO

A pornografia centralizou boa parte dos debates públicos sobre políticas sexuais nos Estados Unidos da América entre as décadas de 1970 e 1980. Largamente mobilizado por parte do movimento feminista, as políticas anti-pornografia do período levaram ao surgimento de uma contra-proposta singular: a chamada pós-pornografia, ou, como é mais frequentemente conhecida, a pornografia feminista. Esta dissertação é sobre o surgimento deste movimento bem como sobre seu projeto: analisarei, deste modo, o contexto sociopolítico que possibilitou o aparecimento da pós-pornografia, as implicações e associações teórico-ideológicas da mesma, as transformações ocorridas em sua ideação desde seu aparecimento até os dias atuais, e, finalmente, as relações entre este movimento e as teorias sociais discutidas e perpetradas pelas Ciências Sociais.

Palavras-chave: Pornografia Feminista; Pós-pornografia; Feminismo; Teoria Social; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT

Pornography has centralized much of the public debate about sexual policies in the United States between the 1970s and 1980s. Widely deployed by the feminist movement, the anti-pornography policies of the time led to the emergence of a natural counter-proposal: the so called post-pornography, or, as is more often known, the feminist pornography. This dissertation is about the rise of this movement as well as on its project: I will analyze, therefore, the socio-political context that enabled the rise of the post-porn, the implications and, theoretical and ideological associations of it, the changes that occurred in its ideation since its appearance until the present day, and finally the relationship between this movement and the social theories discussed perpetrated by the Social Sciences.

Keywords: Feminist Pornography; Post-porn; Feminism; Social Theory; Gender; Sexuality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Um Breve Apanhado Sobre a Pós-Pornografia.....	08
2. Técnicas do Corpo e Roteiros Sexuais.....	08
3. Empatia por Feministas Anti-Pornografia no Jardim do Éden.....	14
4. Investigando a Pós-Pornografia – Limitações, delimitações e pesquisa documental.....	19
5. Imagens Referentes à Introdução.....	24

1. PORNOPOPÉIA

1. A Pornografia Enquanto Objeto Antropológico – Histórico, desafios e abordagens teóricas.....	25
1.1 História da Sexualidade – A antropologia descobre Foucault.....	25
2. Gayle Rubin e as Falácias do Discurso Erótico.....	28
3. “Lixo urbano e pornografia” – Parâmetros, definições e mais desafios.....	31
4. <i>Scientia Pornographica</i> – Foucault, Muybridge, confissões e pornografia.....	37
5. Guerras do Sexo e Viradas teóricas.....	42
6. Imagens Referentes à Introdução.....	48

2. PORNOGATE

1. Guerras do Sexo, Contexto Sócio-histórico e Condições de Emergência da Pós-Pornografia.....	49
1.1 Linha do Tempo: Entendendo os debates.....	50
2. “Sexo, Mentiras e Videotape”: <i>snuff movies</i> e o dissenso feminista.....	53
2.1 “O filme que só poderia ter sido feito na América do Sul.”.....	54
2.2 Samoa – Os limites da autonomia feminista.....	55
3. Um Novo Xerife na Cidade – Ronald Reagan e a Nova Direita norte-americana.....	56
3.1 “O sexo é sempre político.” – Abstinência, AIDS, e pornografia.....	58
3.1.1 Educação e Abstinência: os perigos do incitamento ao sexo.....	59
3.1.2 AIDS, Moralidade, e Minorias Sexuais.....	62
3.1.3 “Pornografia é a teoria, estupro é a prática.” – instituindo uma política anti-pornografia.....	65
4. Imagens Referentes ao Capítulo 2.....	71

3. PORNOTOPIA

1. Contra a Corrente: emergência e genealogia da Pós-Pornografia.....	74
2. O que significa o “pós”, ou do que encontrei no cinema pós-pornô.....	83
2.1 Sobre iconografia, estereótipos e números sexuais.....	86
3. Imagens Referentes ao Capítulo 3.....	96

4. PORNOTEORIA

1. Fechando o Círculo – Ativismo, política e teoria social.....	107
1.1 “Uma questão de semântica”.....	107
2. Muito Além da Pornografia – ou de como o cinema adulto se tornou um bode expiatório.....	111
3. O Legado do Homem Branco.....	114
3.1 Realismo.....	116
3.2 Falocentrismo.....	118
3.3 Educação Sexual.....	119
3.4 Audiência.....	120
4. Entre Acertos e Desafios.....	121

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Últimas Reflexões.....	123
1.1 Sexualidade e Teoria Social.....	124
1.2 Contexto sócio-histórico, prazer, perigo e pânico sexual.....	126
1.3 Pós-Pornografia, estratégias críticas e teoria <i>queer</i>	128
1.4 Dissenso, crítica e pertinência: a pós-pornografia reencontra o ativismo radical.....	130
2. Últimas Considerações.....	131

REFERÊNCIAS	133
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

1. Um Breve Apanhado Sobre a Pós-pornografia

A pornografia tem sido, desde o final da década de 1970, arena de disputas ideológicas feministas a respeito de práticas eróticas, da sexualidade, e da representação das mesmas. Como nos lembra Linda Williams em uma das obras mais significativas da área de pesquisa que se convencionou chamar de Estudos de Pornografia (*Hard Core: Power, Pleasure, and the “Frenzy of the Visible”* de 1989), o pornô detém um repertório de imagens e ícones recorrentes dentre os quais estariam, por exemplo, a ejaculação masculina, o sexo anal, a predileção por determinados tipos de corpos e de genitais, e por certos estereótipos de gênero. Estas opções em detrimento de outras possíveis – e a repetição exaustiva de algumas destas imagens –, como não poderia deixar de ser, produzem e reproduzem determinados discursos e verdades a respeito do sexo que acabam por se tornar largamente predominantes no universo social ocidental.

Em meados da década de 1980, no entanto, um novo gênero surgiu e se firmou gradativamente justamente através da contestação de certos ícones e da ideologia do cinema hegemônico (voltado para o público masculino) propondo-se a oferecer uma versão alternativa e feminista deste aparato audiovisual de representação do sexo – a pornografia. Esta dissertação se interessa essencialmente pela vertente comercial deste gênero auto-intitulado “pós-pornografia” ou “pornô feminista” – expressões que intercambiarei sem distinção por motivos que explicitarei mais tarde. Evidentemente orientada por teorias *queer* e feministas, este contra-discurso tem construído seu próprio repertório iconográfico que, por vezes reitera escolhas da pornografia dominante, e por outras subverte com sucesso suas imagens e significados. O presente trabalho se propõe a refletir sobre a emergência da idéia de uma pornografia feminista, suas implicações sociais e teóricas, e sua história ao longo dos últimos trinta anos. Explicarei mais sobre a estrutura e a metodologia utilizadas nesta empreitada adiante neste capítulo.

2. Técnicas do Corpo e Roteiros Sexuais

Problematizar a suposta fronteira que separaria a “essência” de nossa humanidade de nosso repertório culturalmente adquirido tem sido, por muito tempo, um dos principais projetos da antropologia. Nesse sentido, *As Técnicas do Corpo* de Marcel Mauss se tornou um dos textos mais conhecidos da vasta produção das ciências sociais no século XX. Por “técnicas do corpo” o autor entende “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (2003, p. 401). O texto

muito provavelmente dispensa uma longa introdução. Basta dizer que, de acordo com as observações acuradas de Mauss, a maneira como cada grupo dispõe de seu corpo para as atividades mais diversas (caminhar, nadar, marchar, agachar-se, etc.) deve-se largamente a um aprendizado social. O autor muito provavelmente não foi o primeiro a atentar-se para esta particularidade da vida social, mas sua análise avançou esta discussão na disciplina de maneira irreversível.

Marcel Mauss talvez¹ não aprofunde a análise destas técnicas por onde hei de propor, mas acredito que minha extrapolação não trás novidades: da mesma maneira que aprendemos – através de observação, mímica, instrução formal e informal – a realizar das mais básicas a avançadas atividades corporais, também apreendemos todas as técnicas envolvidas na prática da sexualidade. Não aprendemos somente a performar o ato sexual: mas também a priorizar o que é mais ou menos excitante, que tipo de interação é apropriada ou não durante o intercurso, qual a “aparência” do orgasmo e como atingi-lo, etc. Este tema é explorado largamente por John H. Gagnon e William Simon nos artigos compilados em *Uma Interpretação do Desejo* (2006). Para os autores, desde o início do século XX temos nos proposto, enquanto cientistas sociais, a observar as “tendências específicas da conduta social” (2006, p.65) bem como as transformações no conteúdo das ideologias sexuais. Jeffrey Escoffier diz na introdução da compilação:

É inegável que o que convencionamos descrever como comportamento sexual enraíza-se em aptidões e processos biológicos, porém não mais que outras formas de comportamento. [...] A área sexual talvez seja precisamente o campo em que é mais completa a superioridade do plano sociocultural em relação ao biológico (ESCOFFIER, 2006, p.18).

Tratarei mais demoradamente sobre esta reivindicação da sexualidade pelas ciências sociais no capítulo seguinte. Por agora, basta reiterar a idéia de que o sexo é uma técnica do corpo socialmente apreendida por processos similares a pedagogia das demais atividades. São muitas as instancias de produção de verdades sobre o sexo no mundo ocidental: dispomos da medicina, da ciência, da lei, da moral, da pornografia, da psicologia, da religião, da arte, entre tantas outras. Estas esferas nos provêm com, e são providas por, referenciais simbólicos que compõem uma espécie de imaginário cultural sobre a sexualidade. Gagnon disse em 1973:

Os jovens de hoje crescem num mundo pós-freudiano, pós-kinseyano e quase pós Masters e Johnson, no qual as descobertas da pesquisa sobre a sexualidade

¹ O autor denomina o item 6 da página 419 (2003) de “Técnicas da Reprodução”. Apesar do título genérico, ele está se referindo, na verdade, a posições sexuais. É uma passagem breve, mas que merece menção.

transmutaram-se em cultura popular, mediante a alquimia das revistas de grande circulação, das colunas de aconselhamento, dos livros de divulgação científica, e dos manuais de psicologia da anormalidades, sociologia, fisiologia e economia doméstica (2006, p.68).

Cada nova geração parece ter mais e mais acesso a esse vasto repertório de informações sobre a sexualidade. Com o advento e popularização da internet, a gerência deste conteúdo se tornou virtualmente impraticável de modo que qualquer pessoa, de qualquer idade, pode acessar todo tipo de dado que se propuser a pesquisar. Evidentemente, muito deste conteúdo é contraditório e a precisão destas informações é difícil de avaliar devido à falsa simetria de credibilidade que é criada em uma mídia tal qual a internet. No entanto, muito antes desta “revolução” na disponibilização do conhecimento sexual, outra mídia teve grande impacto no que podemos chamar de “pedagogia social” da sexualidade: o cinema.

Ainda segundo Marcel Mauss, de Paris à Nova York, o comportamento das atrizes de cinema parecia influenciar as jovens a cadenciar o passo de uma maneira determinada, a assumir um tipo de postura, a fechar e posicionar as mãos de um jeito específico (2003). O mesmo vale, sem dúvida, para os rapazes da década de 1930 que provavelmente se apropriaram dos penteados, modo de falar, caminhar, cortejar e se vestir dos ícones de sua época. O cinema – e, mais tarde, a televisão – revolucionaram os “referenciais” de uso do corpo de todas as gerações que tiveram acesso a tais tecnologias. Também foi do cinema, portanto, que veio um dos principais formadores de parte do ocidente no que diz respeito à “etiqueta sexual” – não apenas do “explícito” e “despudorado” cinema erótico, mas também dos filmes convencionais, nos quais o sexo parece ganhar gradual importância e tempo em cena ao longo dos anos (GAGNON, 2006, p. 99):

[...] O cinema, entretanto, com uma estrutura mais complexa de comercialização, hoje oferece às platéias um tipo mais amplo de cardápio cultural. Essa mudança não apenas trouxe consigo uma modificação na quantidade de material sexual nas apresentações que fazem parte da “alta cultura”, como também resultou na produção de um subgênero de filmes explicitamente sexuais, que são oferecidos às platéias dos centros urbanos. Esses filmes oferecem, nas dimensões do telão, o que só era acessível em filmes pornográficos ou obscenos até os anos recentes do fim da década de 1960.

Desde os primeiros anos do século XX os filmes eróticos estiveram disponíveis para o seletivo grupo de homens ricos que podiam ter acesso à nova tecnologia (WILLIAMS, 1999). Feitos de forma amadora para uma limitada audiência masculina os chamados *stag films* – primeiros curta-metragem de conteúdo sexual gravados no início do século – eram exibidos em clubes de homens já na década de 1920. Aproximadamente vinte anos mais tarde surgiram os primeiros cinemas eróticos de rua (que persistem até hoje em qualquer centro de

cidade) com o pesado estigma de ambiente de homens pobres e degenerados. Linda Williams diz (1999, p. 59):

Ao julgamento estético que afirma que há muita pouca arte nesses filmes, Di Lauro e Rabkin respondem que a própria crueza, a "realidade" bruta da forma, como a ausência, por exemplo, de som ou atores profissionais, é um valor crucial para o público cuja principal preocupação era ser instruído sobre os mecanismos ocultos do funcionamento sexual. Títulos como *Wonders of the Unseen World* (1927) expressam apropriadamente a revelação gráfica dos papéis dos corpos e órgãos que muitas vezes eram difíceis de serem enxergados no banco traseiro de um carro².

A partir de 1970, no entanto, as produções visuais eróticas passaram por marcantes transformações. O investimento recorrente no modelo longa-metragem deu início a uma nova fase da indústria pornográfica que foi marcada especialmente por alguns fatores (WILLIAMS, 1999): 1) a exposição de filmes sexualmente explícitos em cinemas “convencionais”; ou seja, não mais apenas em clubes de homens e cinemas eróticos; 2) a popularização do gênero (até mesmo entre mulheres) decorrente de seu novo lócus de exibição; 3) o surgimento da figura da “estrela pornô” (*porn star*) na indústria erótica, superando em definitivo a característica de anonimato dos atores dos *stag films*. Esta *mainstreamização* do cinema erótico também atraiu sobre o mesmo uma atenção inédita: a dos críticos da possível misoginia professada por aquele tipo de produção voltada abertamente para uma audiência masculina heterossexual.

Este período deu início ao que ficou conhecido como a “Era de Ouro” do cinema pornográfico. De carona nas reivindicações da contracultura norte-americana, a indústria erótica se valeu de um discurso de liberação sexual, de enfrentamento de uma “hipocrisia” conservadora, de vanguardismo (WILLIAMS, 1999). No entanto, de maneira muito semelhante à organização cultural vigente, o cinema erótico reproduzia uma noção de “papéis sexuais” rígidos baseados em distinções de gênero que levou alguns comentaristas a questionar o auto-proclamado poder de subversão de um gênero que parecia, de determinada perspectiva, pouco desafiador em relação às estruturas sociais – e no caso, não apenas das estruturas de gênero. Gagnon diz (2006, p.101):

Quase toda a pornografia é, em certa medida, a externalização concreta da visão fantasiosa que os homens tem da sexualidade, compartilhando e resumindo seu conteúdo. Até um exame superficial da maior parte da pornografia sugere que ela possui, nas toscas formas desse subgênero, a maioria das convenções culturais não-

² Todas as traduções da dissertação são da própria autora exceto a do texto *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* (1984) cuja tradução é de Felipe Bruno Martins Fernandes com revisão de Miriam Pilar Grossi.

sexuais que já existem nas relações entre os gêneros readaptadas de modo a conter um teor sexual maior. Neste sentido, em termos de sua representação das relações sexuais, a pornografia é no plano social e político, profundamente conservadora, pelo menos para a maioria masculina que compõe seu público. Isso não significa que sua existência, em quantidade razoavelmente grande, não possa ter efeitos maiores que os pretendidos por seu conteúdo e sua forma culturais, mas apenas que esses efeitos serão tão modestos quanto surpreendentes.

Não há dúvidas de que a pornografia de grande circulação (também chamada *mainstream*) seja representativa de uma economia masculina do desejo e da sexualidade. A princípio, o fato de que cada vez mais mulheres fazem parte da audiência pornográfica não desafia de modo algum esta característica. Estima-se hoje que entre 1/5 e 1/3 dos usuários de conteúdo pornográfico na internet sejam mulheres – o anonimato deste tipo de mídia, sem dúvida, desempenha um papel importante no crescimento anual destes números. Entre os homens, a estimativa é ainda mais espantosa: entre 60 e 70% dos usuários visualizaria este tipo de material pelo menos uma vez por semana³.

Negligenciando de modo consciente toda uma discussão igualmente interessante e relevante sobre estes números, gostaria de destacar que os filmes pornográficos – e a facilidade de acesso das novas gerações a eles – constituem uma parte absolutamente central do repertório pedagógico sobre sexualidade destes sujeitos. Isso pode ser mais verdadeiro para os homens, mas as mulheres vem se servindo cada vez mais destes referenciais e isso fica evidente com o surgimento de todo um nicho erótico voltado para o sexo feminino. Deste modo, uma pergunta que podemos nos fazer é: como exatamente estas produções eróticas estão impactando a sexualidade dos indivíduos? A primeira pista foi dada quando abordei a questão das técnicas do corpo, mas gostaria de sofisticar esta proposição colocando-a lado a lado com a noção de roteiro sexual desenvolvida por Gagnon e Simon. Jeffrey Escoffier explica (ESCOFFIER, 2006, p.21):

Em *A conduta sexual* e numa série de aperfeiçoamentos teóricos publicados na década de 1980, os autores elaboram a visão de que a prática do sexo requer uma aprendizagem e de que somente por estarem inseridos em “roteiros” sociais é que os atos físicos do sexo tornam-se possíveis. Gagnon e Simon procuraram substituir as teorias biológicas ou psicanalíticas do comportamento sexual por uma teoria social dos roteiros sexuais. Nessa teoria afirmaram que os indivíduos usam sua habilidade interativa, bem como material da fantasia e mitos culturais, para desenvolver roteiros (com deixas e diálogos apropriados), como um modo de organizar seu comportamento sexual. Eles distinguem três níveis distintos de roteirização: os *cenários culturais*, que fornecem as instruções sobre os requisitos narrativos dos

³ Fontes: <<http://internet-filter-review.toptenreviews.com/internet-pornography-statistics.html>> e <<http://www.huffingtonpost.com/news/online-porn-stats>> Acesso em: 26 jan. 2014.

Gostaria de chamar atenção para a dificuldade de encontrar estatísticas oferecidas por pesquisas desvinculadas de organizações religiosas. Apesar de acreditar que estes dados podem ser obtidos por sites de controle de tráfego na internet (como o primeiro link), devo apontar para a possível imprecisão dos mesmos.

papéis sociais gerais; os *roteiros interpessoais*, que são padrões institucionalizados de interação social cotidiana; e os *roteiros intrapsíquicos*, que são detalhes que o indivíduo utiliza em seu diálogo interno com as expectativas culturais e sociais de comportamentos. Por exemplo, os roteiros interpessoais ajudam os indivíduos a organizar sua própria auto-representação e a representação de terceiros para instaurar e exercer a atividade sexual, enquanto os roteiros intrapsíquicos organizam as imagens e os desejos que despertam e sustentam o desejo sexual dos indivíduos. Os cenários culturais moldam os roteiros interpessoais e intrapsíquicos no contexto de símbolos culturais e papéis sociais genéricos (como os baseados na raça, no gênero ou na classe).

A pornografia é uma destas peças centrais da composição dos roteiros sexuais do indivíduo moderno. Gagnon sugere que, por uma questão de acessibilidade, os roteiros masculinos seriam mais “desenvolvidos” que o das jovens. “O problema das moças”, diz o autor, “não é tanto o de repressão direta, mas o de falta de circunstâncias, na socialização convencional, que proporcionem conteúdo e ligação entre os roteiros mentais e a ação concreta” (2006, p. 144). Mesmo com o que parece ser uma mudança radical nessa acessibilidade – ou seja, por mais que possamos concordar parcialmente que estas circunstâncias parecem se fazer cada vez mais disponíveis, ainda estaríamos diante de uma questão interessante e fundamental: muitas jovens hoje possuem roteiros pelo menos tão sofisticados quanto os dos rapazes – no entanto, são roteiros desenvolvidos em cenários culturais predominantemente masculinos, e repletos de um simbolismo e economia androcêntricos. É preciso, no entanto, fazer algumas observações de extrema importância: 1) não é possível pensar nem a noção de técnicas corporais, e nem a de roteiros sexuais, como processos que não sejam profundamente internalizados e não-deliberados; 2) é fundamental levar em consideração que, apesar de sua larga referência sociocultural, estes roteiros dispõem de grande flexibilidade na teoria de Gagnon e Simon podendo variar de indivíduo para indivíduo e estando sempre sujeitos a uma variedade de fatores (ESCOFFIER, 2006, p 22):

[S]eu pressuposto sociológico mais importante é a ênfase de Mead na “assunção de papéis”, que se refere à capacidade de os atores sociais preverem o comportamento situacionalmente específico de seus parceiros de ação. As expectativas do ator em relação ao comportamento do outro permitem que o ator lide com as interações de seu parceiro ou parceira, mas também contribuem, de modo fundamental, para a síntese que ele faz de seu próprio sentimento reflexivo do eu. Na teoria da roteirização, nem o sujeito humano nem a situação social constituem a realidade primária. Cada qual se constitui em e por meio de práticas simbólicas reiteradas. Além disso, todos estão inseridos em estruturas sociais e culturas populares. Os roteiros acionados pelos atores sociais são suas interpretações das normas sociais, dos mitos culturais e das formas de conhecimento carnal.

No repertório simbólico dos cenários culturais ocidentais que alimentam muitos de nossos roteiros, a disponibilidade e acessibilidade sexual feminina estão diretamente

relacionadas à falta de caráter e virtuosismo (GAGNON, 2006, p.137). Parte do desafio contemporâneo, deste modo, jaz justamente em revisar este paradigma bem como oferecer roteirizações alternativas que sejam capazes de reimaginar uma economia sexual desligada de um repertório simbólico e cultural exclusivamente masculinos. Mas que aparência teria esta “nova economia”? A prerrogativa da sexualidade “normal” está tão profundamente atrelada a um referencial masculino que muitos de nós duvidam que tal reinvenção seja mesmo possível. Outros, no entanto, acreditam que novos roteiros sejam inteiramente possíveis ao ponto de se comprometerem com a produção de materiais sexualmente explícitos que subvertam o paradigma androcêntrico vigente. Esta dissertação é sobre um destes, agora múltiplos, projetos culturais que assumiram para si a enorme responsabilidade de emancipar a sexualidade do domínio exclusivo da masculinidade e seus referenciais. É sobre um movimento surgido nos anos 1980 nos Estados Unidos liderado por feministas e pornógrafas que acreditavam que o cinema erótico era um espaço precioso de subversão na arena da sexualidade. Os filmes desenvolvidos sob esta perspectiva receberam a alcunha de pós-pornografia, e é exatamente sobre este projeto que dissertarei aqui.

3. Empatia por Feministas Anti-Pornografia no Jardim do Éden

Ao longo da minha graduação em Ciências Sociais durante a qual trabalhei com o tema da religiosidade, deparei-me, por acaso, com um artigo ao qual devo a existência desta dissertação. Meu interesse pela área de gênero e sexualidade não era novo, mas, até então, eu não havia me debruçado de maneira mais demorada sobre o tema. O texto a que me refiro foi escrito em 2010 por Clarisse Thorn – influente sexóloga norte-americana auto-identificada como feminista pró-sexo. O artigo em questão possui o instigante título de *Sympathy for Anti-Porn Feminists*. A leitura, como é evidente, me provocou – ela talvez não tenha o mesmo efeito sobre pessoas com um robusto repertório de leitura feminista de modo que gosto de pensar que me deparei com o texto, por assim dizer, no momento certo. Digo isso porque, naquela época, a informação de que havia uma enorme disputa feminista em torno da questão da pornografia foi, para mim, uma grande novidade.

“O que há para questionar acerca da pornografia?”, eu lembro de ter me perguntado. Para mim, era mais que evidente o desfavor que este tipo de mídia fazia às mulheres com suas narrativas grosseiras e misóginas. Não que eu tivesse algum tipo de posicionamento “formal” sobre o assunto a ponto de ter refletido sobre possíveis soluções para a questão – mas a pornografia era, a meu ver, mais uma dessas coisas pelas quais guardamos desprezo, mas com as quais convivemos resignadamente. Foi, portanto, com alguma surpresa que

descobri que este tema vinha sendo causa de dissenso no movimento feminista por mais de três décadas. Imaginem uma surpresa ainda maior ao descobrir que muitas feministas *produziam* material pornográfico. É curioso pousar a memória sobre estas descobertas agora tingidas de ingenuidade. Mas foi esta mesma ingenuidade que me levou a explorar o tema com tanta persistência.

Foi mais ou menos no mesmo período que li um texto sobre religião que é, até hoje, um dos meus favoritos da produção brasileira sobre mitologia judaico-cristã. Sei que levantar este tópico agora soará como uma mudança drástica de assunto, mas garanto que a continuidade se fará clara mais adiante. *Jardim do Éden Revisitado* (1997) causou sobre mim um efeito semelhante ao do artigo de Thorn. Escrito por Roque Laraia, o texto analisa uma versão do mito da criação antes de sua edição final que tomaria a forma do livro de Gênesis. Apesar dos esforços de censura dos editores bíblicos, “os trechos que foram objetos de cortes não tiveram o seu registro totalmente apagado” e “continuam disponíveis em outros textos, principalmente os da religião Judaica” (LARAIA, 1997, p.150). Vejamos mais sobre a história da criação:

No sétimo dia da Criação, Deus criou o homem à sua imagem: "à imagem de Deus o criou: macho e fêmea os criou." (Gênesis, 1,27). Tal afirmação categórica é uma negação da versão mais difundida: a de que o homem foi criado antes da mulher. Neste ponto, existem interpretações diferentes. A primeira é a de que Adão seria um ser andrógino (macho e fêmea) e que a separação de Eva representaria a cisão da criatura original andrógina em duas (Unterman, 1992:25). A androginia de Adão é explicada em alguns textos rabínicos, como no *Sepher Ha-Zohar*, que contém a afirmação de rabi Abba: "O primeiro homem era macho e fêmea ao mesmo tempo pois a escritura diz: E Elohim disse: façamos o homem à nossa imagem e semelhança (Gênesis, 1,26). É precisamente para que o homem se assemelhasse a Deus que foi criado macho e fêmea ao mesmo tempo". [...] Existe, contudo, uma outra interpretação, que nos parece mais fascinante, a de que, a exemplo do que foi feito com os animais, Deus teria criado um casal: Adão e uma mulher que antecedeu a Eva. Esta mulher primordial teria sido Lilith, figura bastante conhecida da antiga tradição judaica. Lilith não se submeteu à dominação masculina. *A sua forma de reivindicar igualdade foi a de recusar a forma de relação sexual com o homem por cima*⁴. Por isso, fugiu para o Mar Vermelho. Adão queixou-se ao Criador, que enviou três anjos em busca da noiva rebelde (1997, p.150-1).

Os anjos encontraram Lilith, mas esta se recusou a retornar – como punição, Deus condenou a primeira mulher a ver cem de seus próprios filhos perecerem diariamente; condição com a qual ela concordou (LARAIA, 1997, p.151). Sua figura se desdobrou na tradição judaica em uma entidade por vezes descrita como horrorosa e demoníaca, e por vezes, como uma figura bela e sedutora [ver Imagem 1] que atacava homens que dormiam sozinhos obrigando-lhes a manter relações sexuais com ela. Suas vítimas prediletas, no

⁴ Grifo da autora.

entanto, são os infantes. Segundo Laraia, “a crença em Lilith, durante muito tempo, serviu para justificar as mortes inexplicáveis dos recém-nascidos” (1997, p.152).

Parece-me simbólico que o principal alvo de Lilith seja um emblema de fertilidade: os bebês. Parece-me ainda mais interessante que em uma das versões mais primordiais do mito de criação, a supremacia sexual masculina ocupe um espaço central da narrativa. Não há nada nos textos sagrados que indique que o pecado original tenha relação com o sexo – pelo contrário, a reprodução (e, portanto, o intercuro sexual), é a primeira ordem dada por Deus à criação humana (LARAIA, 1997, p.158). Laraia diz que foi em um período mais recente que editores bíblicos associaram o pecado original a uma ética sexual. No entanto, desde as versões mais antigas do livro, a prática do sexo é tida como de domínio do homem. A rebeldia de Lilith obrigou Deus a criar uma nova fêmea para acompanhar Adão – desta vez, retirada de sua costela, para que não se deslumbrasse com fantasias de igualdade. Como bem sabemos, no entanto, obediência também não seria o principal atributo por qual Eva ficaria lembrada (LARAIA, 1997, p.159).

A principal mensagem do conjunto de mitos produzidos por uma sociedade de pastores e guerreiros nômades, fortemente patriarcal e patrilinear como demonstram as genealogias do Gênesis, imbuída de uma ideologia machista, refere-se exatamente à questão da mulher vista como um ser extremamente perigoso, necessitando portanto ser fortemente controlada. Esta forma de perigo fica demonstrada, no mito, pelo comportamento das duas primeiras mulheres, as esposas de Adão. Lilith recusou ser dominada pelo homem. "Por que devo deitar embaixo de você?" – pergunta ela – "Eu também sou feita do pó, e assim sendo somos iguais". E nem mesmo a tentativa de Adão de dominá-la pela força produz resultado; ela invoca o nome de Deus e foge para o mar Vermelho, uma região abundante em demônios lascivos, com os quais ela reproduz diariamente uma centena de lilim (demônios, filhos de Lilith). A sua rebelião a transforma definitivamente em um ser demoníaco, perpétuo inimigo dos homens e de suas crianças. É muito significativo que Lilith não ataque as mulheres, com a exceção apenas das noivas. Eva, denominada por Adão "a mãe de todos os seres viventes", e mais fácil de ser subjugada porque não foi feita como ele do pó, mas de uma parte dele, também demonstrou a sua capacidade de ser perigosa. Ao ser seduzida pela serpente, desobedeceu a ordem de Deus de não comer do fruto proibido e convenceu ao homem a fazer o mesmo ("Então disse Adão: A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi" – Gênesis, 3, 12), condenando toda humanidade a ser exilada do Éden. Estruturalmente, Lilith e Eva cometeram o mesmo crime, o da desobediência ao Senhor e foram punidas da mesma forma: Todos os dias, por toda a eternidade, Lilith, "a mãe dos demônios" tem que se conformar com a morte de 100 lilim; da mesma forma, Eva é a responsável pela morte de todos os seus descendentes que poderiam ser imortais se continuassem a viver no Paraíso.

Como antropólogos, talvez tenhamos a tendência – acertada ou não – de enxergar em tudo pelo menos uma dose de simbolismo. Não poderia ser de outro modo, portanto, que eu guardasse por *Jardim do Éden* uma afeição especial: que eu o interpretasse como um texto de

transição entre dois daqueles que seriam os meus maiores interesses na antropologia: a religião, e os estudos sobre sexualidade. Com o passar do tempo tendemos a dar menos importância a estas fronteiras disciplinares reconhecendo a complexidade de cada tema. A leitura encadeada dos dois textos – *Sympathy for Anti-Porn Feminists* e *Jardim do Éden Revisitado* –, no entanto, me permitiu levantar questões que atravessariam, alguns anos mais tarde, boa parte desta dissertação.

Tomarei liberdade agora para extrapolar algumas interpretações na intenção de suscitar perguntas sobre toda a questão de Lilith e de seu apagamento curioso do cânone cristão. Podemos dizer que a principal desavença entre esta e seu par foi uma questão de “roteiro”: a Adão, fora garantida a prerrogativa de conduzir o sexo, mas Lilith, criada da mesma matéria e pelo mesmo Senhor, achou-se igualmente no direito de querer deitar-se por cima durante a cópula. Constatando que sua reivindicação não seria atendida, fugiu para uma região afastada, repleta de “demônios lascivos” com os quais procriaria diariamente apenas para ver definhar sua prole. Transformada também em uma espécie de demônio, Lilith passa a ter relações sexuais com homens que dormem desacompanhados fazendo com eles o que bem deseja (LARAIA, 1997, p.159).

Lilith foi repetidamente apropriada enquanto metáfora feminista ao longo da história, principalmente a partir da década de 1970 por autoras judias (SCERBA, 1995). É difícil separar o mito original – que é, na verdade, anterior à tradição judaica e muito provavelmente adaptado da mitologia persa (LARAIA, 1997) – das releituras feitas na Idade Média e no século XX as quais transformaram a personagem em um ícone de feminilidade rebelde. Parecem ser duas as principais estratégias para opor a figura de Lilith ao arquétipo idealizado de feminilidade cristã: 1) torná-la lasciva – ela não apenas deseja sexo, mas também ambiciona determinar seu “roteiro”; 2) torná-la uma espécie de “inimiga” da maternidade através de seu ódio por recém-nascidos e seu pacto de entregar cem de seus próprios filhos para a morte.

Evoco a metáfora de Lilith para reforçar a ideia de que, por muito tempo, as técnicas do corpo que apreendemos enquanto mulheres estiveram atreladas a roteiros masculinos de sexualidade. O roteiro sexual, afinal, não estipula linhas gerais (mais ou menos rígidas) de comportamento apenas para aquele que o performa, mas também para os seus parceiros. Mas seria possível imaginar roteiros para mulheres que não fossem simplesmente “negativos” dos roteiros masculinos? Gagnon e Simon dão exemplos dessa “reflexividade” da roteirização feminina: se o homem sente-se excitado pela visão de seus seios, então, a mulher deve sentir-se excitada ao tê-los estimulados; se o pênis fica ereto ao seu contato, então tocá-lo deve

fazer parte da fantasia feminina (GAGNON, 2006). A pornografia, em geral, é uma das instâncias largamente responsáveis pela perpetuação do mito de que o prazer e o orgasmo acontecem de maneira simultânea para os parceiros envolvidos no intercuro sexual.

A maior dificuldade das mulheres em elaborar roteiros – especialmente dissociados de um simbolismo masculino – provém tanto do que Gagnon e Simon chamam de uma questão de socialização diferenciada, quanto de um problema de representatividade: parece existir uma deficiência de materiais e produções sexualmente explícitas que tenham como tema central a pedagogia sexual da mulher para além de sua complementaridade masculina. Enquanto pênis ejaculantes parecem protagonizar 10 entre 10 filmes pornográficos, pouco se sabe até hoje da fisiologia e das mecânicas envolvidas no clímax feminino. Gagnon diz (2006, p.131): “A partir dos dados sócio-históricos, evidencia-se que o desempenho orgástico das mulheres foi predominantemente não observado ou desconsiderado na bibliografia setecentista e oitocentista sobre a sexualidade”.

Decorre daí um mito persistente de que a mulher demoraria mais e teria mais dificuldades de alcançar seu potencial orgástico – de chegar ao clímax. Pode até ser que isso se torne verdadeiro para muitas pessoas, mas apenas como uma profecia auto-realizada: como, afinal, poder-se-ia apreender as técnicas corporais necessárias para tal empreendimento na ausência de referenciais e representações que lidem com o corpo feminino? Gagnon diz (2006, p.131):

Tem-se convencido a afirmar que essa falta de orgasmo nas mulheres era uma simples função da repressão positiva de uma função psicossocial natural, porém o que parece mais provável, pela perspectiva cultural do século XIX, é que as definições sociosexuais das mulheres – especialmente das que se tornaram modelos de respeitabilidade no século XX – tenham existido sem quaisquer elementos que pudessem representar a base da aprendizagem de que o orgasmo fazia parte do equipamento fisiológico adaptativo das mulheres. O senso de refinamento, a passividade, a submissão generalizada às normas masculinas de pudor e, pelo menos em parte, a resistência à exploração sexual por rapazes e homens, tudo isso deixou uma estranha lacuna no processo feminino de socialização do gênero. [...] O problema não era a repressão de um impulso inato, mas a falta de circunstâncias instigadoras, inclusive roteiros sexuais e de gênero [...] que pudessem converter a competência orgástica num desempenho orgástico satisfatório.

A imaginação de roteiros e referenciais sexuais que contemplem as mulheres e que se dissociem de uma economia erótica exclusivamente androcêntrica certamente está entre os principais objetivos perpetrados pelo projeto da pós-pornografia – mas tudo isso será devidamente explorado e debatido ao longo da dissertação. Por ora, basta dizer que, segundo livros apócrifos encontrados recentemente, Lilith deixou para trás a carreira de demônio da noite e matadora de recém-nascidos. Diz-se que se mudou para os Estados Unidos onde

dirige e atua em filmes pornográficos de orientação feminista. A Igreja não se pronunciou sobre as recentes descobertas, mas tudo indica que os pergaminhos são mesmo originais.

4. Investigando a Pós-pornografia – Limitações, delimitações e pesquisa documental

A antropologia vem discutindo, há algum tempo, os limites do método etnográfico, os desafios próprios de cada contexto em que este é acionado, as implicações políticas de seu uso, entre outras questões de igual importância. Muito desta discussão se deve aos debates análogos sobre a possibilidade de estender um tipo análise reconhecidamente etnográfica a materiais de outras ordens como, por exemplo, arquivos, documentos e processos. Pesquisas que levam a cabo este tipo de empreendimento tem tido sua relevância cada vez mais reconhecida justamente por interpretarem documentos enquanto objetos construídos socialmente e representativos, portanto, de realidades, de discursos, e de contextos socioculturais. Gostaria de frisar, neste sentido, que a pesquisa com documentos não é, de modo algum, diametralmente oposta à pesquisa de campo. Como sugere Olivia Maria Gomes da Cunha (2004, p.293):

[D]ocumentos não falam e o diálogo com eles — quando alvo de experimentação — implica técnicas não exatamente similares às utilizadas no campo. No entanto, os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos — social e simbólico — da sua produção. Aqui me parece residir um ponto nevrálgico que possibilita tomarmos os arquivos como um campo etnográfico. Se a possibilidade de as fontes "falarem" é apenas uma metáfora que reforça a idéia de que os historiadores devem "ouvir" e, sobretudo, "dialogar" com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas 'vozes' forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições

Tendo dito isso, esclareço que este trabalho foi realizado, principalmente, via uma investigação bibliográfico-documental cujas principais referências metodológicas no sentido do trato etnográfico de documentos e arquivos foram os trabalhos de Fabíola Rohden (2000), Olivia da Cunha (2004), Livi Faro (2012; 2013), Leticia Ferreira (2013) – todos bem-sucedidos em levar a sério o tipo de material e de contexto com o qual trabalham sem negligenciar, em nenhum momento, a especificidade deste tipo de etnografia.

No que concerne esta pesquisa em particular – por uma distância simultaneamente temporal e geográfica de meu objeto – fiz da análise documental minha principal técnica de pesquisa. Servi-me de artigos acadêmicos escritos à época do início do movimento, documentos oficiais sobre legislação e pornografia, documentários, livros históricos, revistas

e filmes eróticos, entrevistas, fotografias, entre outros. A maneira através da qual fiz uso de tão vasto material ficará mais evidente no decorrer dos capítulos, mas por enquanto, contento-me em fornecer um breve apanhado das minhas principais fontes de análise etnográfica ao longo da dissertação no que concerniu a reconstrução sociohistórica do período. A tabela a seguir não contempla todo o material utilizado, mas apenas as referências que considero primordiais e os arquivos e documentos sob os quais lancei um olhar especificamente etnográfico que, assim espero, emergirá ao longo da dissertação:

TABELA 1: Principais fontes documentais da pesquisa

<p>Livros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pornography: Men Possessing Women Andrea Dworkin (1979) • Pleasure and Danger Coletânea de diversos autores (1984) • Hard Core: Power, Pleasure, and the “Frenzy of the Visible” Linda Williams (1989) • XXX: A Woman’s Right to Pornography Wendy McElroy (1995) • Sex Wars: Sexual Dissent and Political Culture Lisa Duggan e Nan D. Hunter (1996) • Good Porn: A Woman’s Guide Erika Lust (2010) • The Other Eighties: A Secret History of America in the Age of Reagan Bradford Martin (2011) • The Feminist Porn Book: The Politics of Producing Pleasure Tristan Taormino (2013)
<p>Artigos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality Gayle Rubin (1984) • Misguided, Dangerous and Wrong: an Analysis of Anti-pornography Politics Gayle Rubin (1993) • Museo, Basura Urbana y Pornografía Beatriz Preciado (2009) • Political is Personal: Scholarly Manifestations of the Feminist Sex Wars Jenna Basilliere (2009) • What is Feminist Porn? Tristan Taormino (2011)

Documentos Oficiais	<ul style="list-style-type: none"> • Antipornography Civil Rights Ordinance (Projeto de Lei) Andrea Dworkin e Catharine McKinnon, EUA, 1981 • Final Report of the Attorney General’s Commission on Pornography Department of Justice, EUA, 1986 • Report of the Presidential Commission on the Human Immunodeficiency Virus Epidemic Department of Justice, EUA, 1988
Documentários	<ul style="list-style-type: none"> • Rated X: A Journey Through Porn (EUA, 1995) • Reagan (EUA, 2011) • Sexing the Transman (EUA, 2011)
Filmes Pornográficos Feministas	<ul style="list-style-type: none"> • Urban Heat (EUA, 1984) • Femme (EUA, 1984) • Rites of Passion (EUA, 1987) • A Taste of Ambrosia (EUA, 1987) • The Gift (EUA, 1997) • Eyes of Desire 2 (EUA, 1999) • The Crash Pad (EUA, 2006) • Female Fantasies (Inglaterra, 2006) • Under the Covers (EUA, 2007) • Matt and Khym: Better Than Ever (EUA, 2007) • Five Hot Stories for Her (Espanha, 2008) • The Deviant (EUA, 2009) • Fluid: Men Redefining Sexuality (EUA, 2010) • Life Love Lust (Espanha, 2011) • Sex Experiments (Inglaterra, 2011) • Cabaret Desire (Espanha, 2012) • Friends With Benefits (EUA, 2012)
Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Deep Inside Porn Stars (Entrevista/ Performance) Diversos (1984) • The Post Porn Modernist Manifesto (Manifesto Artístico) Diversos (1989) • Good For Her – Feminist Porn Awards (Website)

Como sugeri de maneira breve na seção anterior, a pós-pornografia foi uma proposta surgida nos Estados Unidos ao longo da década de 1980 que se propôs a produzir filmes eróticos de uma perspectiva feminista. Duas das perguntas que mais ouvi de meus interlocutores no decorrer da pesquisa foram: “mas pornografia feminista não é apenas pornografia menos explícita?”, e “pornografia feminista não é pornografia lésbica?”. Até hoje

tenho grande curiosidade sobre estas duas indagações uma vez que ambas, em algum nível, parecem pressupor uma aversão de mulheres heterossexuais a materiais graficamente explícitos. De qualquer modo, a resposta para a primeira pergunta é um “não” sem hesitação. Para a segunda, só posso dizer que, embora faça parte do repertório feminista, a pornografia lésbica está longe de representar o vasto conteúdo da mesma.

Pois bem, gostaria de deixar claro desde agora que existe uma enorme quantidade de materiais pós-pornográficos ou feministas produzidos nas mais diversas mídias e com as mais diversas intenções. Neste trabalho me dediquei a explorar apenas os *filmes longa-metragem comerciais*⁵ idealizados sob esta perspectiva. Meu interesse é, portanto, pela reimaginação do cinema erótico reiventado de modo a ser simultaneamente subversivo e rentável. Toda uma vertente exclusivamente artística e provocativa do movimento pós-pornô foi, portanto, desconsiderada nesta pesquisa.

Resta explicitar, antes de dar início ao primeiro capítulo da dissertação, os tópicos de interesse bem como os objetivos gerais e específicos da presente pesquisa. São eles: 1) investigar o surgimento do movimento pós-pornô; 2) analisar as mudanças que propõe em relação a pornografia hegemônica; 3) falar sobre as transformações ocorridas ao longo das três décadas do movimento; 4) refletir sobre sua pertinência e desafios no que diz respeito à reinvenção do dispositivo pornográfico. Em completa sincronia com estes objetivos, proponho uma reflexão sobre as diferentes teorias sociais perpetradas pelo feminismo no que concerne este objeto. No decorrer do trabalho a conexão entre o que pode parecer, a princípio, como temas distintos, se revelará enquanto facetas de uma mesma discussão. Como deixarei explícito adiante, este projeto sobre “pornografia feminista” debruça-se igualmente sobre os dois termos.

Para tal, a presente dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro deles será dedicado a uma reflexão sobre o *status* da pornografia enquanto objeto de interesse das ciências sociais. No Capítulo 1(intitulado “Pornopopéia”) privilegiarei, portanto, a história, os desafios, as correntes teóricas, e as diferenças de abordagem relativas ao tema; a definição dos conceitos e parâmetros que serão centrais aos capítulos posteriores; a introdução da discussão acerca das complexas interconexões sobre o conhecimento produzido na academia, o ativismo político, e os movimentos de reinvenção da pornografia; a postulação de questões

⁵ O caráter mercadológico dos filmes longa-metragem com os quais trabalhei deve ser visto apenas como um recorte, afinal, não me debruçarei sobre questões desta ordem. Quando digo, portanto, que utilizei somente filmes comerciais, deve ser entendido que a pós-pornografia produz filmes amadores, artísticos e que não são voltados para um mercado erótico, e que estes foram excluídos da análise. Não deve ficar subentendido que darei atenção ao caráter econômico expresso de meu objeto.

e inquietações que serão desenvolvidas nos capítulos subseqüentes; e as possíveis contribuições antropológicas ao estudo deste objeto.

No Capítulo 2 (intitulado “Pornogate”), analisarei o contexto sociocultural, histórico e político que tornou possível a emergência de movimentos feministas de reapropriação da pornografia. Darei atenção especial à legislação sexual norte-americana dos anos 80 destacando a relação entre o conservadorismo político do período, o advento da AIDS e o surgimento do ativismo anti-pornografia. Esta narrativa parte da perspectiva do movimento feminista e da agenda governista para jogar luz sobre a complexidade inerente da questão social da pornografia enquanto tópico de interesse social e de disputas sobre políticas sexuais.

O Capítulo 3 (intitulado “Pornotopia”), por outro lado, se propõe a refletir sobre a intrincada conexão entre os dois capítulos anteriores. De cunho mais etnográfico, como a seção predecessora, a terceira parte da dissertação será usada para descrever o surgimento do movimento a que se chama “Pós-pornografia”; a natureza das produções realizadas sob tal alcunha; as estratégias críticas de atuação da corrente; os principais nomes relacionados ao projeto; a iconografia da pornografia contemporânea; a relação próxima da pós-pornografia com a academia e as Ciências Sociais.

O capítulo final (“Pornoteoria”) reflete mais profundamente sobre o significado da distinção entre uma teoria (e um ativismo) radical e liberal, e sobre sua pertinência e limite. Levanto, deste modo, as seguintes questões: o que faz da “Pós-Pornografia” feminista?; qual sua relevância em um cenário em que o sexo continua sendo uma instância de potencial violência de gênero?; qual o significado de seus estreitos vínculos com a academia?; entre outras. O Capítulo 4, se bem sucedido, amarrará os temas centrais de seus predecessores ao borrar, de uma vez por todas, as fronteiras entre pornografia, ativismo, política e produção intelectual.

Sem mais delongas, inicio minha narrativa pela conturbada relação destes dois personagens que protagonizarão esta dissertação até o fim: a pornografia, e as Ciências Sociais. A historiografia de ambas se intersecta em mais pontos do que poderíamos, a princípio, prever. Contarei agora uma parte breve desta impudica reivindicação antropológica sobre o tema imoral, obsceno e perigoso da sexualidade humana a qual por muito tempo se pensou que, natural como era, não merecia os nobres esforços da reflexão intelectual.

IMAGENS REFERENTES À INTRODUÇÃO



IMAGEM 1

Lilith

John Collier (1892)

De cabelos ruivos – atributo relacionado ao demônio e ao mal –, Lilith é envolta por serpentes.

CAPÍTULO 1 - Pornopopéia

1. A Pornografia Enquanto Objeto Antropológico – Histórico, desafios e abordagens teóricas

O presente capítulo tem como objetivo discutir alguns pontos-chave relativos aos referenciais teóricos desta pesquisa, especialmente via a recuperação de um debate mais amplo acerca da pornografia enquanto objeto de interesse das ciências sociais. A reflexão vai girar em torno das seguintes perguntas: O que há de antropológico sobre o estudo da sexualidade? Quais são os principais desafios das pesquisas que envolvam objetos ligados a esta esfera? Qual a definição de pornografia?; Que tipo de objeto de pesquisa a pornografia constitui?; Quais os desafios próprios do estudo deste objeto?; Quais aparatos teórico-analíticos têm sido usados para abordar a pornografia, e por que razão estes são mais ou menos apropriados?

Pretendo oferecer respostas – ainda que estas não sejam, de modo algum, definitivas – para todas estas questões. De todo modo, ao invés de estruturar o capítulo de modo a fazer referência direta e estrita às perguntas colocadas, optei por um desenvolvimento de estilo mais livre e pendular – deste modo visitarei e revisitarei tópicos e temas dando maior ênfase a suas conexões e desencadeamentos do que a uma narrativa linear e cronológica dos episódios e acontecimentos. Para além das já citadas reflexões, pretendo também tornar explícitos alguns dos conceitos e teorias do qual fiz uso nesta pesquisa e que aparecerão recorrentemente nas análises posteriores.

Faz-se relevante esclarecer por que motivo os primeiros sub-tópicos desta seção se dedicam a pensar a relação entre antropologia e sexualidade uma vez que talvez soe mais sensato ir “direto ao ponto”. Os estudos sobre pornografia, em verdade, não estão necessariamente relacionados às investigações sobre relações de gênero e sexualidade – existem hoje inúmeros exemplos de como este objeto pode ser abordado sob uma ótica mercadológica, jurídico-legal, sociológica, etc. A presente pesquisa, no entanto, se reconhece como inteiramente pertencente ao campo da sexualidade. O que isso significa, e quais as conseqüências dessa pertença ficarão mais evidentes a seguir.

1.1 História da Sexualidade – A antropologia descobre Foucault

Carol Vance já nos alertava em seu, agora clássico, *A Antropologia Redescobre a Sexualidade* (1995) que a antropologia conferiu a si mesma a alcunha de área destemida e vanguardista de investigação no que concerne o estudo das práticas, identidades e comportamentos sexuais. A própria autora, no entanto, contesta este *status* ao refletir sobre a

resistência e a hostilidade dirigidas aos pesquisadores que se propuseram a investigar o tema, especialmente até a década de 1980 – antes deste período, muitos acadêmicos (mais marcadamente no ambiente norte-americano, como bem lembra Duarte [2004, p.41]) viram a validade de seus trabalhos questionada, bem como seu próprio caráter, ao se dedicar ao escrutínio e entendimento da esfera do erotismo e da sexualidade. Este desencorajamento de cunho, parece-me, fundamentalmente institucional, desencadeou o desenvolvimento de um discurso “cultural e não-essencialista” que, curiosamente, irradiou da periferia das Ciências Sociais, da História, da Filosofia e do pensamento teórico de grupos marginais para o centro da Antropologia; especialmente via o que se convencionou chamar de Teoria da Construção Social (VANCE, 1995, p.9).

Tamanha desconfiança e oposição às pesquisas de já citada natureza pareciam advir especialmente do caráter da sexualidade enquanto instância da vida social. Embora as colocações que farei a seguir já tenham sido exaustivamente explicitadas por autores muito mais competentes, reitero que o sexo e a sexualidade aparecem repetidamente no pensamento ocidental como esferas a-sociais, a-culturais, a-históricas e imutáveis – características que são respaldadas pelos discursos médicos, psiquiátricos, legais, religiosos, etc. (RUBIN, 1999, p.149). Felizmente, temos visto nos últimos trinta anos críticas cada vez mais sofisticadas sobre a necessidade de problematização e desconstrução destas categorias; mas isso não quer dizer que tais crenças acerca da sexualidade tenham deixado de vigorar – pelo contrário, o sexo continua a aparecer em múltiplas esferas como “força natural” anterior à vida social e às instituições (Idem).

A sexualidade, portanto, permaneceu inacessível às análises culturais e políticas enquanto foi concebida exclusivamente como fenômeno biológico ou aspecto da psicologia individual (RUBIN, 1999, p.149). Em 1973, no entanto, Gagnon e Simon tiveram um papel de vanguarda no que concerniu uma mudança de paradigma na abordagem do sexo enquanto instância social. Jeffrey Escoffier diz (2006, p.18):

Neste período, Gagnon e Simon introduziram uma concepção minuciosa do comportamento sexual como um processo aprendido, que é possibilitado não por impulsos instintivos ou exigências fisiológicas, mas por se inserir em roteiros sociais complexos, que são específicos de determinados contextos culturais e históricos. Sua abordagem frisou a importância da ação individual e dos símbolos culturais na condução das atividades sexuais. “É inegável”, escrevem eles, “que o que convencionamos descrever como comportamento sexual enraíza-se em aptidões e processos biológicos, porém, não mais que outras formas de comportamento. (...) (A) área sexual talvez seja precisamente o campo em que é mais completa a superioridade do plano sociocultural em relação ao biológico” (Gagnon e Simon, 1973, p.15). nenhum dos teóricos anteriores da sexualidade havia interpretado o comportamento sexual como tão completamente social. Gagnon e Simon

redefiniram a sexualidade, passando-a do conjunto dos impulsos biológicos e da repressão social para um campo de iniciativa social criativa e de ação simbólica. Gayle Rubin, teórica feminista e antropóloga, observou que, no decorrer de seu trabalho, Gagnon e Simon “praticamente reinventaram a pesquisa sobre a sexualidade como ciência social” (Rubin, 2002, p.28).

O trabalho tem aproximações evidentes com o que seria proposto por Michel Foucault poucos anos mais tarde. A alternativa construtivista – que tem como principal marco a publicação de *História da Sexualidade* (1976) – proporcionou à antropologia, afinal, um repertório teórico-metodológico que possibilitou a análise daquilo que fora há muito constatado por trabalhos etnológicos e por etnografias clássicas: que o comportamento sexual é tão diverso quanto são as sociedades, e que a “sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, (...) os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção”, etc. (RUBIN, 1999, p.149). Para tornar o argumento ainda mais explícito, digo: o primeiro volume de *História* legitima o interesse antropológico pela sexualidade uma vez que simetriza este objeto com outras instâncias que já faziam parte do repertório investigativo da disciplina. Escoffier continua (2006, p.26):

Embora a teoria de Gagnon e Simon seja também uma teoria da produção discursiva, ela não se tornou corrente como arcabouço intelectual de Foucault. Apesar de suas semelhanças na ênfase da construção social da sexualidade, essas duas tradições teóricas concentraram a atenção em questões muito diferentes. Foucault e seus seguidores concentraram a análise na manifestação da sexualidade num amplo terreno histórico, ao passo que Gagnon e Simon focalizaram a roteirização do comportamento sexual do indivíduo por meio de uma dialética em três vias, reunindo os sistemas simbólicos culturais, a vida de fantasia do indivíduo e as normas da interação social. Foucault, Weeks e os interativistas de esquerda se concentraram nas grandes narrativas da mudança histórica, na emergência das identidades sexuais e nos “regimes de regulação sexual”, enquanto Gagnon, em particular, efetuou um exame mais detalhado de como esses processos históricos e esses regimes de regulação sexual efetivamente moldam a vida sexual das pessoas.

Por mais que eu concorde que a contribuição de Gagnon e Simon nesta historiografia do sexo enquanto teoria social seja frequentemente negligenciada, seria difícil superestimar a importância da obra de Michel Foucault em se tratando de uma análise sobre a sexualidade enquanto objeto de interesse da antropologia. Sobre isso, Gayle Rubin disse: “*História da Sexualidade* (...) tem sido o mais influente e emblemático texto do novo saber sobre o sexo. (...) [Ele] deu ao sexo uma história e criou uma alternativa construtivista ao essencialismo.” (1999, p.149). Luiz Fernando Dias Duarte complementa: “É tão marcante quanto a obra de Freud, para a tematização da sexualidade nas ciências sociais, a publicação do primeiro volume da [obra]. (...) A ‘história’ da sexualidade era assim a sua ‘genealogia’ – a demonstração de sua ‘construção social’” (DUARTE, 2004, p.59). Retomarei esse ponto ao

final de minha argumentação quando pretendo tornar explícitas algumas das possibilidades analíticas abertas pelo argumento foucaultiano.

Antes disso, no entanto, é preciso explicitar outros empecilhos encontrados pelas ciências sociais na abordagem das instâncias do erotismo e do sexo. Se a alternativa das teorias construtivistas teve sucesso em questionar o caráter essencialmente biológico (e, portanto, imutável), individual e psicológico da sexualidade ao acrescentar à análise do fenômeno variantes históricas e determinantes sócio-culturais, ainda permanecem em vigor pelo menos outras cinco formações ideológicas que, segundo Gayle Rubin, tornam ainda mais complexa a análise de objetos ligados a esta esfera. Analisarei esta questão a seguir.

2. Gayle Rubin e as Falácias do Discurso Erótico

A obra de Michel Foucault é um marco importantíssimo para a reivindicação da sexualidade, e, posteriormente, da pornografia pela antropologia. Mas se o primeiro volume de *História* foi bem-sucedido em mostrar que estes objetos eram perfeitamente adequados ao tipo de investigação proporcionada pelas ciências sociais, também foi bem-sucedido em lembrar que a sexualidade é um objeto produzido a todo instante por discursos das mais diversas ordens: por instâncias médicas, jurídicas, religiosas, científicas, psiquiátricas, etc. A antropologia também é um destes aparatos produtores de conhecimento e sentido, mas queiramos ou não, sua produção não paira em um vácuo epistemológico. O entendimento que temos do sexo, das identidades e comportamentos sexuais são o resultado dos encontros e disputas destes discursos diversos. Desse modo, não faria sentido para as ciências sociais desconsiderar os enunciados e os desencadeamentos resultantes de outras esferas, bem como não seria produtivo se esquivar dos dissensos que surgem dentro da própria disciplina.

É com isso em mente que Gayle Rubin identifica uma série de falácias sobre o discurso sexual que, somadas a um paradigma essencialista, dificultam o desenvolvimento do que a autora chama de uma “teoria radical do sexo” que seja capaz de “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual” (1999, p.149) – sua maior preocupação em *Pensando o Sexo*. Estas chamadas falácias são, muitas vezes, respaldadas pelos mais diversos aparatos discursivos, e impactam diretamente o tipo de produção teórico-metodológica que a antropologia e as demais disciplinas podem se propor a realizar. Sem delongas, analisarei de forma breve cada uma das cinco proposições da autora, a começar pela mais marcante delas:

1. A falácia da negatividade sexual: a proposição é auto-explicativa e faz referência a ideia de que tudo relacionado ao sexo é inerentemente ruim e perigoso. Bernard Arcand nos lembra que o sexo é frequentemente designado no ocidente por uma longa tradição religiosa e civil como “lugar privilegiado do pecado” (ARCAND, 1991, p.14). Jeffrey Weeks reitera este argumento lembrando que o sexo costuma aparecer associado a forças negativas, destrutivas e perigosas (WEEKS, 1981). Rubin diz: “Virtualmente todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que uma razão específica para isentá-lo tenha sido estabelecida” (RUBIN, 1999, p.150). Entre as escusas estariam o casamento, a reprodução e o amor. O argumento da autora é que o prazer erótico, portanto, requer pretextos para ser legítimo. Este entendimento será fundamental para o desenvolvimento do segundo tópico do presente texto.

2. A falácia da escala mal posicionada: seria a ideia de que as questões sexuais são “sobrecarregadas com excesso de significância” (RUBIN, 1999, p.151). Estritamente relacionada à primeira falácia, este argumento reitera que o sexo constitui fundamentalmente um “caso especial” em nossa sociedade. Diferentemente da maioria das esferas da vida social, o comportamento erótico teria uma pequena margem de manobra no que se refere à legitimidade de diferentes preferências e vivências. Em consonância com o discurso cristão tradicional, a legislação teria incorporado a ideia de um sexo “herético” e do comportamento sexual como parâmetro para a virtude dos sujeitos. Por estas e outras razões o sexo sairia “do ordinário” (ARCAND, 1991, p.13), e exigiria, portanto, precauções e formalidades distintas das normalmente demandas por outros objetos.

3. A falácia da valoração hierárquica das práticas sexuais: como já ficou explícito até aqui, a prática do sexo é aprioristicamente ruim – mas algumas práticas, nos lembra Rubin, são ainda mais nocivas que outras. Esta terceira falácia levou a autora a formular a ferramenta a que chama de pirâmide erótica – um sistema hierárquico de valores sexuais com as quais as sociedades ocidentais modernas operariam. Prevaleceria, segundo Rubin, a noção de que certas práticas e sexualidades são normais, e outras, desviantes, problemáticas e perigosas. Deste modo, “heterossexuais maritais e reprodutivos” ocupariam, sozinhos, o topo desta pirâmide metafórica. A base da mesma seria composta por grupos eróticos estigmatizados entre os quais podemos citar: transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo

(prostitutas e atores pornográficos), etc. A autora destaca ainda que, embora muitos destes estigmas estejam enraizados nas tradições religiosas ocidentais, “muito de seu conteúdo contemporâneo deriva do opróbrio médico e psiquiátrico” (RUBIN, 1999, p.151).

4. A falácia da teoria dominó do perigo sexual: mais uma vez, esta é uma noção que aparece fortemente associada a idéia de um comportamento sexual como raiz da virtude. Uma vez aceito que exista uma conexão causal entre esses dois elementos, qualquer desvio na primeira instância parece capaz de desencadear uma série de transformações e permissividades em outras esferas da vida social. Esta quarta falácia está estritamente associada ao conceito de pânico sexual popularizado na antropologia tanto por Rubin como por Vance. A idéia será central ao desenvolvimento do meu argumento nos próximos capítulos e, por esta razão, me debruçarei mais demoradamente sobre ele evocando a seguinte descrição:

Esse conceito [pânico sexual], inspirado em uma formulação da sociologia britânica da década de 1970 de “pânico moral”, foi desenvolvido no âmbito da antropologia feminista e da historiografia *gay* tendo como referência os movimentos em larga escala reunidos pela ansiedade em torno de questões sexuais. Essa ansiedade suscitaria conflitos no marco dos quais complexas agendas políticas acabaram utilizando o sexo à maneira de um veículo para expressão de outras preocupações, como as relacionadas a uma suposta decadência moral ou desorganização social. (PISCITELLI; GREGORI; CARRARA, 2004, p.9)

Como uma curiosa paródia do mito de Atlas, esta linha entre o bom e o mau comportamento sexual parece impedir que a sociedade caia no vácuo e na desordem de uma existência sem qualquer orientação ou limite. O pânico moral, e, mais especificamente o de cunho sexual, constitui um fenômeno extremamente poderoso e profícuo uma vez que consegue acionar engajamentos apaixonados e atrair simpatizantes que, acerca de outros temas, dificilmente assumiriam posturas tão conservadoras. Cenários de pânico sexual têm sido repetidamente acionados ao longo da história recente, mais marcadamente por administrações ultraconservadoras como ficará bastante evidente no Capítulo 2 desta dissertação.

5. A falácia da falta do conceito de variação sexual benigna: esta última falácia se relaciona de maneira mais evidente com o terceiro item desta lista. Ela consiste na ausência de idéias e teorias que considerem a possibilidade de uma diferença “horizontal” no tocante à sexualidade. Qualquer prática e comportamento sexual é

invariavelmente *medido* em relação ao marco zero – ao comportamento “bom, normal e natural” – que é a heterossexualidade madura (RUBIN, 1999). Neste ponto, a antropologia parece dispor de uma história e de um repertório teórico-analítico especialmente adequados a desconstrução do pressuposto de uma heterossexualidade inata e a-cultural. Sobre isso, Rubin propõe (1999, p.154): “Aprendemos a estimar culturas diferentes como expressões da inventividade humana ao invés de entendê-los como hábitos inferiores e repugnantes dos selvagens. Precisamos de um entendimento antropológico similar das diferentes culturas sexuais”. Enquanto algumas práticas sexuais forem entendidas como desvios do padrão apropriado cuja expressão máxima é a heterossexualidade, todos estes entraves e falácias continuarão a vigorar e a “teoria radical do sexo” que a autora propunha trinta anos atrás continuará fora do alcance da antropologia e das demais ciências sociais.

O panorama que expus demoradamente até aqui é essencial para a localização do objeto que protagonizará este trabalho: a pornografia. Não necessariamente, como já deixei claro, uma pesquisa sobre pornografia entrecruzar temas e teorias associadas aos estudos sobre sexualidade e relações de gênero – mas aqui, este é precisamente o caso. É, afinal, exatamente desta intersecção que decorre o estigma associado aos estudos sobre a indústria erótica: se o sexo é, quase invariavelmente, um “caso especial”, a pornografia – junto a outras poucas práticas – foi concebida, por muito tempo, como o lixo dos estudos sobre sexualidade; o lixo da indústria de entretenimento; o lixo da cultura. Este objeto, afinal, tem encontrado dificuldades para se dissociar de alguns dos estigmas anteriormente citados: é frequentemente associado ao sexo promíscuo; a sexualidades violentas, dissidentes e desviantes; a práticas de abuso contra mulheres e crianças; a masturbação; ao sexo não-monogâmico, não-reprodutivo e abertamente comercial; etc. Para entendermos como se firmou esta “má reputação” e para reconhecermos o enorme potencial da pornografia enquanto objeto de estudo, no entanto, será necessário revirar o lixo.

3. “Lixo Urbano e Pornografia” – parâmetros, definições e mais desafios

É na década de 1980 que a pornografia ganha os holofotes da academia e o interesse massivo da grande mídia e da política vindo a constituir uma das grandes debates sociais daquele período, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá. A disputa é chamada hoje

na historiografia feminista de Guerras do Sexo⁶. A comoção foi tanta que instâncias jurídicas e políticas se viram obrigadas a contribuir com a discussão e a rever posições institucionais sobre o tema através de comissões investigativas e reformas legais. O entendimento deste panorama é absolutamente fundamental para o desenvolvimento de meu argumento, e será largamente explorado no capítulo subsequente. Por agora, trago esta breve e arguta observação de Bernard Arcand (1991, p.7):

A maioria [das pessoas na década de 80] denunciou a progressão constante do mercado da pornografia, localizado entre os flagelos da sociedade moderna e percebida como um reflexo da deterioração geral do ambiente social, cultural e moral; uma forma de poluição, de alguma forma, comparável à degradação da natureza.

O repertório simbólico frequentemente associado à pornografia parece girar em torno de noções como perigo, toxicidade, degradação, poluição, excesso, vício. A pornografia seria o oposto diametral – o gêmeo perverso – de uma sexualidade contida, romântica, parnasiana. Se a sexualidade “normal” é uma força geradora, a pornografia é destrutiva. Curiosamente, a indústria erótica teria conseguido o feito de ocupar um lugar ainda mais baixo e inacessível que outros “excessos” da sociedade urbana e moderna, como a violência, a prostituição, ou o uso e tráfico de narcóticos – diferentemente destes últimos, afinal, a pornografia sequer mereceria hermenêutica (PRECIADO, 2009a). Beatriz Preciado diz ainda que, somado ao estigma de lixo cultural, pesaria também o que chama de “hipótese do masturbador imbecil” segundo a qual a pornografia é o “marco zero da representação, um código fechado e repetitivo cuja única função é e deveria ser a masturbação acrítica – sendo a crítica um empecilho para o êxito masturbatório” (2009a, p.43). Além disso, reitero a auto-evidente associação da indústria pornográfica com as mais baixas práticas da pirâmide erótica de Rubin.

Mas o que é, afinal, esta pornografia da qual venho falando? Enquanto objeto de reflexão e pesquisa, faz-se essencial desenhar seus limites. Uma das definições correntes considera pornográfica toda e qualquer “produção escrita, musical, plástica ou audiovisual que seja voltada para um mercado próprio e que tenha como principal objetivo a obtenção de lucro econômico através da excitação de seu público consumidor.” (LEITE Jr., 2012, p.101). Embora o conceito se aplique perfeitamente a este trabalho, ressalvo que, como sugeri no capítulo anterior, acredito ser preciso extrapolar tal definição para que também abranja materiais que busquem a excitação do espectador, ainda que *sem* ambição de um retorno

⁶ *Sex Wars*, no original. Algumas traduções optam pela versão “guerras sexuais”.

capitalístico. Digo isso tendo em vista principalmente pesquisas que possam ter como objeto, por exemplo, o pornô amador.

Em conformidade com as tendências vigentes no campo dos estudos sobre pornografia destaco também que não farei distinção entre o erótico e o pornográfico no intuito de evitar que estas categorias, por si mesmas, soem demasiadamente informativas a respeito do conteúdo a que fazem referência. Em outras palavras: acredito, como outros autores, que preservar a indistinção pode evitar que os limites da pornografia e do erótico sejam desenhados com base em julgamentos de valor tanto de quem escreve como de quem lê. Também ressalto que não farei referência a nenhum tipo de prática ou pornografia ilegal exceto quando assim o indicar. Deste modo a pornografia da qual falo exclui práticas sexuais que envolvam menores, cenas de sexo não consentido, e sexo com animais. Qualquer tipo de pornografia amadora também foge ao escopo desta pesquisa – não por questões de legalidade, mas porque acredito, como sugeri anteriormente, que esta aciona uma série de reflexões e problemas em muito distintos da pornografia, por assim dizer, comercial e industrializada.

Uma vez explicitados alguns dos limites conceituais deste trabalho, darei continuidade ao escrutínio dos desafios teórico-metodológicos relacionados a abordagem de um objeto tão controverso e escorregadio. Bernard Arcand diz na introdução de *El Jaguar e El Oso Hormiguero – Antropología de la Pornografía* que existem quatro razões para que “um ensaio sobre pornografia tome inevitavelmente um aspecto de advertência” (1991, p.10). Acredito que os quatro pontos constituam e explicitem desafios que sejam próprios – ainda que não sejam exclusivos – do campo que se instituiu sob o nome de Estudos sobre Pornografia e que, portanto, apelam diretamente a este trabalho. O autor sugere que estes desafios sejam os seguintes:

1. O primeiro diz respeito ao fato de que a maior parte do material produzido sobre pornografia – especialmente ao longo da década de 1980 – faz parte de uma discussão mais larga e delicada sobre obscenidade sexual e os limites do domínio do privado. Arcand diz que a documentação destes debates é vasta, mas também é “terrivelmente parcial e apaixonada” (1991, p.11). Neste “campo minado”, como chama o autor, a tão famigerada autoridade etnográfica não encontra respaldo – quando se fala de obscenidade, o mítico personagem chamado “indivíduo comum” (categoria jurídica) tem opinião tão valiosa quanto a de qualquer especialista. Longe de questionar a legitimidade deste diferencial, Arcand traz o exemplo para reiterar que a obscenidade é um caso ímpar, especialmente na arena da lei, e que a pornografia é, por definição,

obscena. O desafio, portanto, consiste largamente em produzir estudos que superem esta polarização analítica, e que não entrem compulsoriamente em uma disputa sobre a (i)legitimidade da existência da pornografia.

2. O segundo desafio decorre de uma suposta ambigüidade referente ao peso simbólico da sexualidade, que é simultaneamente vista como secreta, privada, tabu, mas também determinante e fundamental. Justamente por ter se enleado com um suposto lócus onde se constituiria o sujeito, tornou-se esta “força profunda da experiência humana” reiterada nos discursos da psicologia, da arte, da religião, da lei; tornou-se a fonte de todas as enfermidades, frustrações, desvios (ARCAND, 1991, p.13). Curiosamente, deste peso duplo parecem emergir maneiras distintas de se referir ao sexo: uma extremamente refinada, asséptica e pedante que se traduziria, por exemplo, nos termos *cunniligus, fellatio*, cópula, intercurso, etc.; e outra essencialmente vulgar, indecente e “grosseira” como sugerem os termos *foda, comer, trepar, pau, xoxota*, etc. (ARCAND, p. 13). A classe média, diz Arcand, não encontrou meios para falar de sexo – e, ousou dizer, tampouco as ciências humanas. Ao contrário da elite, da comunidade médico-científica; ao contrário dos que vivem a margem, ao contrário dos desviantes e dos obscenos, as classes médias não produziram um repertório semiótico vasto e próprio para se referir à esfera da sexualidade. Tem havido, é verdade, todo tipo de experiência epistêmica-estilística nesse sentido dentre as quais vale destacar a obra de Beatriz Preciado. Mas persiste, arrisco dizer, uma sensação de estranhamento no trato da obscenidade e da pornografia – um estranhamento que pode ser traduzido em uma impressão de frieza, apartamento e higienização gerada por uma linguagem por demais técnica, e de desconfiança diante do uso de uma linguagem tida como “vulgar” ou “infame” – de todo modo, inapropriada para a produção acadêmica.
3. Outro desafio está relacionado a um essencialismo que, embora exaustivamente problematizado, continua a ser evocado quando o tema é a sexualidade humana. Como lembra Arcand, se em outras instâncias as diferenças entre os sexos aparecem enquanto falácias opressoras, na arena da sexualidade elas surgem como “constitutivas, imutáveis e altamente respeitáveis” (1991, p.16). Este essencialismo também aparece no repertório de estereótipos e arquétipos do qual a pornografia faz uso. De fato, faz-se necessário lembrar que estas figuras tão centrais ao gênero lançam mão de muito mais que o sexismo do qual a pornografia é sempre acusada:

assimetrias de classe, raça, idade, etc. são igualmente acionadas na construção destas narrativas eróticas. O autor nos lembra então que o sexismo não é mais que o “mais evidente dos numerosos perigos culturais que espreitam a incursão em campo” (1991, p.15). A sutileza de seu argumento é tal que este sugere que muitas das leituras feitas acerca do perigo evidente da pornografia enquanto instrumento fundamentalmente opressor (ainda que considerassem bases que não as de gênero) o faziam via uma associação com uma sexualidade masculina tida como violenta e predatória. O negativo deste modelo parecia ser, inevitavelmente, uma sexualidade feminina naturalmente livre destas características. Não seria, para o autor, o caso de negar ou negligenciar o fato de que a pornografia é fundada sobre as bases destas assimetrias e opressões; mas de atentar para que as análises do fenômeno não reiterem essencialismos – sejam eles consonantes ou dissonantes daqueles professados pelo gênero que examinam. O que Arcand está preocupado em destacar com esta longa reflexão é que grupos de pessoas não consomem pornografia meramente por seu pertencimento a determinados segmentos de gênero, classe, raça, idade; bem como outras pessoas com diferentes atribuições não tem aversão natural a este tipo de material – a explicação essencialista não dá conta dos processos culturais e de socialização que constituem o fenômeno. Se esta advertência parece lugar-comum, devo dizer que constitui um dos maiores desafios do campo da pornografia. Os motivos para tal ficarão mais evidentes no capítulo da presente dissertação que versa sobre a reapropriação do dispositivo pornográfico por minorias sexuais.

4. A última dificuldade decorreria do que Arcand chama de um “achatamento” do discurso acadêmico quando se propõe a tratar de uma “empresa comercial inteiramente centrada no prazer e no gozo” (ARCAND, 1991, p.17). Retomo aqui a hipótese do masturbador imbecil: Preciado (2009a), como disse anteriormente, sugere que a pornografia está relacionada a práticas do corpo tidas como sujas, vergonhosas, privadas. Seu consumo seria, portanto, incapaz de gerar mais que uma masturbação acrítica. A pornografia é colocada, *a priori*, como oposto diametral de uma versão romântica e cristalizada da atividade intelectual e acadêmica. O que Arcand está dizendo, portanto, é que *pornografia* e *ciência* são produtos de uma tradição ocidental que “distingue e separa muito claramente as atividades do corpo e do espírito” (ARCAND, 1991, p.17). Esta distinção é, sem dúvida, inteiramente ficcional – mas nem por isso menos poderosa. Existem códigos e limites acadêmicos que não parecem

– e não é minha intenção insinuar que devam ser – superados, e que estão profundamente enraizados nesta tradição de enaltecimento do trabalho intelectual como um esforço de ordem distinta. Novamente aqui, a antropologia parece especialmente capacitada para escrutinar este paradoxo que está, inevitavelmente, relacionado a uma das discussões fundadoras da disciplina sobre natureza e cultura.

A partir daqui, farei uma reflexão menos diretamente centrada nas ressalvas de Arcand, mas abertamente derivadas das mesmas. Começarei por inquietações que me atingiram pessoalmente no decorrer da investigação e da escrita deste trabalho. A primeira questão que trago tem relação direta com a primeira colocação do autor acerca da polaridade dos estudos sobre pornografia. Não foram poucas as vezes em que fui confrontada com questões acerca da minha opinião sobre o gênero. As perguntas mais comuns eram as seguintes: “Você gosta de pornografia?”; “Você assiste?”; “Não concorda que a pornografia é machista?”; “Você acha que a pornografia é inofensiva?”; “Qual a intenção da sua pesquisa?” – e, é claro, estas perguntas vinham quase invariavelmente acompanhadas de respostas que os próprios interlocutores⁷ davam às perguntas que propunham. Parafraseando George Orwell, as pessoas que se propõe a falar sobre obscenidade correm sempre dois riscos: o de parecerem escandalizadas, e o de não parecerem (ORWELL, 1944). Frequentemente, eu era acometida pela impressão de que minha postura diante da pornografia estava sob escrutínio justamente nestes mesmos termos.

Todas essas interrogativas que foram colocadas me fizeram refletir sobre o fato de que, ainda que eu desse – como de fato darei – uma longa explicação sobre como *não* é minha intenção sair em defesa ou à caça da pornografia enquanto gênero, este trabalho poderá ser apropriado e lido em termos de “a favor” ou “contra”, independente de meu intento. E isso não é necessariamente dramático. Minha intenção sempre foi analisar a pornografia enquanto tecnologia e pedagogia sexual, e refletir sobre as possibilidades e o sucesso das reapropriações que têm sido feitas deste dispositivo. Acredito mesmo que, em dados momentos, assumi abertamente uma postura consonante com um ou outro lado do debate. O significado e as implicações desta minha opção – teórica e ideológica – serão largamente explorados ao longo do Capítulo 4. Por ora, basta dizer que enuncio estas palavras de um lugar extremamente confortável e cômodo, distante no espaço-tempo dos acalorados debates oitentistas que são diretamente responsáveis pela existência de uma subárea tal qual a

⁷ Uso aqui “interlocutores” para designar pessoas com quem conversei ao longo da pesquisa, relacionadas ou não ao meu trabalho e campo, mas igualmente importantes no levante das reflexões e questões que permearam este empreendimento.

de Estudos sobre Pornografia dentro da academia. As questões e implicações de se pensar a pornografia na presente década são, portanto, inteiramente diferentes daquelas de 1980 – e, embora eu não possa dizer que o tema esteja menos em voga, posso dizer com certeza que ele parece muito menos urgente. As razões para tal ficarão mais claras no capítulo a seguir.

A antropologia – e, gostaria de pensar que, a academia de modo geral – abraçou as pesquisas sobre pornografia e o mercado erótico. Ainda há, possivelmente, resistências pontuais; mas o espaço para debate e o reconhecimento do potencial reflexivo do objeto estão dados. Acredito que o campo talvez viva seu mais importante momento no Brasil. A efervescência dos debates abre espaço para importantes experimentações dentre as quais estão as relativas ao uso da linguagem – não apenas a de ordem escrita, mas também a de ordem visual e imagística. Não podendo – e sequer pretendendo – encontrar uma estética perfeitamente adequada para a discussão da pornografia no meio acadêmico, optei pelo que seja, talvez, uma saída fácil: a da variedade semiótica e terminológica. Há lugar, afinal, - ou assim me parece – para vaginas e xanas, testículos e bolas, *fellatios* e chupetas. Reservar-me-ei o direito de evocá-los – e também de exibi-los – na medida em que a narrativa o exigir.

Por fim, reitero a postura de total concordância com Arcand quanto às inquietações relativas à separação das atividades da mente e do corpo – afinal, se algo ficou evidente ao longo desta pesquisa, é que a ciência pode ser extremamente pornográfica; a pornografia, fundamentalmente científica. E se parte do meu esforço aqui também é o de destacar esta reflexão levada a cabo por um conjunto variado de autores, então é chegada a hora de esclarecer o que significa teórica e metodologicamente o borramento destas fronteiras. A hipótese do masturbador imbecil já não se sustenta – masturbadores com PhD., masturbadores críticos, masturbadores criativos e reflexivos tem tomado para si a tarefa de expandir e enriquecer os debates sobre este bem-sucedido e vastamente disseminado produto cultural que é a pornografia. Para tal, é necessário chamar Foucault de volta à discussão.

4. *Scientia Pornographica* – Foucault, Murybridge, confissões e pornografia

No início do capítulo falei brevemente do impacto que *História da Sexualidade* (2012) teve sobre a antropologia, e disse que aprofundaria e estenderia a discussão para o campo de estudos sobre pornografia. Pois é chegado o momento de fazê-lo. Embora Gayle Rubin já tratasse em 1984 da pornografia e da sexualidade de uma perspectiva bastante influenciada pela publicação de Foucault, foi da Comunicação Social e dos estudos sobre cinema que surgiu o que é, até hoje, um dos mais importantes trabalhos a concatenar propriamente um estudo sobre o gênero visual pornográfico com a teoria foucaultiana. Deste

modo, retorno aqui ao trabalho de Linda Williams que se provou absolutamente imprescindível a esta dissertação. Seu livro *Hard Core – Power, Pleasure and the "Frenzy of the Visible"* (1999) permanece uma das obras mais importantes, se não a mais importante, a trazer uma reflexão densa a respeito da pornografia *hard core mainstream*⁸ e sobre o debate encadeado pelas Guerras do Sexo. Williams também foi a grande articuladora do campo multidisciplinar conhecido hoje como Estudos sobre Pornografia tendo sido a organizadora da primeira coletânea de artigos a receber este nome (*pornography studies*). A autora é referência absoluta no tema e ganha espaço gradualmente na cena brasileira, especialmente com a tradução e publicação recente de um capítulo de seu último trabalho nos *Cadernos Pagu* (n. 38, 2012). Williams é reconhecida não apenas pela primorosa recuperação da história da pornografia no cinema, mas também por sua agudeza analítica e articulação sofisticada de conceitos foucaultianos e psicanalíticos com o campo. Sua argumentação é central para o entendimento de como e quão profundamente se relacionam as esferas da ciência e da pornografia, e porque isso é relevante.

Linda Williams inicia a narrativa de *Hard Core* em meados do século XIX, no período em que o fotógrafo Eadward Muybridge desenvolveu a técnica de exibição de imagens seqüenciais que levaria, fatalmente, às técnicas cinematográficas modernas de captura de vídeo. A sensação de movimento ilusório criado pelo inovador artifício foi direto ao encontro a um suposto e inato “prazer em observar” tão largamente associado ao caráter humano. De fato, a nova tecnologia favorecia inegavelmente certas atividades cujo *razzle-dazzle* se baseava largamente na idéia de movimento, animação, e frenesi. Pela primeira vez, foi possível observar em detalhes e minúcias os corpos de dançarinos, corredores, atletas, carregadores, de cavalos de competição, de cães caçadores *enquanto* estes realizavam tais atividades.

A história anedótica e quase mitológica que se perpetuou sobre Muybridge, e que Williams recupera com primor, foi a de que este inventara a técnica cinemática impelido por uma única e irresolúvel questão: havia ou não um momento durante o trote do cavalo em que as quatro patas do animal deixavam o chão? Se a dúvida soava, por um lado, como uma confissão das limitações orgânicas da visão humana, ao mesmo tempo, professava que este olhar podia ser aprimorado: como as patas do equino que momentânea e repetidamente pairam no ar, um sem fim de verdades sobre os nossos corpos parecia prestes a se revelar

⁸ *Hard Core*, ao contrário do que pode circular no senso comum, não se refere a determinadas práticas sexuais e nem a presença ou ausência de violência. *Hard Core* é a classificação de filmes que exibem close-up de genitais e de contato genital. *Mainstream*, como já foi dito, é um termo que se refere essencialmente a filmes de grande circulação.

diante das lentes. Foi com esta intenção que o fotógrafo levou a cabo seu melhor trabalho, e um dos registros anatômicos mais importantes e completos de sua época: a coleção de imagens a qual chamou em 1887 de *Animal Locomotion*. A obra reúne aproximadamente 20.000 imagens de homens, mulheres, crianças e animais fotografados sequencialmente em movimento. É seguro dizer que, desde o início, Muybridge viu em sua obra um potencial científico muito explícito e marcado. A captura da locomoção, que tanto lhe fascinava, e os registros visuais detalhados das atividades retratadas, pareciam – e seriam mesmo – centrais a um novo entendimento sobre nossa própria corporeidade. Médicos, fisiologistas e pesquisadores diversos se apropriaram imediatamente da nova técnica confirmando um suposto “privilegiamento epistemológico da visão” que caracteriza, segundo alguns autores, a modernidade (MENESES, 2005, p.36). Toda a expertise e requinte técnico; toda a dedicação empirista; todo o esforço de catalogação e classificação das imagens de Muybridge estavam em completa consonância com uma tecnicidade e um tipo de produção acadêmico-científica. Mas agarrada ao calcanhar da ciência, estava a pornografia, de modo que não demorou para que as “perguntas acadêmicas” do fotógrafo, lhe conduzissem a “respostas pornográficas” (WILLIAMS, 1999). A idéia ficará mais evidente a seguir.

Retornemos ao *Animal Locomotion* mais uma vez. A obra é dividida em pequenos ensaios que ganharam títulos auto-evidentes como *man running*, *woman walking*, *woman carrying a trunket*, *child jumping*, etc. Em meio às centenas de atividades que podemos chamar de breves “episódios”, um conjunto de imagens, em especial, parece particularmente elucidativo perante a proposição de Williams. Voltemos a atenção para um grupo de fotografias chamado *man lying down* [ver Imagem 1]: enquanto um homem nu é fotografado se deitando sobre o chão, a mulher, em um ensaio de nome *woman lying down* [ver Imagem 2], é vista deitando sobre uma cama revestida de lençóis, colchas e travesseiros; ou ainda, em uma segunda série, lendo um jornal. Noutros “episódios”, os movimentos das mulheres parecem sempre obrigatoriamente acompanhados de “detalhes supérfluos” (WILLIAMS, 1999), como uma mão que se ergue cobrindo a boca, um toque nos próprios seios, um sorriso. Linda Williams chama atenção para o fato de que as mulheres parecem ser sempre convidadas a compor um *mise-en-scène*; a tomar parte em uma fantasia muito mais elaborada e performática que nas representações dos homens. A sofisticação díspar parece ficar ainda mais clara em alguns ensaios em que duas mulheres são fotografadas tomando banho juntas, brincando no quintal, ou apenas sentadas enquanto fumam em uma construção de cena ligeiramente, mas propositalmente, erótica [ver Imagem 3]. Deste modo, as mulheres

retratadas por Muybridge, segundo Williams, aparecem freqüentemente em “mini-dramas” que giram em torno de sua feminilidade.

Não há nada de intrinsecamente espantoso sobre o fato de que corpos femininos são fetichizados em *Animal Locomotion*. Seu ensaio sucede em marcar as “presenças sociais” diferentes de homens e mulheres. Williams complementa: “É, no entanto, espantoso como esse discurso científico ostensivo sobre o corpo humano imediatamente evoca uma estética demasiada na fetichização de seus sujeitos femininos.” (1999, p.41). Como instrumento científico de exploração da mecânica dos corpos, a câmera de Muybridge parece muito mais apropriada ao que Williams chama de “os agressivos movimentos de propulsão masculinos”, que aos movimentos “naturalmente” femininos de rodopiar, de mandar beijos, de tocar a si mesma [ver Imagem 4 e 5]. A partir daí, pareceu se confirmar a suspeita de uma diferença inegável que podia ser “lida” na compleição dos sujeitos – uma essência metafísica e distintiva que emergia inegavelmente neste exercício de observar os corpos: a natureza da movimentação de cada um dos sexos era profundamente distinta e irreconciliável. É, de acordo com Williams, precisamente neste momento da emergência do aparato cinemático em que aparece diante das câmeras, pela primeira vez, o problema da diferença sexual que funda o gênero pornográfico.

Se a conexão entre Williams, Muybridge, Foucault, e a pornografia ainda permanece obscura, proponho que retornemos a *História da Sexualidade* mais uma vez. No primeiro volume da citada obra Foucault propõe que existem duas maneiras fundamentais de organizar o conhecimento a respeito da sexualidade: enquanto civilizações antigas ou não-ocidentais organizaram seu conhecimento ao redor de uma arte erótica (*ars erotica*) dedicada a passar adiante o conhecimento dos mais experientes sem especificar ou classificar detalhes do mesmo, as sociedades ocidentais modernas, por outro lado, erigiram o que o autor chama de uma ciência sexual (*scientia sexualis*) – uma hermenêutica do desejo dedicada a explorar de maneira detalhada as verdades científicas da sexualidade (WILLIAMS, 1999, p.34). Ainda sobre a *scientia sexualis*, Foucault diz (2012 [1976], p.72):

Não se trata somente de dizer o que foi feito – o ato sexual – e como; mas de reconstituir nele e ao seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém. Pela primeira vez sem dúvida, uma sociedade se inclinou a solicitar e a ouvir a própria confidência dos prazeres individuais.⁹

⁹ O trecho também é citado por Williams, mas a transcrição aqui é da edição em português de *História da Sexualidade*.

Se, como destaca Linda Williams, “a confissão representa um papel central na produção da sexualidade moderna” (1999, p.35) – e se no mundo ocidental o conhecimento sobre o prazer decorre, ao mesmo tempo, do prazer em *entender* o prazer –, então, os diferentes discursos operam como instâncias em que a sexualidade pode ser definida e materializada. Mas se a confissão é, de fato, central à ciência da sexualidade, é fácil compreender as possibilidades que se abrem diante de uma tecnologia capaz de captar corpos animados, tal qual fez a cinemática de Muybridge, e o cinema moderno. Mais do que a confissão do indivíduo, a técnica de captura de vídeo se dispõe a registrar um *flagrante* – uma confissão irrefutável e involuntária dos corpos, disponível a quem quiser ver. Esta é precisamente a qualidade do aparato pornô que dá sentido à convergência de Muybridge, Foucault e Williams: como bem disse Steven Marcus, o registro da imagem em movimento é aquilo que a linguagem pornográfica esteve *sempre* à espera (MARCUS, 1976). De certo modo, então, a particularidade da pornografia se realiza justamente via a assertiva de que sua confissão é transgressora – de que ela ousa dizer aquilo que se tenta calar. O próprio Foucault (2012, p. 12) sugere que, se assumimos que o sexo é mesmo um tema socialmente reprimido, “o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como um que ar de transgressão deliberada”. O autor chama esse fenômeno de “benefício do locutor”.

Linda Williams diz: “Dependendo das políticas (sexuais) do espectador a ‘verdade’ do poder pornográfico é vista ou como merecedor de ser dito, ou como ‘indizível’ a ponto de requerer a supressão” (1999, p. 15.), o que levará a autora a uma das principais proposições de *Hard Core*: a de que a pornografia se consolida enquanto *scientia sexualis*, uma vez que vem a constituir um corpo sólido de conhecimento sobre o sexo e a sexualidade:

No momento da origem cinemática com a qual nos preocupamos, todos estes três aparatos – social, psíquico, e tecnológico – estão trabalhando juntos para canalizar a descoberta científica do movimento dos corpos em novas formas de conhecimento e prazer (...) Se o cinema prototípico de Muybridge se tornou depressa (...) uma espécie de show pornográfico efeminado que minou suas pretensões acadêmicas mais sérias, não foi porque homens são naturalmente mais voyeuristas ou fetichistas e nem que esses prazeres perversos tenham superado a ciência. Pelo contrário, ciência e perversão interpenetraram a construção do discurso cinemático – em um momento em que não havia naquela disposição social, nenhuma mulher na audiência (...) em posição de dizer: esta não é a verdade sobre os meus movimentos (...). (WILLIAMS, 1999, p.45-46)

Sendo assim, a pornografia não pode senão ser descrita como um gênero visual que se consolida na intersecção destes aparatos diversos que operam na lógica da *scientia sexualis* foucaultiana. Ela mesma constitui um repertório próprio de “verdades”; torna-se um “saber-prazer”. É certo que o pornô se apresenta, a princípio, como androcêntrico e heterocêntrico –

um gênero feito por homens, e para homens, que opera majoritariamente dentro de uma economia masculina do desejo. Mas seria este realmente seu único modo de atuar? No intuito de complexificar esta questão, deixo o século XIX para trás e retomo a discussão oitocentista.

5. Guerras do Sexo e Viradas teóricas

Como destaquei antes de modo breve, a pornografia foi o epicentro de uma acirrada disputa entre acadêmicas feministas norte-americanas na década de 1980 – ela alcançou mesmo o *status* de problema social de primeira ordem ao angariar instâncias políticas e jurídicas em torno da discussão. O embate mobilizou e segmentou o movimento feminista em dois: de um lado, aquelas que vieram a ficar conhecidas como “radicais”, ou “pró-censura”; do outro, as feministas “liberais” ou “pró-sexo”. A questão ultrapassou em muito uma discussão a respeito da representação do sexo e da assimetria das relações de gênero, e se estendeu às nebulosas e escorregadias fronteiras da legitimidade de certas experiências sexuais e práticas corporais, como ficará evidente no capítulo 2 desta dissertação. Como bem aponta Basilliere (2009), a polarização terminou por dividir feministas que acreditavam que as mulheres podiam reclamar prazer sexual e agência dentro de uma sociedade patriarcal, daquelas que acreditavam que abraçar certas sexualidades constituía submissão – ainda que inconsciente – às “idéias misóginas” desta mesma sociedade. É o que os comentaristas do debate entendem por uma opção analítica centrada no prazer, ou no perigo. Mas por que razão eu tenho insistido – e insistirei ainda muito mais – em evocar estes debates e esse episódio? Ora, porque este dissenso tem duas conseqüências absolutamente centrais para uma pesquisa que se propõe a pensar sobre apropriações subversivas da pornografia: 1) o surgimento de um movimento estético-ideológico que se propõe a encarar a pornografia enquanto instrumento de visibilização e contestação para as minorias sexuais (no caso, a Pós-Pornografia); 2) e uma virada teórico-analítica que permite que as ciências sociais abordem a pornografia de maneira alternativa à de opressão e violência de gênero.

Minha reivindicação aqui é a seguinte: prazer e perigo, longe de marcarem apenas dois segmentos ideológicos, marcam – ao menos naquele momento – duas posturas *teóricas*. A questão vai muito além da possível acusação de que as acadêmicas radicais teriam realizado más análises sobre o fenômeno da pornografia. Muito pelo contrário, a teoria e a crítica feminista é especialmente bem equipada para reconhecer e explicitar o funcionamento da opressão de gênero em contextos determinados (WILLIAMS, 1999, p.5), e nesse sentido as acadêmicas radicais realizaram leituras extremamente sofisticadas de como a pornografia

produz e reproduz estas assimetrias. As limitações desta abordagem, no entanto, começavam a ficar evidentes quando se tentava expandir a análise para além da pornografia enquanto instrumento de violência e abuso. O primeiro equívoco deste tipo de análise está em reconhecer a pornografia enquanto *causa* das desigualdades de gênero. O segundo está em apoiar a análise em essencialismos relativos a aspectos inerentes da sexualidade masculina (violenta, predatória, nociva) e feminina (pacífica, passiva, positiva). Finalmente, o último equívoco está relacionado à dificuldade da teoria feminista, até então, em imaginar a pornografia dissociada de uma economia masculina do desejo. Se a pornografia é – e, mais que isso, *só pode ser* – perigosa e nociva, não é difícil entender por que razão o discurso daquele expressivo segmento acadêmico girava em torno da censura e extinção deste gênero.

Mais uma vez, sob o risco de soar repetitiva, chamo atenção para a publicação de *História da Sexualidade*. É fundamental perceber aqui que o trabalho de Foucault (em conjunto com outras teorias construtivistas) fornece instrumentos teórico-analíticos que são centrais ao desenvolvimento de uma abordagem alternativa da pornografia. O primeiro tomo da obra chega aos Estados Unidos no mesmo período em que se prepara o terreno para aquilo que viria a se desenrolar sob a alcunha de Guerras do Sexo – no entanto, a obra estava longe de ocupar o lugar de centralidade que tem hoje nos estudos feministas e sociais. A apropriação quase imediata do referencial foucaultiano por cientistas sociais de grande visibilidade tais quais Gayle Rubin, Jeffrey Weeks e a própria Carol Vance também não pode ser desprezada como fator importante na consolidação desta corrente alternativa a, até então, hegemônica tradição radical. Os referidos autores estiveram igualmente envolvidos nos debates suscitados pela vasta produção de Gagnon e Simon ao longo da década de 1970.

A possibilidade de ler a pornografia enquanto um dos processos biopolíticos de normalização e controle dos corpos e da sexualidade mudou completamente o tipo de relação que as ciências sociais podiam ter com tal objeto. Este “revés” teórico abriu espaço para que a pornografia deixasse de ser vista como ideologia sexual e passasse a ser entendida como dispositivo *produtor* de ideologia sexual – como mais um empreendimento de produção de verdades sobre o sexo, a sexualidade, o gênero, o desejo, a biologia (PRECIADO, 2009a, p.39). Nesta perspectiva, *qualquer* conteúdo poderia ser proposto e reproduzido pelas mídias pornográficas: inclusive, material feminista. Ainda segundo Beatriz Preciado (2012, p.43):

Sin embargo, a partir de finales de los años 80, esquivando en parte el callejón sin salida del debate feminista, un conjunto de historiadores y teóricos de la literatura y el cine, como William Kendrick, Richard Dyer, Linda Williams o Thomas Waugh van a extender sus investigaciones sobre la relación entre cuerpo, mirada y placer a la representación pornográfica. La mayoría de estos análisis de la pornografía

parten de la hipótesis constructivista de la Historia de la Sexualidad de Foucault, según la cual la sexualidad moderna y sus placeres son el resultado no tanto de la represión de un deseo originario como de configuraciones específicas de saber-poder: la modernidad desplaza la ars erotica tradicional según la cual el placer surge de la experiencia y del autocontrol, en beneficio de una *scientia sexualis*, un conjunto de técnicas científicas (visuales, jurídicas, médicas...) destinadas a producir lo que Foucault denomina “la verdad del sexo”. Así se pondrán de manifiesto la complicidad entre las técnicas pornográficas de representación y normalización del cuerpo y los dispositivos médicos y jurídicos, la complejidad y la evolución histórica de la narración pornográfica, así como la construcción política de la mirada y del placer pornográficos y su relación con las disciplinas de gestión del espacio urbano. Se dibuja así por primera vez un contexto crítico que dará lugar a comienzos del siglo XXI a la emergencia de los llamados “Porn Studies”, en el que el análisis histórico, cultural, cinematográfico y político de la pornografía es posible.

Não seria, novamente, o caso de negar que a pornografia produzida seja, frequentemente, misógina, violenta, falocêntrica – esta análise permanece pertinente e acurada, mas é fundamental perceber que estas características são resultado não apenas da pornografia, mas de todo um “amplo dispositivo biopolítico de controle e da privatização da sexualidade das mulheres na cidade moderna” (PRECIADO, 2009a, p.40). A pornografia é poderosa justamente por seu estatuto de verdade – de confissão arrancada à força – que, junto a seu formato extremamente pedagógico e seu poder impressionante de disseminação, tornam-na um dos mais bem-sucedidos discursos da modernidade: um discurso produtor de corpos, desejos, afeições e interações (PRECIADO, 2006). Mas se a pornografia é uma biotecnologia de produção de conhecimento e de visibilidade tão eficaz, não haveria então uma potencialidade latente de reapropriação e reimaginação da mesma pelos “desviantes”? Esta possível ruptura “epistemológica e estética” é o que interessa primordialmente este trabalho. Longe de encerrar as questões levantadas ao longo deste capítulo, proponho uma retomada das mesmas nas discussões a seguir.

Vivemos, parece-me, sob a influência dos fracassos e sucessos destas guerras sexuais travadas de tempos em tempos – seja em contextos mais locais, ou mais globais. A presente década se consolida depressa enquanto palco de disputas importantes que definirão as regras do jogo para os anos vindouros. Recorro à Gayle Rubin (1999) mais uma vez neste encerramento: contendas acerca da sexualidade possuem imenso peso simbólico e deslocam ansiedades sociais de várias ordens. Felizmente, ao longo destes trinta anos, temos nos mostrados menos “tímidos” (Vance, 1995) enquanto disciplina no que concerne à abordagem destes temas. Parte desta “desinibição” se deve, sem sombra de dúvida, aos eventos que narrarei a seguir.

IMAGENS REFERENTES AO CAPÍTULO 1

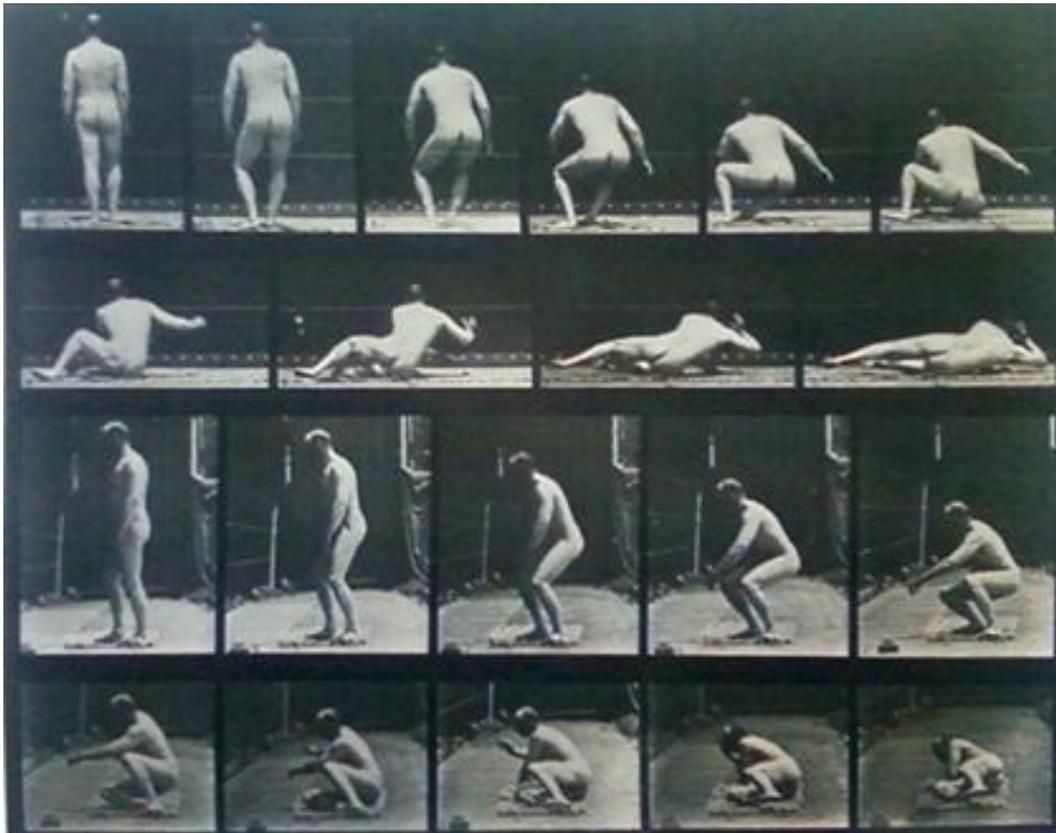


IMAGEM 1
Man lying down

Eadward Muybridge
Animal Locomotion - 1887

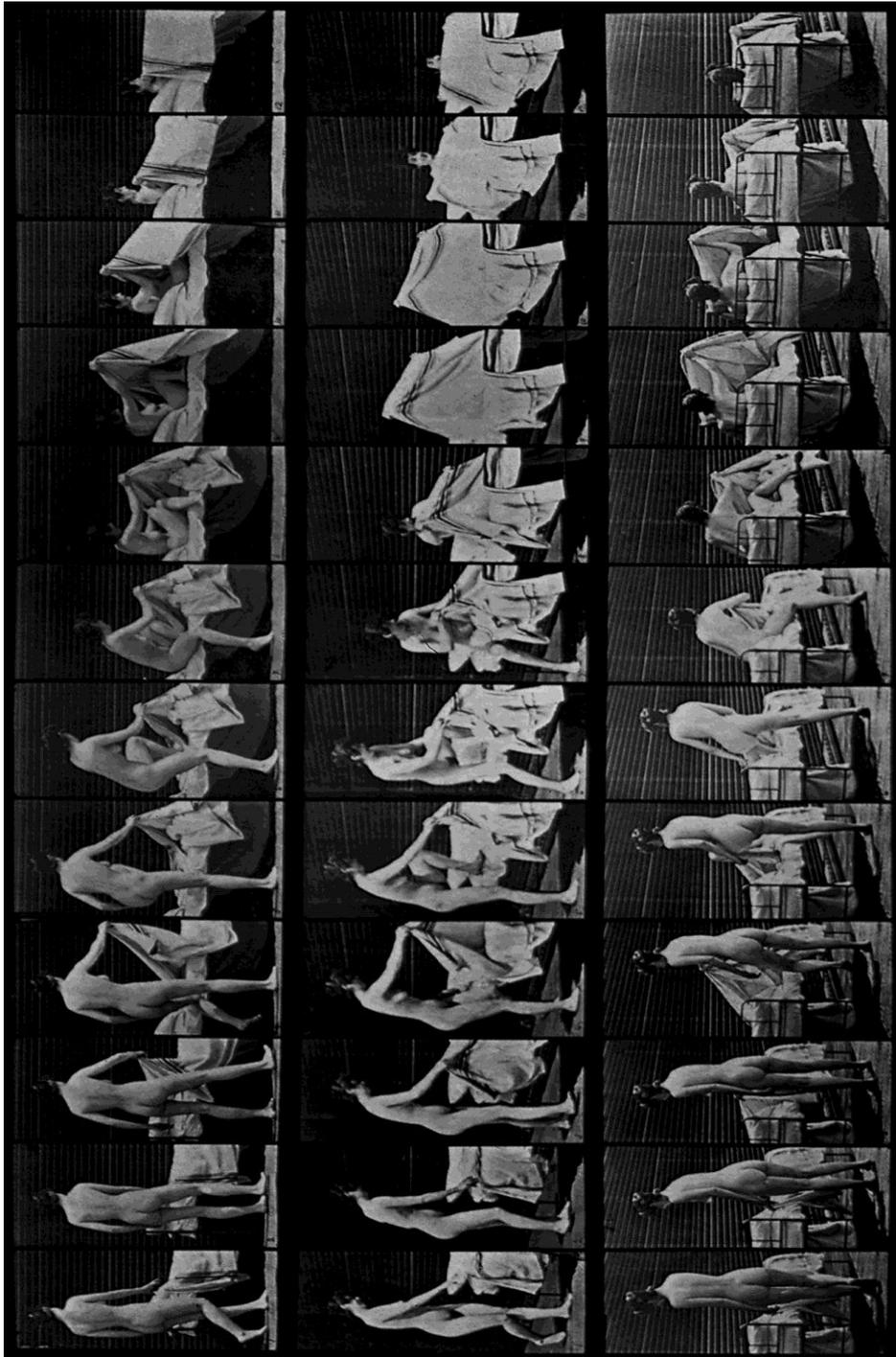


IMAGEM 2
Woman lying down

Eadward Muybridge
Animal Locomotion - 1887

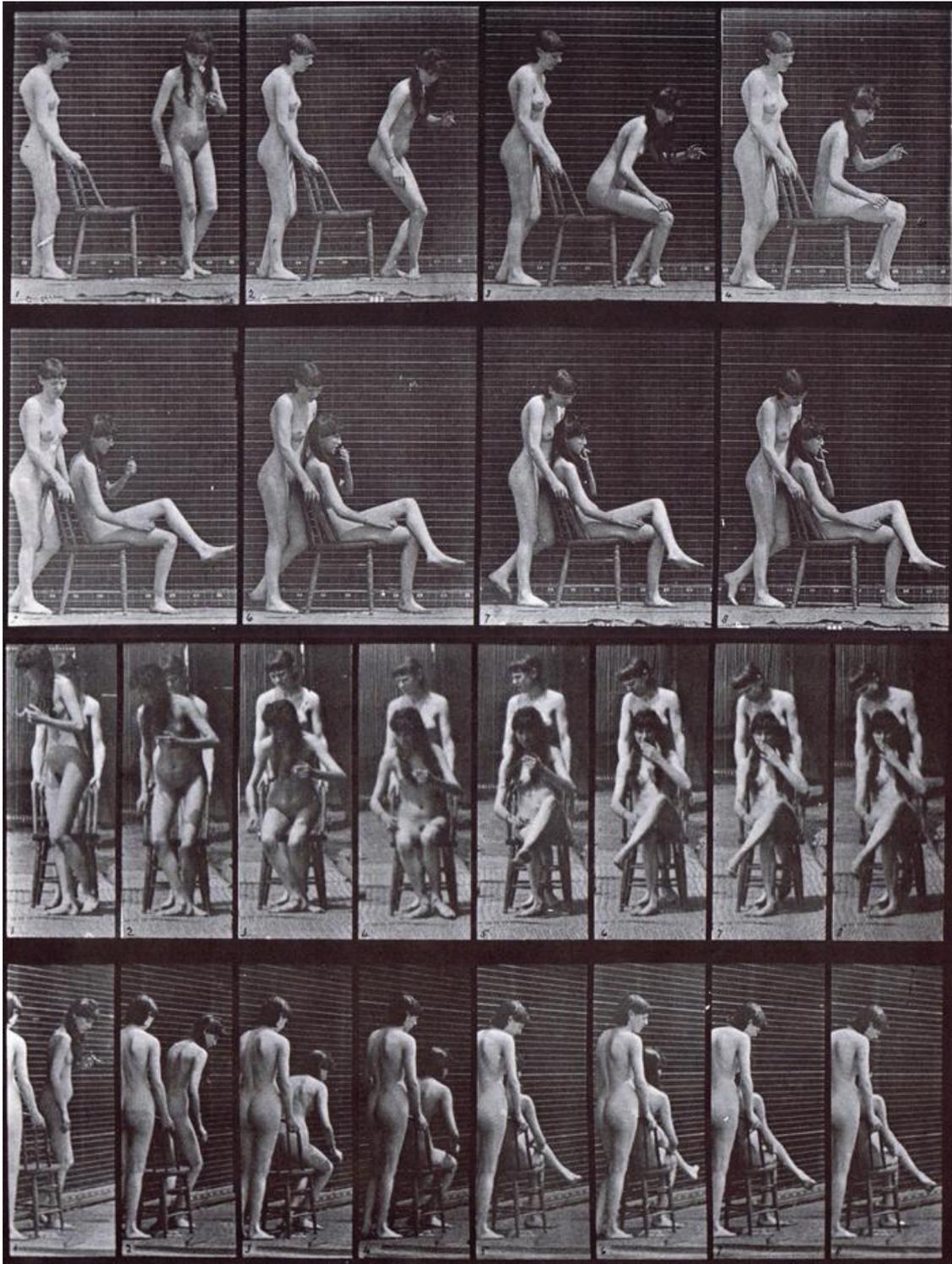


IMAGEM 3
Women smokng
Eadward Muybridge
Animal Locomotion - 1887

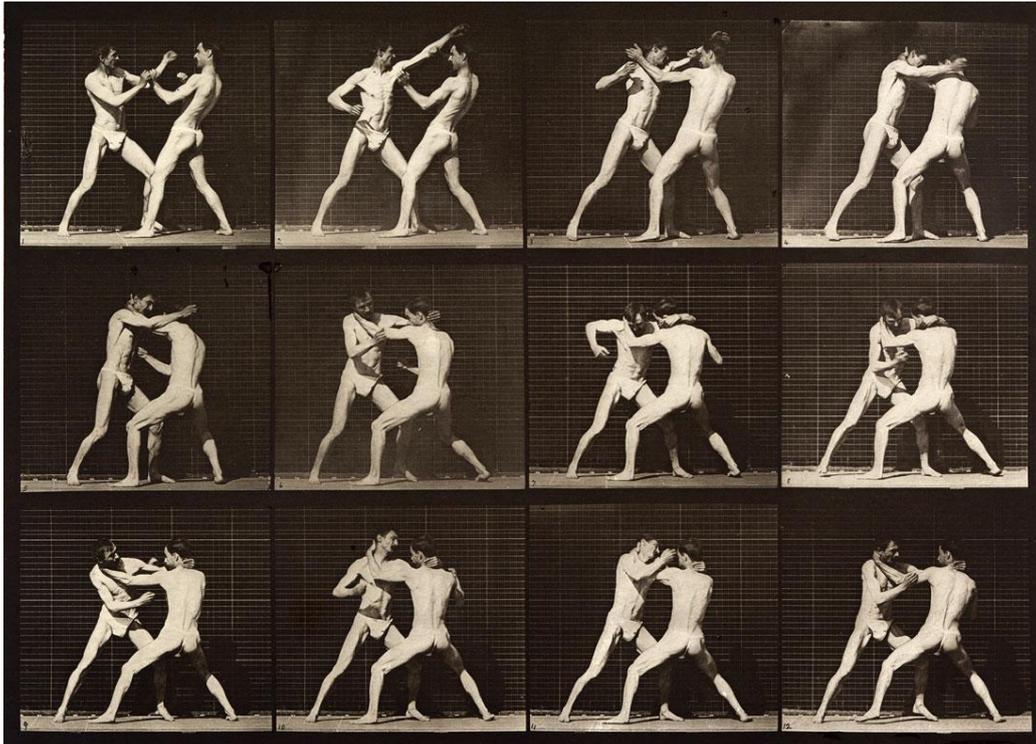


IMAGEM 4
Men fighting

Eadward Muybridge
Animal Locomotion - 1887

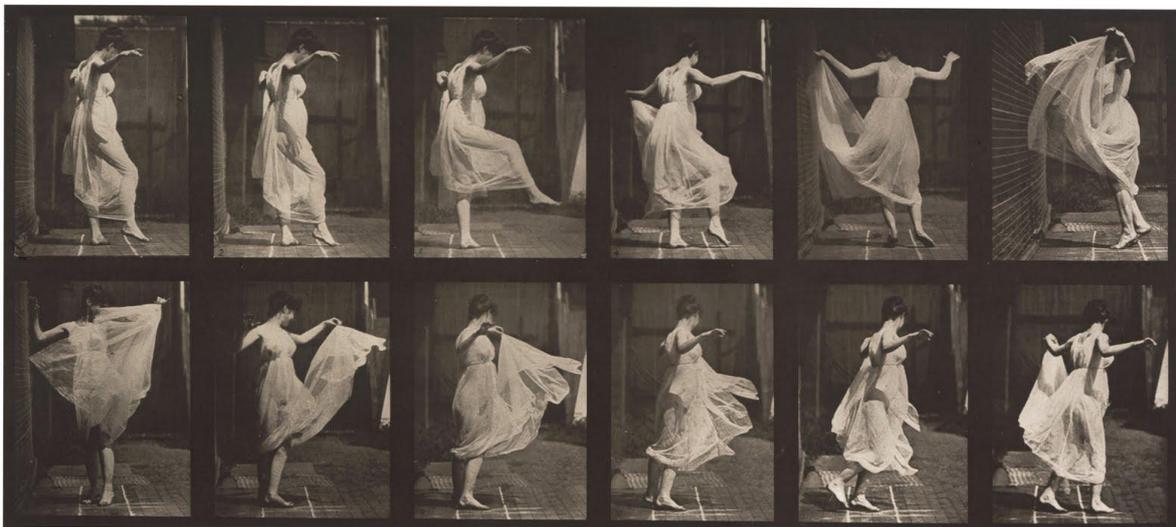


IMAGEM 5
Woman dancing

Eadward Muybridge
Animal Locomotion - 1887

CAPÍTULO 2 - Pornogate

1. Guerras do Sexo, Contexto Sociohistórico e Condições de Emergência da Pós-Pornografia

A presente pesquisa se constitui enquanto uma reflexão sobre as reapropriações feministas da tecnologia biopolítica da pornografia – especialmente a partir do movimento chamado “Pós-Pornografia” que teve início nos Estados Unidos da América na década de 1980. Arrisco dizer que, embora outros países tenham passado por discussões jurídicas similares – como Inglaterra, Canadá e Dinamarca (WILLIAMS, 1999) –, nenhum experimentou uma comoção política análoga; de um lado, por não terem tantos grupos de interesse envolvidos no debate, e por outro, por não contarem com uma indústria de entretenimento adulto de grande porte, como é o caso dos EUA que detém o maior e mais rentável mercado erótico do Ocidente¹⁰.

O contexto sócio-histórico de surgimento da Pós-Pornografia é, justamente, o foco deste capítulo – poderia dizer mesmo que esta seção funciona como um prelúdio essencial de “Pornotopia” (Capítulo 3). Como em qualquer etnografia, privilegiei certas personagens e redes cujas vozes se sobreporão às demais devido à maneira como concebi a narrativa e as reflexões que optei por destacar. Este capítulo foi idealizado de modo a jogar luz em alguns elementos em especial: os interesses políticos, jurídicos e ideológicos que estavam em disputa naquele contexto, e as complexas relações entre os grupos de interesse envolvidos nos debates mencionados. Para tal, concebi uma linha do tempo¹¹ daqueles que considero os eventos centrais para o entendimento do debate a que chamamos Guerras do Sexo e que destrincharei nas páginas seguintes. Acredito que o recurso facilitará a apresentação dos dados e o entendimento da narrativa. Sugiro que a linha do tempo seja lida a seguir, mas, principalmente, que seja consultada quando indicado no texto de modo que seu conteúdo possa ser melhor aproveitado.

¹⁰ As estatísticas acerca do valor e da rentabilidade da indústria de entretenimento adulto são altamente imprecisas. As informações variam de 10 bilhões de dólares até 100 bilhões. Há inúmeras razões para a falta de acurácia, sendo a principal delas o fato de que os limites do que se pode considerar como empreendimentos da indústria pornográfica serem extremamente confusos. Por exemplo, enquanto alguns estudos levam em consideração apenas a produção e venda de filmes eróticos, outras pesquisas levam em consideração a venda de *sex toys*, *pay-per-view*, *live cam*, etc. Outro agravante é o fato de que a maior parte da pornografia circulante é pirateada, e, portanto, não gera qualquer renda. A associação da indústria com o crime organizado, especialmente em alguns países, também torna o seu valor difícil de precisar. Há, no entanto, dados de fácil coleta que podem ser utilizados para reiterar a posição dos EUA enquanto expoente do mercado pornográfico, como, por exemplo, o tráfego de acesso e o número de páginas eróticas hospedadas em servidores americanos.

¹¹ A linha do tempo montada por mim se baseia explicitamente naquela apresentada por Lisa Duggan e Nan D. Hunter em *Sex Wars: Sexual Dissent and Political Culture* (2006).

1.1 Linha do Tempo: entendendo os debates

1976

- I. O filme *Snuff* é lançado.
- II. O WAVAW (*Women Against Violence Against Women*) organiza a *San Francisco Women's Centers Conference on Violence Against Women*.

1977

- III. O WAVPM (*Women Against Violence in Pornography and Media*) inicia suas atividades. A organização é formada principalmente em decorrência de questões levantadas na conferência do ano anterior.

1978

- IV. Uma coalizão de direita tenta aprovar uma lei que tornaria compulsória a demissão de funcionários do governo que fossem homossexuais ou se posicionassem a favor da igualdade de direitos. A proposta tinha grande aceitação do público. Em manobra inteiramente inesperada Ronald Reagan – republicano e famoso por seu conservadorismo político – se posiciona *contra* o projeto. O episódio enterra a proposição que perde apoio popular e a maioria no congresso.
- V. O grupo *Women Against Pornography* (WAP) é formado em Nova York.
- VI. O Samois – grupo de lésbicas praticantes de BDSM – inicia suas atividades.
- VII. A WAVPM organiza uma conferência chamada *Feminist Perspective on Pornography* que culmina em uma marcha de cinco mil mulheres pedindo o fim da pornografia.

1979

- VIII. Uma tensão crescente e declarada que se instaurou ao longo da década de 1970 entre o Samois e um grupo de feministas radicais (especialmente as filiadas ao WAVAW) chega ao ápice quando o WAVPM equipara o sadomasoquismo a outras práticas de violência contra a mulher. .
- IX. Andrea Dworkin publica *Pornography: Men Possessing Women*. A obra figura entre as mais importantes da corrente radical e pró-censura e do ativismo anti-pornografia.

1980

- X. WAVPM publica *Take Back The Night* – coletânea de artigos anti-pornografia e de palestras da conferência de 1978.

- XI.** A tensão entre o Samois e o WAVPM volta a eclodir em um fórum sobre S/M sediado pela Universidade da Califórnia (Berkeley).
- XII.** Deidre English e Pat Califia escrevem os primeiros comentários críticos de feministas às políticas anti-pornografia.
- XIII.** Ronald Reagan é eleito Presidente dos Estados Unidos da América pelo Partido Republicano. George H. W. Bush é o vice-presidente.

1981

- XIV.** O Samois continua a publicar literatura erótica sobre S/M lésbico. A tensão com grupos feministas radicais se intensifica. Livrarias se recusam a distribuir o material.
- XV.** Ellen Willis escreve uma das principais críticas anti-pornografia e cunha o termo *sex positive* (pró-sexo) para designar a corrente de oposição.
- XVI.** Em Nova York e Los Angeles os médicos diagnosticam uma nova doença que chamam inicialmente de GRID (*Gay-related immune deficiency*).

1982

- XVII.** *The Scholar and the Feminist IX* é organizada no Barnard College por nomes como Gayle Rubin e Carol Vance. O tema da conferência é “Mulheres e Sexualidade”. O evento propõe que o debate se centre no binômio “prazer e perigo”.
- XVIII.** O grupo WAP organiza protestos durante o evento no qual condena a prática de S/M e acusa conferencistas por nome de se engajarem em “práticas sexuais misóginas e anti-feministas”.

1983

- XIX.** Novas publicações criticam as políticas anti-pornografia.
- XX.** Andrea Dworkin e Catherine MacKinnon finalizam a primeira versão de um projeto de lei municipal que proponha o banimento e proibição de materiais pornográficos.
- XXI.** A epidemia da AIDS atinge seu maior número de fatalidades até então.
- XXII.** O Samois chega ao fim devido a desentendimentos internos.

1984

- XXIII.** A regulamentação de Dworkin e MacKinnon é aprovada na Câmara Municipal de Minneapolis. Uma versão revisada é introduzida à Câmara de Indianapolis e Suffolk County. Outros municípios trabalham em suas próprias versões da proposta.

- XXIV.** O WAP e grupos anti-ERA¹² endossam o projeto.
- XXV.** Ativistas liberais formam a FACT (*Feminist Anti-Censorship Taskforce*) com a intenção de impedir a regulamentação através de uma argumentação feminista.
- XXVI.** É publicado *Pleasure and Danger*, coletânea de artigos apresentados no *Barnard College* de 1982.
- XXVII.** Uma coalizão de grupos ligados à mídia ganha processo no qual a regulamentação aprovada em Minneapolis é considerada inconstitucional.

1985

- XXVIII.** O FACT abre processos contra regulamentações aprovadas em outros municípios e vence.
- XXIX.** Uma coalizão é formada por grupos feministas (FACT, *Boston Women's Health Book Collective*, *Cambridge Commission on the Status of Women*, e outros) e trabalhadoras da indústria pornográfica. Eles tentam conscientizar as pessoas acerca dos perigos da aprovação da regulamentação em um município de Massachusetts que tenta aprovar a proposta via referendo. A votação é apertada, mas a regulamentação não passa.
- XXX.** Edwin Meese convoca uma comissão para investigar “o sério problema nacional da pornografia”. Ela fica conhecida como “Comissão Meese”.
- XXXI.** A administração Reagan faz cortes no já baixo orçamento destinado ao combate da AIDS.
- XXXII.** O número de infectados pelo vírus HIV ultrapassa o número de 12.000.

1986

- XXXIII.** Municípios continuam a aprovar regulamentações anti-pornografia que são invariavelmente declaradas inconstitucionais.
- XXXIV.** A Comissão Meese entrega o relatório final sobre o “problema da pornografia” onde condena a mesma, aponta seus perigos sociais e recomenda reforços legais no conteúdo da Lei de Obscenidade.

1987

- XXXV.** Ronald Reagan faz seu primeiro pronunciamento para a população adereçando o problema da AIDS.

¹² Equal Rights Amendment – uma emenda proposta em 1972 que garantiria direitos civis iguais para homens e mulheres.

XXXVI. O senador Jesse Helms do Partido Republicano consegue aprovar medida que torna ilegal o financiamento federal de programas de combate e prevenção da AIDS que “promovam” a homossexualidade.

1988

XXXVII. George H. W. Bush é eleito sucessor de Ronald Reagan à presidência.

2. “Sexo, Mentiras e Videotape”: *snuff movies* e o dissenso feminista

Iniciou-se em 1970, como sugeri anteriormente, um período de aproximadamente quinze anos que ficaria conhecido na historiografia do cinema erótico como “A Era de Ouro da Pornografia” (O’SHEA, 2012). Estes anos foram marcados pelo advento dos pornô longas-metragem e pela circulação e exibição dos mesmos em circuitos “tradicionais” (cinemas comerciais desvinculados do mercado erótico). Longas como *Garganta Profunda* (1972) se tornaram sucesso de bilheteria, alcançando um público que, apesar de majoritariamente masculino, não o era exclusivamente. A “migração” dos filmes eróticos dos obscuros “clubes de homens” para os cinemas de rua parecia apontar para uma popularização significativa e inédita do gênero pornográfico (WILLIAMS, 1999). Ao final da mesma década, o advento da tecnologia VHS causou um *boom* de rentabilidade na indústria e levou a pornografia cinematográfica, pela primeira vez na história, ao âmbito doméstico. Foi também neste período que os primeiros movimentos anti-pornografia começaram a atuar de maneira organizada. Gayle Rubin (1993, p.18) comentou:

As políticas anti-pornografia surgiram como um ponto de inflamação volátil no movimento feminista nos Estados Unidos no final dos anos 1970. Apesar de críticas à pornografia já terem aparecido em obras feministas, a pornografia só se tornou um dos principais focos de agitação feminista depois do surgimento de um grupo na área de San Francisco Bay, em 1976, chamado de Mulheres Contra a Violência na Pornografia e na Mídia (WAVPM). Em 1978, o WAVPM realizou em San Francisco uma "Conferência sobre perspectivas feministas na pornografia". Este encontro rapidamente provocou a formação de Mulheres de Nova York Contra a Pornografia (WAP) e marcou a erupção de pornografia como uma questão feminista popular.

Tratarei, a seguir, do aparecimento destes e de outros grupos que protagonizariam as inflamadas discussões sobre pornografia naquela década. O surgimento destas organizações inaugura as Guerras do Sexo (BASILLIERE, 2009) do movimento feminista norte-americano e é determinante para a polarização das correntes teórico-ideológicas liberal e radical. Entrarei nesta questão mais adiante.

2.1 “O filme que só poderia ter sido feito na América do Sul.”

O caso dos *snuff movies*¹³ é um marco alegórico e privilegiado para introduzir a discussão de como a pornografia passou a ser, a partir do final da década de 1970, uma questão tão central – e tão controversa – para o movimento feminista. Em 1975, rumores sobre uma apreensão policial de filmes amadores sul-americanos que exibiam o assassinato real de mulheres foram noticiados em tom de histeria pela grande mídia norte-americana (WILLIAMS, 1999). A discussão sobre a existência desses filmes serviu como catalisador e justificativa para que ativistas radicais, que já se mostravam preocupadas com o crescimento e o impacto da indústria pornográfica, passassem, pela primeira vez, a abordar o problema de maneira sistemática (WILLIAMS, p.190, 1999). Isso se deu principalmente a partir do ano posterior (1976), quando Hollywood lançou *Snuff*: um filme de horror inspirado na temática dos vídeos amadores [ver Imagem 1]. No mesmo ano o WAVAW (*Women Against Violence Against Women*) organizou a *San Francisco Women’s Centers Conference on Violence Against Women* que originaria um dos principais e mais influentes grupos feministas anti-pornografia dos EUA: o WAVPM (*Women Against Violence in Pornography and Media*) [ver itens de I à III da linha do tempo]. Beverly LaBelle, escritora feminista, escreveu sobre o caso (1980, p.274):

Snuff (...) marcou um ponto de virada em nossa consciência sobre o significado dos infinitos filmes e revistas dedicados à exibição de corpos femininos nus. *Snuff* nos forçou a parar de olhar para o outro lado quando passávamos por casas de exibição de “filmes para maiores”. Ele nos forçou a olhar dura e demoradamente para a indústria pornográfica. A violência gráfica sanguinária de *Snuff* finalmente fez da misoginia da pornografia uma preocupação central do feminismo.

Curiosamente, foi graças ao lançamento de um longa-metragem *não*-pornográfico que o tema ganhou centralidade na agenda feminista. Exatamente como no cinema erótico, no entanto, parte fundamental do apelo de *Snuff* residia em suas fronteiras borradas entre ficção e realidade. Boatos sobre a possibilidade de o longa-metragem ser, de fato, um *snuff movie* levaram mesmo a uma investigação policial naquele ano (WILLIAMS, 1999, p.193). Evidentemente, logo se esclareceu que a violência do filme não era real, mas o pânico sexual e o furor causados tanto pela notícia da apreensão dos vídeos como pelo longa-metragem já havia produzido desenvolvimentos bastante concretos – o principal deles sendo a emergência de um ativismo anti-pornografia organizado [ver Imagens 2 e 3]. Mas as mulheres sabiam que, enquanto a pornografia fosse vista como um problema exclusivamente feminista, pouco

¹³ *Snuff* é como são conhecidos vídeos amadores que reivindicam serem o registro verdadeiro de um assassinato.

seria feito – o desafio, a partir dali, residiria em elevar a pornografia de um problema de gênero, a um problema político e moral. Isso, no entanto, só aconteceria na década seguinte.

2.2 Samois – os limites da autonomia feminista

Em 1978, o grupo Samois iniciou suas atividades. Ele é visto, por parte das teóricas feministas, como um dos pioneiros de uma corrente do movimento que seria chamada eventualmente de *sex-positive*, (pró-sexo). Gayle Rubin disse: “Samois foi uma peça chave nas fases iniciais das Guerras do Sexo feministas. [Ele] cresceu a partir da confluência dos movimentos feministas, de gays e lésbicas, da liberdade sexual e S/M da década de 1970..” (2004, p.3). Faz-se imprescindível destacar que, tão logo começou a atuar, o Samois passou a ser concebido enquanto antagonista do WAVAW (*Women Against Violence Against Women*) e do WAVPM (DUGGAN e HUNTER, 2006). De certo modo, o grupo – cujas integrantes eram abertamente praticantes e promotoras de atividades sadomasoquistas (e dentre as quais estava a própria Gayle Rubin) – foi tomado enquanto especialmente representativo da perigosa associação entre sexo e violência com a qual a parte mais radical do movimento feminista estava preocupada. Para este último, o fato de que aquelas idéias estavam sendo promovidas por mulheres que se consideravam feministas tornava o Samois especialmente perigoso. Deste modo, não demorou que fosse acionada uma retórica da “falsa-consciência” em uma tentativa de deslegitimar as atividades e retórica das mulheres praticantes de BDSM [ver itens de V à VIII].

Este antagonismo protagonizado pelo WAVAW/WAVPM e pelo Samois é extremamente representativo em termos da visualização do embate entre uma corrente feminista “radical” e uma “liberal” – ou ainda, da dicotomia “prazer x perigo” tal qual referida no capítulo anterior. O Samois, afinal, foi um dos primeiros grupos feministas a articular sua crítica e seu ativismo *a partir* de práticas e identidades sexuais, e um dos primeiros a propor abertamente que o sexo seria uma instância política e potencialmente subversiva (justamente por ser uma das principais esferas de opressão masculina). Este ponto é fundamental e será explorado em mais detalhes no Capítulo 4. Por agora, trago uma boa colocação de Basilliere sobre a distinção prazer/perigo e feminismo liberal/radical:

[U]m embate surgiu entre mulheres que abraçavam o prazer da sexualidade, e mulheres que focavam nos perigos inerentes à exploração sexual. Mulheres que abraçavam o prazer frequentemente estavam a par dos perigos intrínsecos à sexualidade feminina, mas optaram por focar sua análise nos aspectos positivos da interação sexual. Do mesmo modo, mulheres que centraram a discussão sobre sexualidade no perigo estavam a par da possibilidade de prazer dos atos sexuais,

mas acreditavam que os perigos inerentes (estupro, assédio, violência doméstica) eram mais relevantes que a possibilidade de prazer. (BASILLIERE, 2009, p.1-2)

O embate entre as referidas organizações se arrastou pelo resto da década de 70 e início da década de 80 se manifestando através de boicotes, passeatas, protestos, acusações públicas e publicação de textos e análises críticos promovidos pelos dois lados [ver itens de VIII à XV, XVII e XVIII] (DUGGAN e HUNTER, 2006). Foi, no entanto, a partir de 1979 que a discussão se estendeu de maneira mais marcada para outros grupos e instâncias. Isso se deu especialmente por consequência da publicação daquele que viria a se tornar uma das principais obras do movimento anti-pornografia norte-americano: *Pornography: Men possessing women*, de Andrea Dworkin. A obra saía abertamente em defesa da proibição de materiais pornográficos e de reprimendas legais para aqueles que se envolvessem na produção ou consumo dos mesmos. O estilo eloquente, os relatos viscerais de vítimas de abuso, e o reforço insistente da relação entre pornografia, objetificação e violência de gênero são extremamente persuasivos e angariaram um grande número de ativistas dentro do movimento feminista.

No entanto, a argumentação de Dworkin não convenceu a todos de que uma regulamentação tal qual a proposta no livro não pudesse ser usada de maneira arbitrária contra minorias sexuais vulneráveis (mulheres em situação de prostituição, homossexuais, trabalhadores da indústria do sexo, etc.) (RUBIN, 1999). Ellen Willis, por exemplo, contra-argumentou que “reivindicar a censura e a atuação do estado ‘sobre’ a pornografia [era] conferir e perpetuar o poder que aquele exerce sobre as representações da sexualidade” (COELHO, 2009, p.31-32). Embora seja verdade que algumas feministas tenham conseguido habitar a estreita área entre as duas correntes, o fato é que, no início da década de 80, a separação entre feministas radicais e liberais era mais evidente que nunca. Os debates acerca da pornografia, no entanto, estavam prestes a se tornar ainda mais inflamados e complexos, e ganhariam uma disposição inteiramente nova com a eleição de Ronald Reagan para o cargo de Presidente dos Estados Unidos da América no final do ano de 1980.

3. Um Novo Xerife na Cidade – Ronald Reagan e a Nova Direita norte-americana

Para entender as proporções que ganhariam os debates sobre pornografia – a princípio, centrados na esfera feminista – faz-se necessário imergir no que sugiro ser o grande catalisador do debate: o duplo mandato de Ronald Reagan que, como proporei com mais clareza adiante, erigiu seu governo sobre uma série de questões relacionadas à sexualidade –

não apenas porque este é um tema tradicional na agenda republicana, mas porque um contexto sócio-histórico particularmente prolífico favoreceu o acionamento e a popularidade desta agenda.

Ronald Reagan foi uma das figuras presidenciais mais admiradas e mais controversas da história norte-americana. Por um lado, deixou um legado econômico e social que mesmo trinta anos mais tarde ainda é alvo de ataques públicos vindos especialmente de ativistas homossexuais e da esquerda democrata. Por outro lado, tornou-se um ícone e um marco da direita, e o último grande nome do Partido Republicano a gozar de imensa reverência popular. Entender sua ascensão e legado demandaria análises muito mais extensas e intrincadas do que as que posso oferecer nesta pesquisa, mas destaco que, desde meados da década de 1950, a chamada Nova Direita aguardava um personagem magnético que conseguisse angariar pessoas em torno de, e recrudescer o peso dos, valores morais tidos como típicos do “americano comum” (MARTIN, 2011). Como o Partido Republicano provou mais de uma vez, um caubói¹⁴ é quase sempre a figura acertada para este encargo. Deste modo, em 1980, Ronald Reagan foi escolhido presidente em uma das eleições democráticas menos equilibradas da história dos EUA tendo George H. W. Bush como vice-presidente.

É lugar comum dizer que, antes mesmo de ser um político, Reagan era um anti-comunista – foi como tal, e como informante do FBI, que o ex-presidente deu seus primeiros passos rumo a uma carreira meteórica no Partido Republicano (MARTIN, 2011). Deste modo, nunca houve qualquer ambigüidade ou embaraço acerca de sua administração dedicada largamente aos interesses e à proteção da família americana tradicional – colocando, neste caso, deliberadamente de lado sua icônica investida econômica liberal, que também constitui o folclore de seu governo de maneira central, mas que não interessa particularmente a esta pesquisa.

Reagan foi eleito em 1980 sob o peso da promessa de reparar o orgulho maculado de uma nação em recessão, recém saída de um dos maiores fracassos militares da história recente, e ainda imersa em uma delicada e desmoralizante crise de energia (MARTIN, 2011). Ele se evidenciava enquanto escolha acertada para silenciar os barulhentos ecos de contestação da ordem instituídos na década anterior especialmente via os movimentos de contracultura, o movimento feminista – que conseguira garantir a legalização do aborto e o direito à pílula havia pouco –, e o ativismo gay – que, apenas três anos antes, elegera o

¹⁴ Ao contrário dos dois presidentes Bush que tiveram sua figura associada ao caubói por sua origem texana e personalidades “rústicas”, Reagan foi associado a este icônico herói americano via os filmes *western* em que atuou e seu gosto pessoal pelo arquétipo. Por várias vezes o ex-presidente apareceu em público vestindo os trajes típicos, e uma das estátuas erigidas em sua homenagem o retrata sobre um cavalo vestido de xerife.

primeiro candidato abertamente homossexual a um cargo público em São Francisco. Deste modo, feministas, imigrantes e homossexuais apareciam, cada vez mais, como contestadores do ícone firmado nos anos 50 centrado na família nuclear, branca, heterossexual, presbiteriana e suburbana que operava – e opera, largamente, até hoje – como emblema e sumário destes imprecisos “valores da nação americana” que tão frequentemente protagonizavam os discursos do ex-presidente. “Façamos a América grande novamente”, dizia seu slogan de campanha [ver Imagem 4] – a idéia de retorno aí implicada evocava, sem dúvida, a mitológica prosperidade cinquentista.

Mas se a administração *reaganiana* é lembrada hoje por seu ufanismo, por sua recuperação econômica, e por seu conservadorismo ideológico, foi a fracassada investida de contenção da epidemia HIV/AIDS¹⁵ que marcou de maneira definitiva o legado presidencial. Não podemos senão ressaltar que este foi um dos acontecimentos recentes de maior impacto no campo da saúde pública, e que, se ainda hoje sabemos pouco acerca do problema, as administrações nacionais daquele período tiveram de lidar com a questão praticamente às cegas. Aliás, se uma coisa parecia clara à época era que a “nova doença” era impiedosa e fatal. Com um desastre auto-anunciado nas mãos, Reagan ficou marcado na história norte-americana pelo combate rigoroso a duas instâncias: as drogas, e o sexo não-marital (não por acaso, as mesmas coisas que compreendia como responsáveis pela epidemia). Assim, a pornografia, para o presidente, representava um grande ameaça justamente por ser um *incitador* de práticas e vivências sexuais consideradas não apenas imorais, mas verdadeiramente perigosas. Uma questão, deste modo, parece especialmente relevante neste contexto: como a cruzada anti-pornografia foi hiperdimensionada a ponto de se tornar uma das principais políticas domésticas daquela década (EISENSTEIN, 1987; MARTIN, 2011). Chegarei a este ponto em instantes, mas antes, proponho um desvio breve e fundamental por outras duas políticas sexuais da administração Reagan.

3.1 “O sexo é sempre político.” – Abstinência, AIDS, e pornografia

De todas as muitas críticas concernentes às políticas sociais da administração Reagan, certamente se destacam as relativas à contenção da epidemia HIV/AIDS. Opositores mais furiosos costumam acusar o ex-presidente de negligência deliberada motivada por uma desaprovação das práticas do que se acreditava ser as minorias mais vulneráveis a nova

¹⁵ É comum referir-se ao caso como AIDSGATE. O trocadilho com o sufixo *gate* é feito em relação a qualquer escândalo presidencial graças ao episódio de Watergate, que levou à renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon. O título deste capítulo também faz referência a esta brincadeira.

infecção: homossexuais e usuários de drogas. Reitero que, conquanto tenha sido um governo ineficaz e conservador em muitos sentidos, não podemos ir tão longe a ponto de atribuir a Reagan uma administração completamente enviesada por crenças pessoais [ver Item IV da linha do tempo]. O ex-presidente foi eleito em um cenário de reestruturação da direita republicana cuja agenda era muito precisa, e suas prioridades, como não poderia deixar de ser, foram majoritariamente selecionadas pelos interesses de seu partido e de sua base eleitoral.

Quanto aos rumos de sua administração, acredito que algumas posturas podem ser especialmente emblemáticas no que diz respeito à compreensão de como questões referentes à sexualidade intersectaram suas políticas domésticas assumindo verdadeiramente uma posição de centralidade em seu governo. Investindo nesta hipótese destaco três investidas regulatórias: a implementação dos planos de educação centrados na lógica de incentivo à abstinência, as medidas de controle da infecção por HIV, e o combate à pornografia como medida de saúde pública. Embora outros exemplos possam ser usados para ilustrar a centralidade de questões sexuais para seu governo, acredito que estes três sejam os mais representativos por partilharem argumentos fundamentais.

É sob a vigilância de Reagan que a AIDS surge como grave problema de saúde pública evidenciando a importância da já largamente perpetrada gestão das práticas sexuais da população. Uma reflexão apressada poderia nos levar a pensar que a epidemia teria engatilhado a constituição do sexo pela via do perigo, mas não parece ser este o caso. Desde o final da década de 1970 (apenas para citar um de inúmeros exemplos) o Partido Republicano tomou como bandeira central o decréscimo das taxas de gravidez na adolescência a partir de uma lógica discursiva muito elucidativa. Tratarei esta questão a seguir.

3.1.1 Educação e Abstinência: os perigos do incitamento ao sexo

Os programas educacionais de promoção da abstinência sexual são garantidos e financiados em território norte-americano desde 1981 pela lei federal *The Adolescent Family Life Act* (AFLA). A regra foi aprovada de maneira apressada em resposta a uma demanda popular que clamava por medidas de decréscimo das taxas de gravidez entre as adolescentes – uma questão tida como de primeira ordem na sociedade americana setentista. Em 1980 este se tornou um dos pontos-chave da campanha presidencial de Ronald Reagan (EISENSTEIN, 1987; HOWELL, 2007) evidenciando, desde aquele momento, que os chamados “valores familiares” seriam uma questão central de sua administração.

Em 1981 o governo americano aprovou a AFLA como uma emenda da *Public Health Service Act*. A lei visava garantir o financiamento de programas de educação sexual que ficaram conhecidos mais tarde pelo nome de *abstinence-only programs*. O orçamento federal destinado a financiá-los era justificado por sua dupla efetividade: se por um lado procurava diminuir os índices frequentemente referidos como “alarmantes” de adolescentes grávidas, por outro combatia também a disseminação de DSTs. A AFLA é tida como a primeira grande medida administrativa de Ronald Reagan como presidente dos EUA, e seu impacto ideológico é motivo de disputas até hoje.

Garcia e Parker (2007) apontam para a dispersão destes programas em um nível global lembrando que o modelo foi exportado ao longo das últimas décadas para países com grande número de infectados pelo HIV como parte dos esforços internacionais de controle da epidemia. Sua preocupação com os perigos de um discurso que “ênfatiza a importância da abstinência até o casamento e da fidelidade durante o mesmo em detrimento do uso de preservativos” (2007, p.4) é evidente e justificada. É importante, no entanto, retrair a gênese deste que também é um dos principais modelos de educação sexual em vigor nos Estados Unidos desde sua criação como política de saúde pública nacional.

A AFLA, poucos anos depois de sua aprovação, foi levada à Suprema Corte acusada de violar a separação garantida por lei entre Igreja e Estado. O processo correu por quase dez anos, seis dos quais durante o duplo mandato de Reagan. Em 1993 o caso foi encerrado por um acordo entre as partes; desde então outros grupos tentaram provar a inconstitucionalidade destes programas, sem sucesso. Parece-me, no entanto, que os programas *abstinence-only* vêm constituir muito mais que um problema legal, e mais que uma disputa acerca de quais valores se sustentam quando descolados de um repertório dogmático estritamente religioso. Eles reiteram de maneira evidente toda a lógica de estratificação sexual professada, por exemplo, pela abordagem *reaganiana* à questão da AIDS: a de que “a sexualidade que é ‘boa’, ‘normal’, e ‘natural’ deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial.” (RUBIN, 1999, p.152).

Mas se buscamos, em um nível global, entender os direitos sexuais como parte dos direitos humanos mais básicos dentre os quais estaria o de acesso a informações “neutras e seguras” a respeito do sexo (GARCIA e PARKER, 2007), como compreender a permanência de uma proposta de educação que enaltece a “castidade” e o “auto-controle”¹⁶? Na década de 80 mais da metade das escolas norte-americanas optaram por esta abordagem de educação

¹⁶ “The History of Federal Abstinence-Only Funding”. Disponível em <<http://www.advocatesforyouth.org/>>. Acesso em 26 de jan. 2014.

sexual (em vigor, hoje, em pelo menos 35% delas) (HOWELL, 2007). Desde o final da década de 1960, no entanto, a direita já apresentava preocupação com uma regulação das informações sobre sexo que podiam circular, especialmente entre os jovens adultos. Rubin lembra (1999, p. 147):

Por volta de 1969, a extrema direita descobriu o Conselho de Educação e Informação Sexual dos Estados Unidos (SIECUS). Em livros e panfletos como *The Sex Education Racket: Pornography in the Schools* e *SIECUS: Corrupter of Youth*, a direita atacou o SIECUS e a educação sexual como uma conspiração comunista para destruir a família e enfraquecer a vontade nacional (Courtney, 1969; Drake, 1969). Outro panfleto (...) afirma que a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) está mancomunada com o SIECUS para debilitar os tabus religiosos, para promover a aceitação de relações sexuais anormais, minimizar os padrões morais absolutos e ‘destruir a coesão racial’, ao expor pessoas brancas (especialmente as mulheres brancas) aos padrões sexuais rebaixados das pessoas negras.

Gostaria de destacar neste cenário a prevalência de um discurso – de uma maneira determinada de compreender e abordar o universo do sexo – que volta a imperar na década de 1980. Ao nos debruçarmos sobre este panorama parece razoável que indaguemos se era sequer possível uma fala sobre o sexo que não fosse, nestes moldes, considerada *incitadora*. Esta questão, bem como a problemática acerca da epidemia HIV/AIDS, é marcada por uma assertiva de que falar de sexo é, necessariamente, promovê-lo e incitá-lo. Por trás disso, parece haver mais uma implicação igualmente poderosa e óbvia: a de que a promoção do sexo é ruim e deve ser evitada.

Outra reflexão central que precisa ser feita acerca da AFLA diz respeito às estatísticas sobre gravidez na adolescência nos Estados Unidos. As pesquisas mostram que desde 1950 a taxa de jovens grávidas entre 15-19 anos vem decrescendo sistematicamente¹⁷ de modo que parece inevitável questionar se a própria problemática erigida acerca do tema não se justifica muito mais via o surgimento de certas concepções e discursos sobre infância e sexualidade. Com a consolidação mais ou menos recente destes períodos liminares, como a adolescência, emerge uma noção de que esta categoria de pessoas não estaria ainda amadurecida a ponto de poder ser exposta a temas sexuais e fazer julgamentos acertados acerca dos perigos e responsabilidades implicados nesta arena.

Sendo assim, mensagens confusas e dúbias parecem circular quando passam a ser cobradas posturas de “retidão” e “auto-controle” de pessoas que sequer são consideradas capazes de discernimento quando expostas a qualquer tipo de informação referente a práticas

¹⁷ “Teen Pregnancy”. Disponível em <<http://www.guttmacher.org/pubs/tgr/05/1/gr050107.html>>. Acesso em 26 de jan. 2014.

sexuais (ainda que este repertório de conhecimento se apresente via um formato sóbrio, técnico e asséptico como é o caso dos materiais produzido pela SIECUS). O problema se torna ainda maior e mais imediato quando parcelas mais conservadoras da sociedade se deparam com dispositivos cujo conteúdo, formato e propósito têm um cunho erótico muito mais manifesto, como é o caso da pornografia, e com sexualidades que fogem às estritas recomendações da heteronormatividade reprodutiva.

O que parece haver de mais emblemático acerca da AFLA é a legitimação via um aparato jurídico-legal de um modelo de educação sexual centrado em uma pesada gerência das informações. Mas a opção pelo “não-incitamento” e da gestão da circulação dos saberes ditos sexuais é muito elucidativa – e, mais que isso, muito discursiva. O embate entre os modelos promovidos pelos programas *abstinence-only* e pela SIECUS permanecem em disputa na sociedade e na política norte-americana, embora a AFLA e seus desdobramentos estejam de maneira muito mais evidente sob escrutínio.

3.1.2 AIDS, moralidade, e minorias sexuais

A AFLA colocou na mesa certos indicadores de como a administração republicana se posicionaria, e sob que ótica abordaria questões referentes à sexualidade naquele contexto histórico. Sendo assim, não é surpreendente que a postura do governo Reagan em relação à epidemia HIV/AIDS, especialmente ao longo do primeiro mandato, tenha sido, essencialmente, de silêncio. Ciente do problema desde o primeiro ano da presidência [ver Item XV], Reagan só falou publicamente do mesmo em 1987 (o que não significa que medidas de saúde pública não tenham sido tomadas neste intervalo) (HOWELL, 2007). Embora a mídia tenha tornado a questão pública, é senso comum entre apreciadores e opositores que um pronunciamento oficial das autoridades e do Estado deveria ter sido feito muito mais depressa. Em 1984 Gayle Rubin escreveu (1999, p.164):

A AIDS é tanto uma tragédia pessoal para aqueles que contraem a síndrome como uma calamidade para a comunidade gay. Os homofóbicos tem alegremente se apressado em virar a mesa dessa tragédia contra suas vítimas. [...] Phyllis Schiafly lançou recentemente um panfleto argumentando que a aprovação da Ementa de Direitos Iguais tornaria impossível “nos proteger legalmente contra a AIDS e outras doenças transmitidas por homossexuais” [...].

É muito evidente em *Pensando o Sexo* a preocupação de Rubin com dois temas em especial: a maneira como a AIDS poderia (e seria mesmo) utilizada para reiterar uma lógica histórica e ainda em vigor de estratificação sexual, e a maneira como poderia ser usada para a passagem de leis e políticas cujos únicos desdobramentos reais seriam uma caça às minorias

sexuais. Não por acaso, estas também são as suas maiores preocupações relativas à perseguição da pornografia.

Mas se Reagan demorou seis anos para fazer um pronunciamento oficial a respeito da epidemia, alguns de seus críticos viriam a desejar que ele jamais o tivesse feito. Em seu longo discurso de 1987, uma citação é especialmente memorável. Ele disse: “Mas sejamos francos, as informações sobre a AIDS não podem ser o que alguns chamam de ‘neutras de valor’. Afinal, em se tratando da prevenção da AIDS, não estariam a medicina e a moral nos ensinando a mesma lição?”. Esta fala é por demais emblemática para ser ignorada. Ela consegue trazer simultaneamente à tona *todas* as dificuldades relacionadas à esfera da sexualidade propostas por Gayle Rubin (1999) e escrutinadas por mim no capítulo anterior. Desde que o indivíduo não fizesse nada imoral, propôs Reagan, ele não teria motivos para se preocupar. O imoral, por dedução, seria o engajamento em relações homossexuais, relações com múltiplos parceiros, prostituição e o uso de drogas. O discurso do presidente *não* era, portanto, para estas pessoas – seu discurso era para as famílias americanas. Como sugerem Garcia e Parker (2007, p.16):

HIV/AIDS tem chamado atenção para certas populações que são categorizadas, medicalizadas e objetificadas – incluindo trabalhadores do sexo, homens que fazem sexo com homens, e usuários de droga intravenosa – em termos que têm sido usados para marcar grupos de risco e justificar intervenções comportamentais. Em nome da objetividade, estes grupos têm sido frequentemente culpabilizados e repreendidos como os responsáveis pela dispersão da epidemia.

Não foi por acaso que as vítimas da AIDS foram transformadas em verdadeiros algozes da sociedade. Como bem aponta Rubin (1999), as qualidades particulares do vírus e sua transmissibilidade foram usadas para reforçar medos antigos de que a atividade sexual, a homossexualidade e a promiscuidade levam à doença e à morte. A tragédia da AIDS foi ao encontro, portanto, a uma verdade sobre o sexo há muito circulante em algumas esferas da sociedade norte-americana.

No primeiro ano do governo Reagan os recursos nacionais dedicados às pesquisas sobre a cura da AIDS foram de irrisórios um milhão de dólares (HOWELL, 2007). Ao final de seu governo, os recursos federais destinados ao combate à epidemia permaneciam menores que de alguns estados americanos (Idem). Em 1987 o Senador Republicano Jesse Helms (com o apoio do então vice-presidente George H. W. Bush) foi bem sucedido em aprovar uma medida que proibia esforços de educação e prevenção da AIDS que

“encorajassem ou promovessem atividades homossexuais” (Idem) – a afinidade com o discurso que possibilitou a aprovação da AFLA é auto-evidente.

Já em seu segundo mandato, Reagan encomendou a uma comissão de políticos e especialistas um relatório que proporia diretrizes para a distribuição de recursos, políticas de conscientização, de combate à discriminação, e prevenção da disseminação do vírus HIV. Mesmo escrito por uma bancada majoritariamente republicana e conservadora, o documento apontava para a centralidade de uma política de educação social e proteção legal das pessoas infectadas. O relatório foi intitulado *Report of the Presidential Commission on the Human Immunodeficiency Virus Epidemic* (1988).

Duas propostas de investida do governo acabaram tomando grandes proporções neste período: uma que tornava compulsório o teste HIV para toda a população americana (endossado especialmente pelo então vice-presidente George Bush), e outra que tornava ilegal a demissão e a divulgação pública da identidade das pessoas infectadas (endossada pela comissão). Nenhuma das duas propostas foi sancionada por Reagan¹⁸, mas tal postura deixou a brecha para que, na falta de uma regulação legal, pessoas continuassem a ser coagidas a fazer o teste e demitidas pelo seu resultado.

Mesmo enfrentando resistência da maior parte do governo, a comissão que propôs as diretrizes foi vitoriosa em conseguir a aprovação do envio de mais de cem milhões de cópias de uma versão resumida do relatório para todos os lares americanos¹⁹. Embora não tenham conseguido evitar a medida, alguns políticos republicanos manifestaram sua desaprovação publicamente argumentando que alguns cidadãos poderiam se sentir ofendidos por receber material não requisitado e de conteúdo sexual (VALDISSERRI, 2011). De qualquer modo, era a primeira vez em *seis* anos que o governo repassava à população qualquer informação e discutia políticas de saúde relativas à epidemia HIV/AIDS.

É curiosa a maneira pela qual a idéia de “incitamento” aparece sistematicamente na administração Reagan. Sua relutância em falar da AIDS, em enviar diretrizes de prevenção à população, a proibição de esforços de contenção da epidemia que “encorajassem atividades homossexuais”, a predileção por uma educação sexual voltada para o desencorajamento do sexo pré-marital, a resistência em investir em políticas de incentivo ao uso de preservativos e contraceptivos – todas estas posturas destacam um receio quanto ao poder de incitamento do discurso. Não por acaso, deste modo, seu partido decretou uma verdadeira cruzada àquele que

¹⁸ O presidente, no entanto, autorizou o teste obrigatório entre imigrantes e presidiários (VALDISSERRI, 2011).

¹⁹ A medida é lembrada como a primeira vez em que o governo federal americano forneceu à população informações de saúde com conteúdo sexual explícito. Também é tida, até hoje, como a maior remessa de qualquer tipo de material já enviado pelo correio: 107.000.000 de cópias.

era, afinal, o maior e o mais perigoso incitador de práticas sexuais perigosas e promíscuas: a pornografia.

3.1.3 “Pornografia é a teoria, estupro é a prática.”²⁰ – instituindo uma política anti-pornografia

Em 1983 a pornografia voltou a ganhar as manchetes quando um elaborado projeto de lei municipal anti-pornografia idealizado por Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon foi aprovado em uma série de cidades e municípios antes de ser declarado inconstitucional pela Suprema Corte Federal (DUGGAN e HUNTER, 2006). No prefácio de uma edição posterior de *Men Possessing Women*, Dworkin relembra (p. XXVIII, 1989):

No outono de 1983, algo mudou. O discurso das mulheres feridas pela pornografia se tornou público e real. Eles começaram a existir na esfera da realidade pública. A advogada constitucional Catharine A. MacKinnon e eu fomos contratadas pela cidade de Mineápolis para escrever um esboço de uma emenda aos direitos civis da cidade: uma emenda que reconheceria a pornografia como uma violação dos direitos civis da mulher, como uma forma de discriminação sexual, um abuso dos direitos humanos. Nós também fomos convidadas a organizar audiências que dariam a câmara legislativa um registro da necessidade de tal lei. Essencialmente, os legisladores precisavam saber que essas violações eram sistemáticas e generalizadas na população que representava, e não raras, anômalas, ou peculiares.

Os anos ouvindo as histórias privadas se tornaram anos de desespero para mim. Era impossível. Eu não podia ajudar. Não tinha jeito. Eu ouvia; seguia o meu caminho, nada mudava. Hoje vejo que todos os anos ouvindo eram conhecimento, conhecimento real que podia ser minado: uma fonte – nem um fardo, nem uma maldição. Eu sabia como as mulheres se ofendiam com a pornografia. Meu conhecimento era concreto, não abstrato: Eu sabia como era usada, como era feita, conhecia as cenas de exploração e abuso na vida real – as vidas das prostitutas, filhas, namoradas, esposas. Eu sabia o que as mulheres falavam quando ousavam sussurrar o que acontecia com elas; Eu conseguia ouvir as vozes delas na minha cabeça, no meu coração. Eu não sabia que aquelas mulheres estavam ao meu redor, em todo lugar, em Mineápolis naquele outono. Eu ficava triste quando as mulheres vinham falar, e embora eu ouvisse com desprendimento as histórias de estupro, incesto, prostituição, surras e tortura - tudo a serviço da pornografia - por dentro, eu queria morrer.

O projeto de Dworkin e MacKinnon era – sem dúvida alguma – uma extensão; um desenvolvimento esperado de *Men Possessing Women*. O diferencial residia no clima político extremamente favorável a intervenções legais na arena da sexualidade, como já ficara provado pela AFLA. A AIDS também já havia ganhado os noticiários de todo o país, embora o governo mantivesse silêncio sobre o problema. A associação entre promiscuidade sexual e a

²⁰ Slogan das campanhas anti-pornografia cunhado por Susan Brownmiller.

nova doença foi, sem sombra de dúvida, essencial para que entidades religiosas e conservadoras, republicanos, legisladores, ativistas anti-ERA e residentes de áreas próximas a bairros conhecidos por seu intenso comércio erótico²¹ voltassem a atenção para a reivindicação feminista (DUGGAN e HUNTER, 2006). A AFLA e a epidemia da AIDS tornaram evidente, portanto, a frágil distinção entre moralidade e legalidade no que concernia as políticas sexuais da administração Reagan.

Deste modo, foi como resposta ao projeto municipal que ativistas feministas liberais criaram o FACT (Feminist Anti-Censorship Taskforce) em 1984. O grupo se uniu eventualmente com organizações ligadas à mídia e à indústria pornográfica em uma coalizão que tinha como objetivo principal apontar a inconstitucionalidade da regulamentação Dworkin/McKinnon – para a melhor compreensão dos eventos e disputas relativas às duas coalizões, sugiro a leitura dos itens XVIII ao XXXIII da linha do tempo. Os motivos da preocupação do feminismo liberal com a regulamentação serão abordados adiante.

O fato de a indústria de entretenimento adulto existir explicitamente em uma zona legal “cinzenta”²² também foi importante para que a pornografia alcançasse o *status* de questão social de primeira ordem. Isso se deu porque, independentemente da revogação posterior do projeto de lei, Dworkin e MacKinnon conseguiram atrair a atenção de juristas, políticos e da grande mídia para a discussão. Diante do problema, Ronald Reagan decidiu, em procedimento parecido com o que gerou o *Report of the Presidential Commission on the Human Immunodeficiency Virus Epidemic*, montar uma comissão liderada pelo então Attorney General²³ Edward Meese para estudar os efeitos sociais da pornografia e para

²¹ Bairros onde estavam localizadas produtoras de filmes adultos, videolocadoras, cinemas pornô e até mesmo casas de prostituição.

²² A possibilidade de existência da indústria pornô é garantida por um dos princípios essenciais da Constituição Norte-Americana – o direito de livre expressão assegurado pela Primeira Emenda – ao mesmo tempo em que violaria a chamada Lei de Obscenidade – um conjunto de regras segundo as quais materiais julgados indecentes ou obscenos seriam considerados promotores da violação das leis e corruptores da moral devendo ser proibidos. Para maiores informações: <<http://www.lectlaw.com/def2/o002.htm>>. Acesso em 26 jan. 2014.

²³ *Attorney General* é um dos cargos mais importante da Casa Branca e seu ocupante é apontado diretamente pelo Presidente. Não há um cargo análogo na estrutura política brasileira, entretanto, o AG chefia o *Department of Justice* (que equivaleria parcialmente ao Ministério da Justiça do Brasil), mas acumula funções que, no Brasil, são exercidas pelo Procurador Geral da República e pelo Advogado Geral da União. (Fonte: <<http://www.migalhas.com.br/LawEnglish/74,MI137973,91041->

[Os+cargos+de+Attorney+General+US+Attorney+e+State+Attorney](http://www.migalhas.com.br/LawEnglish/74,MI137973,91041-)>. Acesso em 26 jan. 2014):

“O ministério da justiça possui 40 componentes organizacionais, incluindo a Agência Antidrogas (Drug Enforcement Administration), a Agência Federal de Investigação (FBI), a Polícia Federal (U.S. Marshals) e a Agência Federal de Prisões (Federal Bureau of Prisons). O procurador geral da república representa os EUA nas questões legais, aconselha o presidente e os chefes do executivo e ocasionalmente aparece em pessoa perante o Supremo tribunal federal”. (Fonte: <<http://www.whitehouse.gov/our-government/executive-branch>> Acesso em 26 jan. 2014).

sugerir diretrizes legais para a questão [ver Item XXX]. O Presidente sempre se mostrara muito sensível a questões sociais que lhe permitisse se aproximar de grupos de esquerda sem distanciar-se de sua base republicana – e a falta de coesão ideológica da oposição democrata no que concernia a pornografia permitiu que Reagan se valesse desta carta com sucesso (HOWELL, 2007). Deste modo, em uma coalizão tida, para alguns, como improvável, feministas radicais e a Nova Direita juntaram esforços contra produtores, distribuidores e consumidores de todo tipo de material erótico.

O tom do *Final Report of the Attorney General's Commission on Pornography* está definido desde a introdução do documento: ele *não* é sobre *se* a pornografia é ou não pernicioso – ele é sobre *como* ela é socialmente danosa. Todas as 34 seções que compõem o relatório se propõem a comprová-lo. A seção 16, dedicada ao depoimento de vítimas de abuso sexual (entre as quais estão mulheres, homens e crianças), é especialmente carregada emocionalmente, e investe de maneira persuasiva na relação entre pornografia e violência (DEPT. OF JUSTICE, 1986, p.197 a 224). A seção 12 (DEPT. OF JUSTICE, 1986, p.130 a 182), destinada a pesquisas sobre pornografia infantil, também não falha em convencer o leitor da urgência de uma regulação dura contra pornógrafos. Isso tudo evoca de maneira muito evidente a fala de Dworkin em *Men Possessing Women*: “Obscenidade não é sinônimo de pornografia. Obscenidade é uma ideia, ela requer um julgamento de valor. Pornografia é concreto. É a representação gráfica de prostitutas” (DWORKIN, 1989, p.6).

O que estava em jogo para as feministas liberais, não era, deste modo, deslegitimar os relatos de vítimas, ou mesmo de especialistas, sobre a relação entre pornografia, opressão e vulnerabilidade. Sua questão residia em apontar o claro comprometimento da comissão com uma agenda que não era, de modo algum, convergente com a agenda feminista. Esta incompatibilidade fica mais evidente nos trechos a seguir:

[Sobre material pornográfico não-violento e não-degradante]. Esta categoria é, de fato, muito pequena em termos dos materiais disponíveis atualmente. Existem alguns exemplos (...), mas estamos convencidos de que apenas uma pequena parcela do conteúdo sexualmente explícito não é nem violento, nem degradante. (DEPT. OF JUSTICE, 1986, p.43)

Em todas as lojas pesquisadas, revistarias e livrarias os materiais que contavam com ilustrações de intercurso vaginal entre um homem e uma mulher eram minoria entre os tipos de atividade sexual retratadas (DEPT. OF JUSTICE, 1986, p. 386).

Percebe-se, portanto, que a pornografia tida como “perniciosa” parece coincidir com as práticas sexuais que *não* ocupam o topo da pirâmide erótica proposta por Rubin. O

conteúdo tido como degradante, curiosamente, é aquele que não se refere ao “intercurso vaginal”. Vejamos mais algumas conclusões do relatório final:

A pornografia é um problema médico e de saúde pública porque a maior parte dela repassa informações falsas, intencionalmente enganadoras, e até mesmo perigosas sobre a sexualidade humana. [...] [P]orque aumenta a probabilidade de que pessoas expostas a este material adquiram comportamentos prejudiciais à saúde mental dela própria e à saúde daqueles ao seu redor. [...] [P]orque é usada como instrumento de abuso e assédio sexual. [...] [P]orque chega às mãos de crianças que são vulneráveis e podem sofrer danos mentais decorrentes desta exposição até que se prove o contrário. (DEPT. OF JUSTICE, 1986, p.42-47)

É muito curioso que a pornografia seja tão perigosa por sua evidente característica “pedagógica” ao mesmo tempo em que fontes alternativas de educação sexual eram substituídas por programas de abstinência. Também é curioso que a “exposição” a esse tipo de material seja concebido como mais danosa que a exposição à mídia não-pornográfica – que é frequentemente tão misógina, violenta e objetificante quanto a erótica. Como aponta Rubin de maneira certa (1992, p.19):

Quando a pornografia se tornou um problema, foi tratada de uma maneira inteiramente distinta. Ao invés de criticar o conteúdo sexista da mídia sexualmente explícita, e de reivindicar a produção de materiais não-sexistas, pró-feministas e voltado para mulheres, feministas preocupadas com a pornografia simplesmente demandaram sua eliminação. Diferentemente de qualquer outra categoria de mídia ou representação, a pornografia foi tratada como para além da salvação feminista.

Os motivos para esta “singularidade” da pornografia já foram extensamente debatidos no capítulo anterior de modo que não retomarei a questão. No entanto, para evidenciar de maneira definitiva o abismo entre a agenda governista e as preocupações feministas, destaco que o *Final Report* ainda descreve consumidores e pornógrafos como pessoas “incapazes de conceber que um homem e uma mulher podem se apaixonar antes de ter relações sexuais”, que “crêem que amor, afeição, casamento, procriação e responsabilidade são irrelevantes para a conduta sexual”, e como pessoas que contribuem “mais que as outras para as altas taxas de gravidez na adolescência, filhos ilegítimos, abortos e transmissão de DSTs” (DEPT. OF JUSTICE, 1986, p.45).

A recomendação final da Comissão Meese foi ambígua, como é mesmo todo relatório. Se, por um lado, ela desencoraja uma política de censura, por outro, incentiva o “endurecimento da legislação sobre obscenidade” (DEPT. OF JUSTICE, 1986). A Lei de Obscenidade é a *única* maneira constitucional de remover a proteção de um material ou discurso pela Primeira Emenda. O *Final Report* gira, do início ao fim, entre o embate entre “o direito de condenar”, e o “direito de falar”. Na página 71 podemos ler: “Sentimos que é

apropriado, portanto, dedicar um tempo deste Relatório adereçando o problema de como os cidadãos podem de maneira apropriada e legal, colocar em prática suas preocupações” (DEPT. OF JUSTICE, 1986). O capítulo 8, deste modo, é inteiramente dedicado a instruir o “indivíduo comum” a reconhecer e denunciar materiais imorais e perniciosos; se necessário, diante de um tribunal.

Os debates anti-pornografia tiveram início com uma crítica feminista relevante sobre objetificação e violência de gênero. Esta pauta, no entanto, foi seqüestrada pela agenda governista que soube agenciar a questão com destreza tendo como facilitador um contexto hiperdimensionado de pânico sexual. O *Final Report*, deste modo, é muito menos sobre políticas de gênero e combate à violência do que sobre a culpabilização de minorias sexuais “promíscuas” e “desviantes” que contribuiriam “mais que as outras pessoas” para o crescimento do número de infectados pelo vírus HIV, por DSTs, número de abortos, etc. Gayle Rubin disse (1993, p. 39):

[...] Na melhor das hipóteses, feministas anti-pornografia estão sendo ingênuas sobre o contexto em que estão operando. A direita já está adotando a retórica, os conceitos e linguagem feministas, convenientemente desprovidos de seu conteúdo progressivo.

O movimento de mulheres não tem a capacidade política de performar nenhum programa legislativo sobre pornografia neste momento. A direita não sofre dessa limitação. A direita está mais enraizada na estrutura política dos Estados Unidos do que esteve nas últimas décadas. Ela goza de um poder formidável na burocracia federal e tem enorme influência na atividade legislativa em todos os níveis de governo.

Parece-me elucidativo que, dentre os três debates – educação sexual, AIDS e pornografia –, tenha sido o último a mobilizar mais interesses e recursos, e a ganhar mais atenção nos meios de grande circulação, nas arenas político-jurídicas, na academia, e no movimento feminista. Meu argumento, afinal, é o de que eles constituem, na verdade, uma mesma discussão acerca de “questões de poder, afeição, violência, representação, consentimento, agência, diversidade e autonomia associadas ao sexo” (DUGGAN e HUNTER, 2006, p.15). Hunter (p.37) se pergunta, em determinado momento de *Sex Wars*, que caráter tão ímpar seria esse que a pornografia detém que atrairia tanta energia de lugares tão disparatados? Ora, sua fácil associação com as práticas de minorias eróticas e com práticas violentas parecem tê-la feito um alvo especialmente fácil – embora parte relevante de seu conteúdo *não* referencie práticas homoeróticas e/ou violentas, foram justamente *estas* imagens que passaram a representar a pornografia como um todo. É justamente esse tipo de associação deliberada, que se ergue de maneira manifesta sobre o que Rubin chama de

histeria erótica (1999), que dão suporte às acusações graves (e, por vezes, frágeis) que podemos ler ao longo de todo o *Final Report of the Attorney General's Commission on Pornography*.

O relatório é um artefato antropológicamente riquíssimo que diz muito a respeito da organização sociocultural e política norte-americana e do próprio ocidente no que concerne à gestão da sexualidade. Embora meu desejo legítimo fosse o de me aprofundar nestas políticas anti-pornografia, acredito que o argumento erguido ao longo deste segundo capítulo já esteja maduro o bastante para servir ao propósito imaginado: o de tornar o capítulo seguinte mais inteligível e coerente. É chegada a hora, portanto, de deixar claro qual a relação destes debates sociais com a Pós-Pornografia. Aponto, desde já, para uma aproximação essencial e muito estreita.

IMAGENS REFERENTES AO CAPÍTULO 2

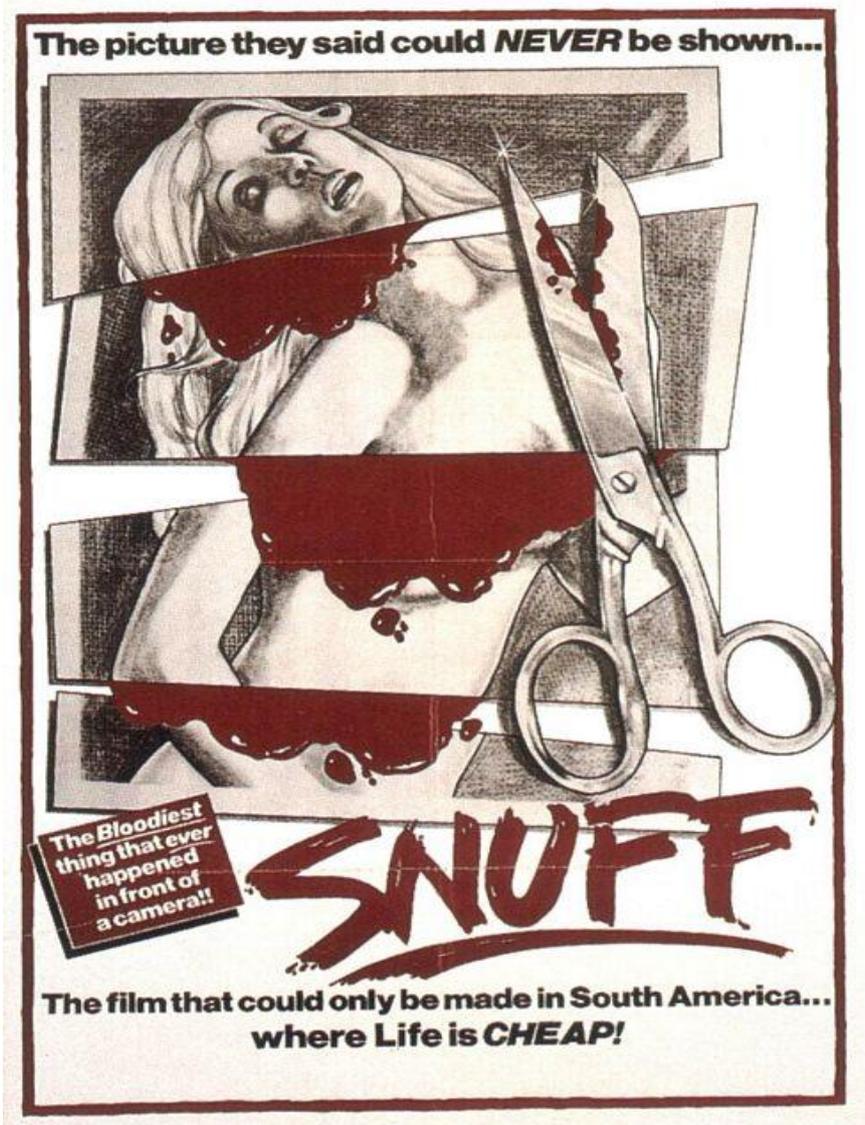


IMAGEM 1

Pôster do filme *Snuff*
(1976)



IMAGEM 2 E 3*

Movimentos anti-pornografia protestam em São Francisco. No fundo, casas de striptease e cinemas eróticos.

1977

*Disponível em:

<<http://www.berfrois.com/2011/09/carolyn-bronstein-feminism-porn/>>



IMAGEM 4

Pôster da primeira campanha
presidencial de Ronald Reagan.
(1979)

CAPÍTULO 3 – Pornotopia²⁴

1. Contra a Corrente: emergência e genealogia da Pós-Pornografia

Pornogate foi um capítulo dedicado a contextualizar as discussões feministas acerca da pornografia, o impacto das políticas sexuais da administração de Ronald Reagan no debate, as inquietações sociais catalisadas pelas disputas sexuais do período, e as mudanças culturais perpetradas no campo da sexualidade pelo advento da epidemia HIV/AIDS. Em *Pornotopia*, por outro lado, me proponho a três coisas em especial: 1) explicar como os episódios anteriormente narrados prepararam o terreno para a emergência das primeiras propostas de reapropriação do dispositivo pornográfico; 2) pensar as transformações da alternativa pós-pornô ao longo de suas três décadas de existência; 3) explicar o projeto político e estético atual da Pós-Pornografia tendo como referência uma seleção de filmes ideologicamente orientados pela mesma.

Como mencionei anteriormente, o uso de práticas e identidades sexuais passaram a ser vistas por certos grupos de feministas liberais, ainda no final da década de 1970, como possíveis instâncias de contestação e subversão da ordem patriarcal. Nesse cenário, a formação do Samois foi, sem dúvida, emblemática: o grupo de feministas lésbicas praticantes de sadomasoquismo foi uma das primeiras organizações pró-sexo a tomar parte em uma crítica das políticas anti-pornografia que começaram a tomar forma no referido período. O Samois, no entanto, encontraria um fim precoce em 1983 devido a desentendimentos entre suas integrantes (RUBIN, 1999). Embora tenha desaparecido pouco antes do ápice do controverso debate, o grupo impactou definitiva e irreversivelmente o movimento feminista. Isso fica claro quando pensamos que em 1984 algumas das primeiras publicações pornográficas voltado para o público lésbico começaram a ser editadas – a mais emblemática delas sendo, sem dúvidas, *On Our Backs*²⁵ (São Francisco) [ver Imagem 1] que não “herdou” apenas um tipo específico de fazer política, mas também algumas das ex-integrantes do Samois. De acordo com Vanessa Shanti Fernando (201?):

A revista *On Our Backs* foi publicada pela primeira vez em 1984, em São Francisco [...]. [Ela] teve um forte posicionamento pró-sexo lutando contra a censura e em favor da liberdade de expressão sexual. Os posicionamentos políticos da revista eram comunicados através de artigos [...] que comparavam a comissão sobre

²⁴ Pornotopia é um termo usado pela primeira vez por Steven Marcus no livro *The Other Victorians* (1971).

²⁵ Alguns dos nomes mais conhecidos a contribuir ou editar a revista foram: Debi Sundahl, Myrna Elana, Susie Bright, Nan Kinney, Honey Lee Cottrell, Dawn Lewis, Happy Hyder, Tee Corinne, Jewelle Gomez, Judith Stein, Joan Nestle, Patrick Califia, Morgan Gwenwald, Katie Niles, Noreen Scully, Sarita Johnson entre outras. Nomes mais recentes incluem Diane Anderson-Minshall, Shar Rednour, Tristan Taormino, e Diana Cage.

pornografia de 1985 (criada pelo procurador geral Edwin Meese a pedido do presidente Reagan) à alguma coisa “da época de McCarthy”. Talmer argumentava que as leis de obscenidade eram usadas para oprimir gays e lésbicas, bem como qualquer um que não tivesse o comportamento sexual “apropriado” para o cristão conservador. A inclusão deste artigo na revista mostra que a *On Our Backs* era politizada, e tentava desafiar as noções de obscenidade tanto num nível nacional quanto no domínio dos movimentos feministas. [...]

O sarcástico título *On Our Backs* era uma resposta direta ao periódico feminista de Washington, D.C. *off our backs*, que começou em 1970. Para o coletivo editorial de Washington D.C., o termo “*off our backs*” significava a longa subordinação das mulheres, bem como a necessidade de ação. Durante as “Guerras Sexuais” feministas, a *off our backs* tomou um posicionamento anti-pornografia e se tornou aliada ao feminismo dominante. Susie Bright, uma leitora assídua da revista, escreveu que ela ficou de coração partido quando a *off our backs* se posicionou ideologicamente “contra a liberação sexual”. Para se declarar pró-sexo, a *On Our Backs* desafiou a suposição de que uma mulher “de costas” está numa posição necessariamente subserviente. Uma mulher que escolhe um papel sexual submisso (por exemplo, no contexto de uma cena s/m consensual) não está necessariamente fazendo isso porque tem internalizada normas patriarcais; a afirmação de seu desejo e preferência também são um ato feminista. Como Debi Sundahl e Nan Kinney escreveram na edição do outono de 1989 da revista, o apoio da *On Our Backs* à sexualidade homossexual “não podia ser nada além de autônomo, radical e feminista [...]”. Revendo o surgimento da revista, Sundahl e Kinney compreenderam seus termos claramente politizados como uma afirmação feminista do direito da experiência de um prazer sexual em oposição às políticas feministas lésbicas “rígidas e tensas”.

A revista esteve estreitamente envolvida, portanto, nas discussões oitocentistas servindo como espaço crítico às políticas de censura anti-pornografia e atuando junto a grupos liberais como o FACT (BRIGHT, 2009). Em 1985 as editoras de *On Our Backs* expandiram sua atuação para além do mercado editorial e fundaram aquela que se tornaria, no final da década, uma das maiores produtoras de filmes pornográficos lésbicos do ocidente: a *Fatale Media* (TAORMINO, 2009). A revista encerrou suas atividades em definitivo em 2006, mas a produtora prossegue como uma das mais bem-sucedidas de seu nicho²⁶. Tristan Taormino – que editou a publicação por um longo período na década de 1990 (BRIGHT, 2009) – acabou por se tornar um dos nomes mais expressivos da Pós-Pornografia na atualidade.

Entre a derrocada do Samois e o advento de *On Our Backs*, um episódio especialmente emblemático teve lugar: em 1983 foi fundado um espaço de discussão feminista que ficou conhecido como Club 90. O grupo foi formado inicialmente por Candida Royalle, Veronica Vera, Gloria Leonard, Veronica Hart e Annie Sprinkle – cinco das maiores estrelas da era dourada do cinema pornô [ver Imagem 2]. Embora algumas destas atrizes já estivessem individualmente engajadas com projetos alternativos mesmo antes da criação do Club 90, a instituição do mesmo é tida como passo fundamental na direção de uma pornografia alternativa (PRECIADO, 2009a). O grupo é lembrado como a primeira

²⁶ Disponível em: <<http://www.fatalemedia.com/>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

organização de atrizes reconhecidamente feministas e serviu, a princípio, como ponto de encontro e suporte para mulheres que quisessem debater suas experiências de vida e trabalho na indústria erótica. Não demorou, no entanto, para que o Club 90 se tornasse palco de idéias relacionadas à reinvenção da pornografia *mainstream*. Linda Williams conta esta história em mais detalhes (1999, p.249):

Em 1983, um grupo de estrelas renomadas da indústria pornográfica se juntou, não para ir ao mercado, mas para fazer um chá de bebê para uma companheira de trabalho, Veronica Hart. Durante o processo, elas começaram a conversar sobre os problemas que tinham em comum na indústria. Logo elas formaram um grupo de conscientização chamado “Club 90”, e daí surgiu a colaboração de um grupo de arte feminista chamado Carnival.

Conhecimento, que produziu uma peça teatral chamada *Deep Inside Porn Stars* (bem a fundo nas estrelas pornográficas) baseada no material produzido nas reuniões do Club 90. Em uma entrevista publicada na *Jump Gut* (Fuentes e Schrage 1987, 42), as mulheres discutiam a própria percepção como feministas e sua ambivalência sobre o trabalho na indústria pornográfica. Embora as ideias ainda fossem vagas, a conversa se centrou na fala de “realismo” nos filmes hard-core, bem como nos roteiros de baixa qualidade, motivação de personagens, script e atuação. O grupo, no entanto, expressou que existiam novas possibilidades para as mulheres na pornografia. Esta ideia foi mais defendida por Candida Royalle, também na afirmação que está na epígrafe deste capítulo (“O que é o sexo”) e na sua observação de que “fomos a primeira geração de atrizes pornô a se tornar estrelas”. Uma questão que surgiu aparentemente deste grupo foi a de o que fazer com o novo “capital” vindo o valor de estrela de seus próprios nomes. [...] O que Royalle fez, foi formar a produtora *Femme* e colocar as mulheres do Club 90 como diretoras para fazer uma nova pornografia para mulheres. Nesta empresa sem precedentes, então, começamos a ver os benefícios de nos unirmos – não para formar uma economia alternativa, mas para reinvestir o valor de capital de seus nomes em um novo produto que elas planejavam criar, e agora tendo começado a distribuir, comercializar o produto como uma linha diferente de “filmes”.

Candida Royalle é lembrada, portanto, como a idealizadora dos primeiros filmes pornográficos voltados para mulheres heterossexuais (WILLIAMS, 1999). Entre as décadas 70 e 80 a ex-atriz atuou em mais de 25 longas eróticos na indústria *mainstream*. Sua produtora fundada em 1984 (*Femme Productions*) é, até hoje, uma das maiores do mercado feminista. Segundo Royalle, sua proposta é oferecer “modelos positivos de sexualidade” (O’ SHEA, 2012) através de filmes que possam ser igualmente atrativos para mulheres e seus parceiros. Além de ser palestrante recorrente em instituições de ensino superior, Royalle também é membro da *American Association of Sex Educators Counselors and Therapists* (AASECT) e fundadora da organização *Feminists for Free Expression* (FFE) (O’ SHEA, 2012).

Veronica Vera é conhecida por ter abandonado seu emprego de corretora de valores em Wall Street no início dos anos 80 para seguir carreira no cinema pornô. Ela também é célebre por seu envolvimento no ativismo transgênero tendo fundado a primeira academia de *cross dressers* dos Estados Unidos (O'SHEA, 2012). Assim como Candida Royale, a ex-atriz é membro fundadora da FFE. Em 1989, Vera perpetuou o termo “Pós-Pornografia” que passou, a partir daí, a designar os movimentos de reapropriação do cinema erótico pelos movimentos feministas e *queer*. Falarei mais disso adiante.

Gloria Leonard foi presidente da *Adult Film and Video Association of America* (AFVAA) e está no segundo mandato como presidente emérita da *Free Speech Coalition* (FSC). Talvez tenha sido a atriz mais conhecida e produtiva do Club 90 tendo atuado em aproximadamente 40 filmes entre 1976 e 1984 e co-estrelado uma das maiores e mais clássicas produções eróticas da década de 70: *The Opening of Misty Beethoven*. Entre 1977 e 1991 foi editora da revista pornográfica *High Society* (O'SHEA, 2012).

Veronica Hart, juntamente com Leonard, foi uma das maiores estrelas do período dourado do cinema adulto. Sua filmografia conta mais de 30 filmes produzidos entre 1980 e 1984. Hart é Bacharel em Artes Teatrais pela *University of Nevada, Las Vegas* (UNLV) e coordena, atualmente, o *Erotic Heritage Museum* na mesma cidade. Depois de abandonar a carreira de atriz, Hart trabalhou tanto como diretora e produtora de filmes pornográficos, como na televisão e no cinema (O'SHEA, 2012).

Finalmente, Annie Sprinkle²⁷ ingressou na indústria erótica depois de abandonar as ruas de Nova York onde trabalhou como prostituta na década de 1970. Assim como Candida Royale, Sprinkle já lecionou e palestrou em diversas instituições de ensino superior nos Estados Unidos bem como em congressos de sexologia. Hoje, ela é um dos nomes mais importantes da Pós-Pornografia – mas sua atuação não se limita à mídia cinematográfica. Além de filmes, a artista é conhecida por seu trabalho literário e teatral [ver Imagem 3]. Sprinkle tem vários projetos relativos à educação sexual e atua como sexóloga (O'SHEA, 2012).

Fica evidente através desta breve apresentação que estas pioneiras da pornografia feminista estavam inseridas estrategicamente nos debates referentes às Guerras do Sexo. Sua circulação em espaços acadêmicos (universidades, seminários e congressos) se deu muito em razão da coalizão de trabalhadores da indústria pornográfica com feministas liberais anti-censura. A conexão estreita com o FACT, por exemplo, levou as atrizes do Club 90 (entre

²⁷ Conhecida por ser a primeira atriz pornô a obter um grau de PhD (O'SHEA, 2012).

vários outros profissionais da indústria) a testemunhar diante da Comissão Meese contra uma regulação nos termos do projeto Dworkin/MacKinnon, e contra as associações entre o consumo de pornografia e comportamento violento (FERNANDO, 2017; WILLIAMS, 1999). O aparecimento de organizações tais quais a *Feminists for Free Expression* (FFE) e a *Free Speech Coalition* (FSC) – as quais ajudaram a fundar e gerenciam até hoje – também foi um desenvolvimento direto destes diálogos.

Parece-me, deste modo, que há um senso de oportunismo apurado – e uso esta expressão aqui de maneira não-pejorativa – no aparecimento de uma pornografia dirigida às mulheres e orientada por ideais feministas. A própria existência de um projeto deste tipo, afinal, só se faz plausível na medida em que os diferentes aparatos técnicos, psíquicos, médicos, sociais, alimentam e são alimentados pelo saber-prazer pornográfico. Não é possível, por exemplo, pensar uma pós-pornografia dissociada da consolidação e ampliação das políticas e ideais feministas, ou do aparecimento de uma demanda mercadológica consonante com a fomentação de novos nichos. Este contra-discurso deve muito de seu sucesso, portanto, ao êxito dos movimentos feministas nas reivindicações relativas à liberação e direitos sexuais instituídas ao longo das décadas de 1960 e 1970. O advento da tecnologia VHS e a facilidade de obtenção dos filmes por telefone ou correio²⁸ também foi fundamental para a consolidação de uma pornografia para mulheres uma vez que possibilitou que virtualmente qualquer pessoa obtivesse material sexualmente explícito sem o constrangimento de freqüentar ambientes especializados²⁹ (WILLIAMS, 1999).

O momento não era propício apenas social e economicamente: com o crescimento do movimento pró-censura e os debates relativos a misoginia, sexo, feminismo e violência, aquela “nova” pornografia se oferecia enquanto opção para aqueles consumidores que concordavam que parte do conteúdo da pornografia *mainstream* era problemático, mas que duvidavam que o banimento do gênero fosse a resposta acertada para a questão. Acredito que um momento emblemático nesse sentido é a fala de Annie Sprinkle quando esta disse que “a resposta para pornografia ruim *não* é a extinção da pornografia, mas tentarmos fazer uma pornografia melhor”³⁰. Como Williams propôs de forma brilhante, o Club 90 dispunha de um capital simbólico robusto, e se bem aplicado, seus rendimentos poderiam ser especialmente interessantes.

²⁸ Principais métodos de venda de material pornô em um período pré-internet.

²⁹ Fonte: “Pornography customers were among the first to buy home video players so they could watch their porn on their own TVs”. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/follow-the-porn/>>. Acesso em 26 jan. 2014

³⁰ . Disponível em: <http://www.goodforher.com/feminist_porn_awards>. Acesso em 26 jan. 2014

Outro ponto essencial a ser destacado – e que parece ter sido compartilhado tanto pela agenda anti-pornografia, como pelos movimentos anti-censura – se refere ao estatuto “pedagógico” do dispositivo pornográfico; o que torna a fala de Sprinkle ainda mais proeminente. Explico: se a pornografia de fato, era capaz de exercer todo este poder igualmente perverso e persuasivo sobre sua audiência, por que não utilizá-la com o propósito de repassar ao espectador valores alternativos aos considerados “objetificantes” e “sexistas”? Esta questão se torna especialmente urgente a partir de meados da década de 1980, quando a epidemia da AIDS alcançou seu ápice de vítimas. Foi neste mesmo período que a “Era de Ouro” da pornografia chegou ao fim dado o grande número de fatalidades entre trabalhadores da indústria e o perigo iminente de contágio entre os mesmos³¹ - depois da inesperada prosperidade dos anos 70 e início dos anos 80, o mercado erótico entrou recessão (WILLIAMS, 1999). Neste sentido, a *Femme Productions* foi pioneira³² no trato aberto da epidemia em suas produções, e na inserção do uso de preservativos na narrativa pornográfica – um recurso ao qual a indústria *mainstream* resiste até hoje (WILLIAMS, 1999). Mas não era só em relação à AIDS que essa diferença se fazia notar: a pornografia feminista se apoiou, desde o início, na idéia de que havia uma lacuna na educação sexual das mulheres e de outras minorias – afinal, apesar de problemática, tanto a educação sexual “formal” quanto a pornografia hegemônica eram dirigidas a um público masculino (única audiência possível para temas sexualmente explícitos).

Pelas razões até aqui apresentadas – bem como por outras que abordarei a seguir – sinto-me inclinada a apreender a Pós-Pornografia enquanto um *contra-discurso*, ou enquanto uma *perspectiva*, muito mais do que como uma “corrente” ou “movimento”: entendo-a assim como uma reação deliberada e consistente não só ao panorama ultraconservador explicitado ao longo da seção anterior, mas também ao repertório androcêntrico da pornografia *mainstream*. Gosto, nesse sentido, da definição de Beatriz Preciado (2009a, p.47):

La pospornografía no será sino el nombre de las diferentes estrategias de crítica y de intervención en la representación que surgirán de la reacción de las revoluciones feminista, homosexuales y queer frente a estos tres regímenes pornográficos (el museístico, el urbano y el cinematográfico) y frente a las técnicas sexopolíticas modernas de control del cuerpo y de la producción de placer, de división de los espacios privados y públicos y del acceso a la visibilidad que estos despliegan. [...] La noción de pospornografía señala una ruptura epistemológica y política: otro modo de conocer y de producir placer a través de la mirada, pero también una nueva definición del espacio público y nuevos modos de habitar la ciudad.

³¹ Isso levou à criação do *Adult Industry Medical Health Care Foundation* que estabeleceu um sistema em que atores pornô são testados para HIV a cada 30 dias. Segundo a indústria erótica, este método seria mais eficaz que o uso do preservativo. Esta discussão volta a emergir periodicamente.

³² Juntamente com a indústria erótica gay.

Este projeto de política sexual me parece evidente desde de o Manifesto Modernista Pós-Pornô (1989) idealizado por Veronica Vera e endossado por várias ativistas liberais. Nele, podemos ler:

[...] Nós usamos palavras de cunho sexual explicitamente, imagens, performances para comunicar nossas ideias e emoções. Denunciamos a censura sexual como anti-arte e desumana; adquirimos força com esta atitude de positivismo sexual e com este amor de nossos eu-sexuais nós nos divertimos, curamos o mundo e resistimos.

Não compreendo, portanto, que a chamada pós-pornografia tenha início com esta declaração: pelo contrário, o manifesto é muito mais um emblema e sumário daquele cada vez mais sólido ativismo pró-sexo, que seu articulador. Com sua única – e irreverente – página [ver Imagem 4], o Manifesto Modernista Pós-Pornô respondeu ao ícone da corrente pró-censura cristalizado nas quase 2000 páginas do Relatório Meese original. Hoje, o termo “pós-pornografia” ou “pornografia feminista” foi livremente apropriado por atores, produtores e diretores que se dedicam a produzir uma pornografia politicamente (e, mais que isso, teoricamente) orientada: uma que se vende como mais representativa, mais engajada e – enfatizo aqui por motivos que explicitarei nos próximos capítulos – mais realista que sua irmã mais popular (mas tudo isso sem abrir mão do repertório técnico e narrativo do gênero). Eu não saberia e nem poderia precisar, portanto, em que momento *exato* a pós-pornografia surgiu – considero a década de 1980 emblemática, mas não posso ignorar que fatos muito anteriores fazem parte de sua genealogia³³ -, e tampouco quais são as suas fronteiras. Posso, por outro lado, identificar os elementos que a distinguem como tal bem como refletir sobre os mesmos.

A partir da década de 1990, com a consolidação de um referencial teórico *queer* dentro e fora da academia, a pós-pornografia passou por transformações interessantes se apropriando muito depressa de certos subsídios deste tipo diferenciado de atuação política. Uma nova geração de cineastas (desta vez, não apenas de mulheres norte-americanas) também deve ser creditada como responsável por manter viva a utopia de uma pornografia política e libertária em um mercado tão saturado e androcêntrico como o que temos no ocidente. Neste cenário, um nome não pode ser passar sem menção no que diz respeito a historiografia recente do movimento pós-pornô: Beatriz Preciado. A autora é diretamente responsável por recuperar parte dessa narrativa e por promover artigos, debates e workshops pós-pornográficos, especialmente no século XXI. Muito da produção recente da pornografia

³³ Como já disse, os movimentos de liberação sexual iniciados na década 1960 poderiam fazer parte deste histórico bem como fatos anteriores a este.

queer e feminista dialoga diretamente com sua teoria contra-sexual. Salomé Coelho diz (2009, p.32):

Com um “humor corrosivo” (como diz Bourcier no prefácio da obra), Preciado denuncia, no *Manifesto Contra-sexual*, as tecnologias sexuais e sociais que criam a diferenciação sexual e a naturalizam, bem como apresenta práticas contra-sexuais (descritas e ilustradas) que permitem uma nova cultura do sexo/uma resignificação das experiências sexuais. A proclamação da equivalência de todos os corpos-sujeitos que se comprometem a seguir o contrato contra-sexual, bem como a procura de desconstrução da pretensa “Natureza” (que é usada para legitimar a sujeição de uns corpos a outros) constituem as grandes propostas da nova sociedade contra-sexual em que o dildo assume um papel de destaque.

Além das já citadas *Femme Productions* e *Fatale Media* um grande número de produtoras eróticas surgiu entre a década de 1990 e 2000 – acredito que, em parte, devido a uma intensificação e estreitamento da indústria com os debates e teorias *queer*. Entre os mais expressivos e atuantes estúdios contemporâneos estão: *Comstock Films* (EUA), *Pink and White Productions* (EUA), *Lust Films* (Espanha), *Blowfish Video* (EUA), *Chick Media* (EUA), *Good For Her Productions* (Canadá), *Easy on the Eye* (Reino Unido), *Strawberry Seductress Productions* (Reino Unido), *Morty Diamond Productions* (Reino Unido), *Femmegimp Productions* (Canadá), *Triangle Films* (EUA), *Good Releasing* (EUA), *New World Sex Education* (EUA), *Madison Young Productions* (EUA), entre outras produtoras de porte menor³⁴. Minha impressão é de que não é nada incidental que a praticamente totalidade de produtoras deste tipo de pornografia seja proveniente de países que passaram por intensas discussões jurídicas e sociais acerca do tema.

Como sugeri anteriormente, parece ter sido justamente através desta “nova geração” que a pós-pornografia se aproximou em definitivo de uma estratégia política marcadamente *queer* da qual é hoje absolutamente inseparável. Segundo Brady e Schirato (2011, p.63) a teoria *queer* tem marcado uma distância crítica de políticas de identidade normativas (nas quais se incluem as políticas gays e lésbicas). Os autores reiteram ainda que não há nada *em particular* a que *queer* necessariamente se refira de modo que esta “contra-normatividade” lhe é característica. Por outro lado, é unicamente dentro da arena da identidade que políticas deste tipo podem ser eficazes. Isso não significa necessariamente que o empoderamento feminino perdeu terreno ou protagonismo diante desta nova orientação teórica, mas sim, que o significado de mulher, e da própria hetero/homossexualidade se dissociou muito de uma implicação auto-evidente de desejo e aparência homogêneos nas produções pós-pornôs. De

³⁴ Para um guia mais completo recomendo verificar o livro *Good Porn: A Woman’s Guide* (2010) de Erika Lust e a página *Feminist Porn Awards*. Disponível em: <http://www.goodforher.com/feminist_porn_awards>. Acesso em 26 já. 2014

fato, por mais que a pós-pornografia tente se firmar hoje como tendência para “múltiplas audiências”, ainda é com as mulheres que estabelece mais prontamente seu diálogo. Voltarei a este ponto mais tarde.

Atualmente, as políticas pós-pornográficas englobam uma série de propostas e projetos tais quais o Pornoterrorismo, pornô artístico, parte do pornô amador, e o pornô comercial feminista e *queer* – este último, vale lembrar, interesse do presente trabalho. Este contra-discurso vem se consolidando na arena da qual faz parte através de tentativas de desarticulação do paradigma do pornô *mainstream* que se centra, como dito antes, no protagonismo do homem branco heterossexual. Tristan Taormino oferece no artigo *What is Feminist Porn?* (2009) explicações que considero elucidativas:

Quero criar pornografia que não rebaixe mulheres ou homens. Trabalho conscientemente para criar imagens que contradizem (e, com sorte, problematizam) a pornografia que representa homens e mulheres como objetos unidimensionais em que os homens são robôs sexuais e as mulheres são veículos para seu prazer. A pornografia feminista é uma que empodera espectadoras, tanto mulheres quanto homens: lhes dá informação e ideias sobre sexo. Inspira fantasias e aventuras. Valida espectadoras quando se veem a elas mesmos ou parte da sua sexualidade representada. Ela se contrapõe às outras mensagens que recebemos da sociedade: que sexo é sujo, vergonhoso, perigoso, assustador, ou que é o domínio dos homens, onde apenas seus desejos e fantasias são concretizados. Apresenta sexo como algo divertido, alegre, seguro, mútuo e satisfatório. A pornografia feminista responde às imagens dominantes com imagens alternativas e cria sua própria iconografia. Ela se esforça para representar uma diversidade de identidades e expressões de gênero, orientações sexuais, fantasias, desejos, papéis sexuais e atividades, raças e etnias, tipos de corpo, e minorias historicamente subrepresentadas ou mal representadas. Ela desafia normas culturais de beleza e apelo sexual, heteronormatividade e estereótipos de classe, e a própria definição do que 'sexo' é e o que deveria ser.

Sinto que é imprescindível esclarecer, a partir daqui, o que entendo por uma transformação na pós-pornografia perpetrada em larga medida – ou, pelo menos, assim me parece – pelo diálogo com discussões e políticas *queer*. O que proponho aqui é que os primeiros filmes produzidos pela *Femme Productions* e pela *Fatale Media* pareciam lidar com um problema muito mais marcadamente de *representatividade*: o primeiro estúdio, a princípio, dedicou-se à sexualidade da mulher heterossexual; o segundo, à de mulheres lésbicas. Havia, portanto, certa essencialização do que corresponderia ao desejo e sexualidade destas mulheres. Não me atrevo a dizer que este traço desapareceu por completo das produções atuais³⁵: pelo contrário, suspeito que a pornografia seria inviável sem pelo menos

³⁵ Existem ainda, evidentemente, filmes voltados para um público hetero ou homossexual, mas pude observar nos longas assistidos que, mesmo estas obras mais marcadamente direcionadas a um tipo de audiência, tem usado estratégias cada vez mais aparentes de desconstrução de estereótipos relativos a identidades sexuais.

uma parcela de estereotípiã – o que acontece, no entanto, é que a teoria *queer* torna a pós-pornografia muito auto-consciente nesse sentido. Não interessa debater, neste momento, os resultados deste ganho de consciência. Basta dizer que, pelo que pude observar, as produções pós-pornôs mais recentes (digamos, dos últimos dez anos) se preocupam muito mais em questionar as fronteiras da hetero/homo/transsexualidade que aquelas da década de 1980. Deste modo, acredito que há sim uma consonância deliberada do movimento contemporâneo com a teoria *queer*:

[...] [A] utilização de sinais de identidade sexual contra eles mesmos produz exatamente o tipo de confusão semiótica comumente imaginada como definitiva do *queer* e de sua indeterminação. O que é de particular importância nestas repetições de performances identitárias que falham (ou seja, que não performam a repetição de maneira apropriada) é a extensão pela qual, para gerar confusão, se torna necessário usar as ferramentas do que é reconhecível para perturbar a possibilidade de reconhecer. Como Butler insiste, as operações que podem perturbar o campo de poder podem ser encontrados justamente nos pontos em que o poder é exercido, e não em uma fantasia ou ponto distante no espaço. (BRADY & SCHIRATO, 2011, p. 64)

Outra tática poderosa se consolida na insistência em dissociar as práticas eróticas de um peso simbólico intrínseco – não há qualquer evidência, afinal, de que determinados atos sexuais sejam essencialmente desagradáveis ou degradantes, (ou ainda, o contrário disso). Também não parece haver indício de que os corpos de homossexuais e heterossexuais, de homens e mulheres, de transsexuais, bissexuais, etc., constituam-se de maneira essencialmente distinta de modo que determinadas práticas só possam ser agradáveis para determinado grupo. Ao tentar colocar lado a lado corpos, sexualidades e desejos normatizados e marginais, a Pós-Pornografia tenta confrontar o espectador com possibilidades e questões que a pornografia *mainstream* lhe nega *a priori* – questões sobre o que é ou não desejável, o que pode ou não pode excitar, sobre os limites e fronteiras de sua identidade sexual. Novamente, não é que a questão da representatividade tenha sido superada – é só que, em pequena ou grande escala, ela se tornou também alvo de auto-reflexão deste contra-discurso. Estas questões serão melhor desenvolvidas na seção a seguir.

2. O que significa o “pós”, ou do que encontrei no cinema pós-pornô

Dois capítulos e meio foram necessários para que eu chegasse até aqui e pudesse, depois de longas e demoradas discussões, dizer ao leitor o *quê* ele deve ou não deve esperar encontrar em um projeto pós-pornográfico. É verdade que eu poderia concluir a reflexão

Um bom exemplo disso são os filmes das cineastas Candida Royalle e Erika Lust que são majoritariamente voltados para mulheres heterossexuais, mas tem, cada vez mais frequentemente, exibido números de sexo lésbico, gay, práticas de *pegging*, etc.

proposta neste projeto sem necessariamente voltar-me para a concretude das produções em si – no entanto, sou da opinião de que a consulta a estes vídeos compôs parte importante da minha experiência etnográfica e me proporcionou questões que talvez não tivessem emergido de outra maneira. Sendo assim, falarei nesta seção das impressões que tive ao assistir 18³⁶ filmes pornográficos produzidos sob uma perspectiva feminista entre os anos de 1984 até 2012.

Cheguei a esta seleção principalmente a partir do livro *Good Porn: A Woman's Guide* (2010) de Erika Lust – um dos nomes mais expressivos da atualidade e dona de um dos maiores estúdios do gênero – e do website *Good For Her* que organiza a convenção anual *Feminist Porn Awards*. Considero tanto o livro quanto a página excelentes pontos de partida para aqueles que desejarem conhecer a fundo a filmografia feminista, bem como seus subgêneros e repertório. Serei a primeira a concordar que esta seleção constitui uma amostra pequena – não sei o quão pequena uma vez que não existem registros sobre a quantidade de filmes produzidos sob este rótulo específico. Mas acredito que falar um pouco das minhas experiências e impressões pode servir ao propósito de auxiliar o leitor a conceber parte das estratégias de reimaginação da iconosfera pornográfica – a visualizar *como* efetivamente o pós-pornô se distancia e se aproxima da pornografia *mainstream*.

Pois bem. Todos os gêneros cinematográficos constituem, ao longo do tempo, uma iconosfera própria: um conjunto de referências recorrentes que não apenas compõem, mas caracterizam e assinalam o pertencimento de um vídeo à determinada categoria – comédia, *western*, drama, musical, romance, etc. Além da iconografia – ou seja, dos padrões visuais que esperamos encontrar em um determinado gênero (WILLIAMS, 1999, p.128) –, há ainda uma série de clichês de ordem não visual que são igualmente relevantes na construção de um corpo (con)textual de uma tipologia fílmica – e isso é igualmente válido para o cinema erótico e o cinema “convencional”. Há mesmo um bordão jocoso – e, eu diria, apenas ligeiramente acurado – sobre este tipo de obra que diz que “quem viu um pornô, viu todos”. Parece-me, deste modo, que há mais do que apenas o sexo explícito aglomerando esta enorme quantidade de vídeos sob a mesma categoria – existe sim todo um modelo narrativo, uma ideologia, um repertório técnico e uma linguagem cinematográfica comum. Esta parte final do capítulo traz, portanto, uma breve comparação entre a iconografia do cinema pornô *mainstream* e a alternativa pós-pornográfica no intuito de tornar mais claras as estratégias e políticas de subversão do primeiro pelo segundo.

³⁶ A lista completa está disponível na introdução deste trabalho.

A Pós-Pornografia, como discurso idealizado por pessoas que trabalharam por muito tempo na produção *mainstream*, parece dominar muito bem o repertório e a linguagem do cinema erótico comercial. Mais que isso, é um projeto que se sente perfeitamente confortável com o quadro referencial do gênero clássico – o que, por exemplo, lhe impede de cair na arena da pornografia *soft core*, ou ainda, no vasto rol dos subgêneros. É deste conhecimento de causa acrescido de uma ideologia marcadamente feminista que emerge, como diz Taormino (2009), uma iconografia que é própria do cinema pós-pornô. Esta operação se torna muito clara quando comparamos a maneira com que determinados “números” sexuais (e utilizo a palavra aqui no sentido de “atos” ou “performances”) e elementos visuais são utilizados na pornografia feminista e hegemônica. Para tal, faz-se imprescindível que pensemos por qual *razão* determinadas imagens se firmaram na iconosfera do gênero em detrimento de outras possíveis. Afinal, para uma categoria cinematográfica que se pretende tão reveladora, a pornografia *mainstream* se especializou em ocultar – em jogar com o binômio visível/invisível. Salomé Coelho nos lembra ainda que na pornografia “a tecnologia (hetero)sexual (...) destaca determinadas partes do corpo para as naturalizar e apresentar como exclusivos significantes sexuais e como centros erógenos (em detrimento de qualquer outra parte do corpo)” (2009, p. 34). Não por acaso, seios, glúteos e pênis – sempre grandes e voluptuosos – ganham destaque visual, e um verdadeiro protagonismo narrativo. Estes elementos não apenas foram tradicionalmente (e quase que exclusivamente) associados ao erotismo dos corpos, como também são os principais marcadores corporais da diferença sexual que desperta a “resposta pornográfica” para a qual Williams chama a atenção na obra de Muybridge.

Para elucidar a maneira pela qual se dão algumas destas operações, evocarei a mais que famosa fábula de Diderot, *Les Bijoux Indiscrets* – citada tanto por Foucault (2012) como por Williams (1999) – que parece soar demasiadamente adequada como metáfora para o gênero pornográfico em geral. Na história, um anel mágico é capaz de fazer as mulheres confessarem suas mais particulares experiências sexuais, mas não pela fala – e sim pela “parte delas que tem maior autoridade sobre a questão” as suas “jóias” (DIDEROT, 1875 *apud* FOUCAULT, 2012). A pornografia, como sugerido anteriormente, é também uma espécie de “anel mágico”. Se, como propõem Foucault e Williams, esta se consolida enquanto discurso, tecnologia, e saber-prazer; então, sua “autoridade” jaz, largamente, em sua capacidade de apreensão da confissão involuntária das “jóias” – o orgasmo. Deste modo, a pornografia privilegiará (ao menos, a princípio) os números, as performances, os elementos visuais que forem mais favoráveis ao registro deste flagrante.

Mas quais seriam, afinal, estes “elementos privilegiados”, ou os “padrões visuais recorrentes” na cinematografia erótica *mainstream*? Tomei por base as indicações de dois especialistas para desenvolver esta questão: a própria Linda Williams (1999) em *Hard Core*, e em um guia escrito por Stephen Ziplow em 1977 intitulado *The Film Maker’s Guide to Pornography*. A partir da iconosfera do cinema hegemônico, refleti sobre as rupturas e continuidades da estética pós-pornográfica, bem como sobre suas estratégias de subversão. Esta seção, deste modo, é definitivamente uma via de mão-dupla: ao mesmo tempo em que reflete sobre os significados da reinterpretação feminista, também incide sobre os sentidos propostos pelo cinema adulto hegemônico.

2.1 Sobre iconografia, estereótipos e números³⁷ sexuais

Antes de tratar de qualquer número icônico do repertório pornográfico, eu gostaria de chamar atenção para uma das mudanças mais significativas perpetradas pela agenda pós-pornô e que diz respeito à reinvenção do corpo “atraente”. Proponho esse desvio uma vez que tenho a impressão que a compleição física dos atores e atrizes do cinema adulto é o primeiro e o mais imediato signo de tal iconosfera. É verdade que somos capazes de reconhecer mudanças significativas na preferência da indústria cultural e erótica por determinados tipos físicos ao longo das décadas – afinal, certos atributos são considerados mais ou menos atraentes e sensuais em diferentes épocas, e isso se reflete de maneira imediata na composição da iconografia pornográfica. Há pelo menos 15 anos, por exemplo, a predileção da indústria norte-americana *mainstream* vem sendo por atores e atrizes caucasianos, de corpo bem definido, e cada vez mais jovens. Firmou-se também a convenção dos corpos completamente depilados, para homens e mulheres – um atributo que não era imprescindível nas décadas de 70 e 80, por exemplo (WILLIAMS, 1999). Em se tratando de um gênero sexualmente explícito, é de se esperar também que as partes corporais tradicionalmente erógenas tenham determinada aparência: segundo Ziplow, os seios das atrizes, deste modo, devem ser firmes, simétricos e grandes, assim como os glúteos; a vagina, inteiramente depilada, deve apresentar uma proporcionalidade de lábios e clitóris; o pênis dos atores, por outro lado, deve ser sobretudo grande e esteticamente atraente (ZILOW, 1977).

Praticamente qualquer tipo corporal que escape a este quadro referencial só terá espaço em um dos subgêneros de pornografia *kink* e/ou de fetiche (WILLIAMS, 1999),

³⁷ A preferência pela idéia de “número” – usada tanto por Williams quanto por Ziplow – evoca a noção de que um filme pornô é um tipo de show no qual certas performances são esperadas. Geralmente, o termo é usado para se referir a atrações circenses ou de mágica, mas acho que ele preserva uma idéia preciosa de repetição, e mesmo de certa previsibilidade que me parece perfeitamente apropriado ao cinema erótico.

como, por exemplo : filmes estrelados por pessoas não-caucasianas, pessoas gordas, mulheres de seios pequenos, etc. Esta classificação opera de modo a normatizar, não apenas a aparência dos sujeitos tidos como mais atraentes – mas também os próprios desejos que, ao estender o olhar àquilo que não é hegemonicamente considerado bonito, é imediatamente realocado fora dos limites da norma: em outras palavras, o espectador que deseja visualizar um tipo alternativo de corpo deve ser, pelos padrões da indústria, um fetichista. Sendo assim, enquanto a pornografia *mainstream* falha em representar a diversidade da própria audiência, sucede, por outro lado, em alimentar as convenções vigentes a respeito de quais corpos são desejáveis, e quais desejos são “normais” (WILLIAMS, 1999; COELHO, 2009).

Este é, sem dúvida, um dos pontos em que os filmes pós-pornográficos que assisti romperam de maneira mais evidente com a matriz tradicional ao carregar um estandarte de aceitação da diversidade corporal³⁸ – associado largamente às políticas feministas e *queer* –, e ao priorizar, muitas vezes, as aparências, partes dos corpos, e desejos “invisíveis”. Os desejos e corpos que “não funcionam para a norma heterossexual”, e que são “descartados e invisibilizados” (COELHO, 2009, p.36) pelo mesmo preceito – gays, lésbicas, transexuais, intersexuais, bissexuais, mulheres e homens velhos, mulheres e homens de ascendência diversa, e sujeitos cujos corpos, de algum modo, desafiam o estereótipo do normal ou desejável – são colocados, deste modo, junto àqueles que *não* desafiam o “padrão”. Ao exhibir esta variedade de tipos corporais; de formas genitais; de maneiras de exercer a sexualidade para além de filiações identitárias, a pornografia feminista tenta atacar as estruturas hétero, falo e androcêntricas da corrente hegemônica. Linda Williams sugere, por exemplo, que Muybridge, “ao negar à mulher-em-movimento qualquer existência externa à da diferença marcada (...) inaugura a tradição cinematográfica de fetichização que prefere a dominação à diferença” (1999, p.53). Pois sendo assim, a pornografia feminista tenta fazer de sua existência uma jornada pela recuperação de uma diferença horizontal e plausível – ela procura fazer dos corpos “marginais”, lugares de resistência que proclamam a igualdade de valor do humano (PRECIADO, 2004). As imagens de 5 a 12 trazem fotografias de algumas das maiores estrelas pós-pornô da atualidade no intuito de ilustrar este rompimento com a estereotipia do “desejável” perpetrada pelo cinema *mainstream*.

Debrucemo-nos, agora, sobre um dos ícones mais marcantes da narrativa pornográfica clássica: o número da masturbação. Segundo o *The Film Maker's Guide to Pornography* (ZIPLOW, 1977), é imprescindível a qualquer longa pornô que se preze a exibição de uma

³⁸ Isso parece ser especialmente verdade nos filmes produzidos no século XXI. Os filmes anteriores a isso tem uma preocupação maior em exhibir corpos “atraentes” nos padrões hegemônicos.

cena de auto-masturbação feminina. A relevância deste número se apóia largamente no fato de que uma das grandes dificuldades – e também uma das grandes frustrações – do gênero pornô é, justamente, captar a “verdade” da sexualidade da mulher (WILLIAMS, 1999). O corpo feminino, afinal, oferece inúmeros desafios visuais – ao contrário do pênis, que revela “ele mesmo” a “verdade” do sexo e do prazer do sujeito através da ereção e da ejaculação, o prazer da mulher precisa ser majoritariamente representado (fetichizado) pelas famigeradas e exageradas expressões faciais e vocais das atrizes. Digamos assim, que as “jóias das mulheres” não parecem, como na fábula de Diderot, tão propensas a professar suas maravilhosas experiências sexuais tanto quanto as dos homens. A desproporção é tão significativa que, de fato, a única tomada (durante os 40 a 80 minutos de duração de um longa-metragem) que oferece *close-ups* nítidos da vagina, é a cena da masturbação (WILLIAMS, 1999). Quando em contato com um parceiro, a já pouca visibilidade oferecida pelo órgão, fica completa e irrevogavelmente comprometida (ZIPLOW, 1977).

De certo modo, é curioso que a auto-masturbação masculina seja tão incomum em longas pornôs uma vez que o pênis, visualmente, oferece tomadas muito melhores e mais acuradas que a vagina (e que são exploradas em praticamente todos os demais números da iconografia de um gênero tão marcadamente falocêntrico). No entanto, confrontar a audiência heterossexual masculina com a possibilidade de excitação diante do falo poderia constranger os espectadores. Assim, o pênis só pode ser visualmente destacado na pornografia *mainstream* em um contexto de interação. Isso não significa dizer, no entanto, que a imagem do falo não seja absolutamente central à iconografia erótica, afinal:

(...) ver e satisfazer a curiosidade sobre o pênis ereto é pelo menos tão importante quanto ver as maravilhas femininas ‘de um mundo não-visto’. É importante notar, no entanto, que enquanto a exibição de genitais femininos em um filme heterossexual pode ser suficientemente fascinante para constituir um fim em si mesmo, a exibição de genitais masculinos não pode (WILLIAMS, 1999, p.81).

O cinema pós-pornô, por outro lado, parece muito confortável com o número sexual da masturbação, e o utiliza, de fato, recorrentemente. Ao contrário da matriz clássica, que privilegia a masturbação como uma introdução ao número “principal” da penetração (ZIPLOW, 1977), o que observei em muitos dos filmes assistidos foi uma prática que era suficiente em si mesma – e que frequentemente terminava no orgasmo do homem ou mulher que o performava. É interessante como este número aparece frequentemente nas produções feministas como uma prática sexual completa – nem como um substituto de “qualidade inferior”, e nem como uma “preliminar” para o “sexo verdadeiro”, mas como uma prática

capaz de levar ao gozo, e de despertar prazer voyeurístico. Na *pornotopia* de parte da pós-pornografia, afinal, corpos em movimento podem parecer excitantes para homens, mulheres, transsexuais, etc., sem que isso necessariamente coincida com uma identidade heterossexual ou homossexual do espectador.

Questões semelhantes a da masturbação acometem o igualmente crucial número de sexo oral – outro dos ícones eternizados pela pornografia *mainstream*. Novamente aqui, o pênis oferece uma visibilidade muito mais manifesta que a vagina – Williams chega a chamar o número de “a prática mais fotogênica do cinema pornô” (1999, p.122). Ziplow aponta para as dificuldades técnicas envolvidas no registro do sexo oral feito em uma mulher, sem esquecer-se de apontar que quando *performedo* por uma mulher, a cena é fatalmente “um *hit* com a audiência pornô” (ZILOW, 1977, p.34). Mas parece evidente, a esta altura, que a “acessibilidade visual” não é o único, e sequer é o principal fator na escolha da exibição de um ato sexual em detrimento de outro. A ocultação da auto-masturbação masculina, por exemplo, parece excepcionalmente interessante para ilustrar a ficção da “visibilidade”, bem como a ausência de números homoeróticos entre homens – que constitui, de fato, o maior tabu³⁹ da pornografia hegemônica (WILLIAMS, 1999).

De qualquer modo, o cinema *mainstream* – principalmente a partir dos anos 80 – explorou com freqüência a prática de *cunnilingus*, mais frequentemente *performedo* por uma mulher em outra⁴⁰, como parte do “ato” tradicional conhecido como *girl on girl*, ou lesbianismo (WILLIAMS, 1999, ZILOW, 1977). Embora no cinema *mainstream* mulheres e homens participem deste número, há aí uma assimetria evidente – enquanto o *fellatio* é realizado em praticamente todos os filmes, e sempre por uma mulher, o *cunnilingus* poucas vezes é *performedo* por um ator (WILLIAMS, 1999). Há também um peso simbólico instituído ao redor da prática do *fellatio* que não é verdadeira para sua alternativa: o sexo oral realizado por uma mulher, em vários dos filmes clássicos, se constitui como uma espécie de prática de sujeição, uma vez que, segundo Williams, tanto a insaciabilidade como a submissão são formas de prazer estereotipicamente femininas (1999, p.178).

Pelo que pude observar, a pornografia feminista, como o cinema *mainstream*, investe de maneira repetida em cenas de sexo oral. A possível diferença é que, neste caso, a assimetria se inverte: o *cunnilingus* é retratado mais frequentemente que o *fellatio* – um desbalanceamento esperado para um gênero que tem a representação do desejo e da

³⁹ Existem pouquíssimos filmes voltados para um público masculino heterossexual que põem este tabu em cheque, mas eles não são, de modo algum, representativos da produção *mainstream*.

⁴⁰ Podendo, eventualmente, ser *performedo* por um homem.

sexualidade da mulher como tema central. Como é típico de sua narrativa e iconosfera, qualquer das duas práticas pode ser performado por atores de ambos os sexos [ver imagens 13 e 14]. Em algumas construções narrativas, o número pode sim ser envolto pela idéia de sujeição, mas aqui, desatrelado de um estereótipo de gênero, e associado a uma maneira legítima de alguns sujeitos de vivenciar e exercer a própria sexualidade. Tenho a impressão de que isso se deve, em parte, ao parentesco inegável entre a pornografia feminista e o BDSM. Como sugerido pelas autoras da revista *On Our Backs*, afinal, o feminismo pró-sexo desde o início se preocupou tanto com a desconstrução da idéia de que a sexualidade da mulher era *naturalmente* submissa (WILLIAMS, 1999), como com o desmantelamento da idéia de que uma sexualidade simultaneamente submissa e feminista era impensável.

Esta predileção pela “dominação em detrimento da diferença” associada à pornografia *mainstream* aparece de maneira muito marcada em outro ícone visual do gênero: a penetração, geralmente consolidada especificamente pelo *meat shot* (penetração pelo pênis). Apesar de algumas das fases que precederam o pornô longa-metragem não terem exibido, por questões de várias ordens, cenas de coito, esta veio a se tornar o cerne da maior parte da pornografia atual (WILLIAMS, 1999). Em um filme regular, deste modo, encontraremos todas as variações possíveis de penetração vaginal e anal dando maior tempo em tela às posições que permitem maior visibilidade (ZILOW, 1977). Mas, novamente, podemos nos argüir sobre a construção desse saber-prazer e da diferença sexual sobre a qual se ergue: a penetração, nos longas, é invariavelmente realizada pelo homem. No entanto, se a pornografia é um gênero que se coloca como capaz de elucidar, e revelar – até mesmo contra a vontade do sujeito – a verdade sobre o prazer sexual, por que razão a cinematografia *mainstream* descarta, *a priori*, a possibilidade do prazer advindo da penetração anal em um homem? As questões de visibilidade seriam, no mínimo, idênticas as da penetração em uma mulher. Porém, Williams nos recorda que no cinema, não atua apenas uma instância psíquica de “paixão pela percepção” (1999, p.45) possibilitada por um aparato tecnológico – mas atua também o aparato social que determina o repertório de atividades no qual os sujeitos podem se engajar.

Deste modo, é erigida na pornografia hegemônica uma verdade, que é desconstruída pela pornografia gay mesmo antes do advento do cinema pós-pornô: a de que o homem ocupa sempre – e por “natureza” – a posição de dominação e de penetrador, e a de que o homem *em nenhuma instância* obtém prazer sexual de práticas anais. Como analisa Foucault na *História da Sexualidade*, perversões são incorporadas e identidades passam a ser criadas em torno de práticas eróticas de modo que a pornografia *mainstream* se faz resiliente a atos sexuais que

evoquem a associação com determinadas identidades perversas (WILLIAMS, 1999), ainda que seja possível, que alguns sujeitos viessem a obter prazer através de determinada prática tabu sem necessariamente ter que se desvincular de uma “identidade heterossexual”.

Há, no entanto, várias “coerências” professadas na penetração tal qual representada na pornografia hegemônica, que se mostram precipitadas na perspectiva feminista: em primeiro lugar, a equivalência homem=dominador, em segundo homem=penetrador, e, por último, penetrador=dominador (novamente, chamo atenção para o parentesco com o BDSM). Esta operação de desestruturação de tais “coerências compulsórias” parece se dar, em primeiro lugar, quando o pênis é destituído de seu protagonismo – com ou sem o auxílio de dildos, vemos sujeitos diversos ocupando o binômio penetrador/ penetrado onde qualquer corpo pode ocupar qualquer das alternativas. Neste caso, aciono novamente Coelho quando esta nos lembra que, para Preciado, “o dildo não é apenas um objeto, mas uma operação de deslocalização/desterritorialização do suposto centro orgânico de produção sexual (de desejo, prazer)” (2009, p.33). Esta estratégia não apenas coloca outras zonas do corpo na arena da produção de prazer desestabilizando a rigidez dos “papéis” sexuais, como também derruba a presunção de que o prazer e o orgasmo residem exclusivamente na interação com um parceiro do sexo oposto [ver imagens 15, 16 e 17].

É preciso frisar novamente que esta estratégia visa problematizar o repertório ideológico professado historicamente pela pornografia, a começar pelo fato de que desafia a operação através da qual o discurso transforma práticas sexuais específicas em “perversões incorporadas” e em “especificação dos indivíduos” (FOUCAULT, 2012, p.50). Será que o prazer proporcionado – ou o mesmo o *desprazer* – por determinada atividade sexual é suficiente para vincular um sujeito a uma identidade sexual? E se, como propõe Susie Bright de maneira tão provocativa, “a penetração constituir um ato tão heterossexual quanto o beijo”⁴¹? Esta é uma possibilidade completamente inviabilizada pela pornografia *mainstream*, e é nestes momentos, precisamente, que se faz mais notável o diálogo inegável desta pornografia feminista com as idéias e estratégias de subversão frequentemente associadas à teoria *queer*. A penetração apareceu nos filmes consultados, portanto, dissociada da exclusividade de uma identidade masculina. Há sim várias cenas onde o número é levada a cabo por um casal heterossexual, mas também vemos – por vezes nos mesmos filmes – a

⁴¹ Disponível em: <http://articles.latimes.com/1994-07-24/magazine/tm-19113_1_susie-bright/3>. Acesso em 26 já. 2014.

prática entre lésbicas (com ou sem acessórios), homens gays, e práticas completamente tabu como o *pegging*⁴².

Gostaria, deste modo, de apontar para o fato de a penetração (tal qual institucionalizada pelo cinema hegemônico) permanecer indispensável à iconosfera da Pós-Pornografia – o que parece ter sido problematizado é simplesmente a associação deste número com papéis sexuais rígidos e essencializados. No entanto, para Williams e Ziplow, a penetração não constitui o principal elemento de um filme pornográfico *mainstream* – embora se faça imprescindível, não é este ícone que “resolve” a narrativa de um filme pornô. O principal “evento”, a cena imperativa à narrativa do gênero para estes autores é o chamado *money shot*: a cena da ejaculação (WILLIAMS, 1999; ZIPLOW, 1977).

Todos os “números” que se desenrolam ao longo de uma narrativa sexualmente explícita não são senão etapas que conduzem os protagonistas à resolução de seu conflito: o momento do orgasmo (WILLIAMS, 1999). Para Ziplow, “se você não tem os *money shots*, você não tem um filme pornô” (ZIPLOW, 1977, p.65). A cena da ejaculação é, deste modo, a cena de um pornô que condensa inteiramente a proposta do gênero – ela é, de maneira quase literal, o “anel mágico” de Diderot; uma “verdade” sobre a sexualidade; uma “confissão involuntária”; uma “figura retórica que permite ao gênero falar de uma determinada maneira sobre o sexo” (WILLIAMS, 1999, p.94). Segundo Williams, há na pornografia clássica a “necessidade de exibir a ejaculação externa do pênis como o clímax definitivo – o senso de encerramento – para todos os atos heterossexuais representados” (1999, p.93). Quase que feito sob medida para o gênero, o *money shot* parece alcançar o “máximo da visibilidade” que todos os outros números perseguiram. Ele é usado, de certa maneira, como um verdadeiro “atestado” da autenticidade do que professa – a comprovação de aquilo que foi exibido é o “próprio sexo”, mais que uma representação, ou uma paródia do sexo.

Williams aponta, no entanto, para uma reflexão que não pode passar sem menção: a “frequente insistência do gênero sobre o fato de que a confissão visual solitária da ‘verdade’ dos homens coincide com a realização orgásmica das mulheres” (1999, p.101). Mais uma vez, é revelada aqui a dificuldade do cinema pornô *mainstream* em imaginar o prazer feminino fora de uma economia falocêntrica. E novamente, é evocada aqui a invisibilidade intrínseca do corpo feminino, em um discurso que faz ecoar fatalmente os ecos psicanalíticos que povoam largamente o imaginário da pornografia clássica. O fetiche parece ser a resposta óbvia à limitação técnico-visual: o orgasmo da mulher é marcado pelo resto do corpo – pela

⁴² Penetração do homem pela mulher com ou sem acessórios.

expressão do rosto, pelo gemido e manifestação vocal, pela movimentação corporal. E no *razzle-dazzle* do gênero; em seu “frenesi do visível”; tenta-se distrair o espectador de sua grande contradição que pode ser definida como: “a tentativa obcecada de uma economia visual fálica em representar e determinar o exato momento da involuntária convulsão de prazer do ato sexual” (WILLIAMS, 1999 , p.113), e de representá-lo, justamente, dissociado deste.

A pós-pornografia tem nítida, como deve estar evidente a esta altura, a preocupação em apresentar alternativas a esta “economia fálica” – ela opta frequentemente pela multiplicidade e deslocamento dos prazeres, pelo “incomum”, pelos corpos “impossíveis”. No entanto, dispensar completamente o “money shot” poderia custar demais a um gênero que, de um modo ou de outro, continua a se reconhecer como pornográfico. Uma das estratégias que pude observar em alguns dos filmes consultados é a de dar centralidade à chamada ejaculação feminina – muito especialmente em filmes produzidos de maneira explícita para uma audiência lésbica ou *queer*. É interessante notar como a ejaculação da mulher cumpre exatamente a mesma proposta de confissão do prazer – e aqui, com a vantagem de se fazer visível mesmo durante a penetração. Ela se a propõe a ser, deste modo, um distanciamento importante da pornografia tradicional, ao mesmo tempo em que perpetua um clichê visual-ideológico do gênero erótico em geral: é verdade, por exemplo, que a cena é completamente subvertida quando constata que mulheres também podem expressar esta “máxima” do desejo, mas por outro lado, não soará também como expressão *definitiva* da satisfação sexual feminina? Não entrarei nesta discussão no momento, mas levanto a questão para recuperá-la nos capítulos finais.

Outra coisa que não pude deixar de notar é que as cenas de ejaculação masculina parecem vir desaparecendo da iconografia feminista. Isso não parece, no entanto, ter relação com tipos diferenciados de audiência – mas é perceptível que filmes produzidos até meados de 2000 recorreram muito mais a este número do que os filmes da última década. Especulo que muito disso tenha relação com críticas feministas acerca da dificuldade de superação do falocentrismo pela pós-pornografia. A prática ainda é exibida vez ou outra nas produções recentes, mas inteiramente destituída da centralidade que ocupa no pornô *mainstream* – ao contrário da recomendação de Ziplow, o *money shot* não parece mais definidor do que é ou não pornográfico. Explico: muitos dos filmes feministas a que tive acesso exibiram, em algum momento, uma cena de ejaculação (de homens, de mulheres, ou de ambos), mas nem toda prática ou número sexual terminou inevitavelmente em um: pelo contrário, a maioria *não* terminou. Deste modo, o ícone que tão frequentemente encerra as narrativas libidinosas

do cinema erótico hegemônico, também encerrará esta seção. Seu controverso peso simbólico e seu valor visual são extremamente difíceis de dissociar da linguagem pornográfica. Mas se as alternativas feministas não conseguiram superá-la por completo, pelo menos parecem ter sido bem-sucedidas em destituir o número de sua posição de metáfora última do prazer sexual. O significado e o sucesso destas transformações serão extensamente recuperadas no capítulo 4: *Pornoteoria*.

IMAGENS REFERENTES AO CAPÍTULO 3



IMAGEM 1

Algumas edições da publicação *On Our Backs*



IMAGENS 2 e 3

2) Atrizes do Club 90.

3) Annie Sprinkle em uma de suas
mais famosas performances
artísticas.

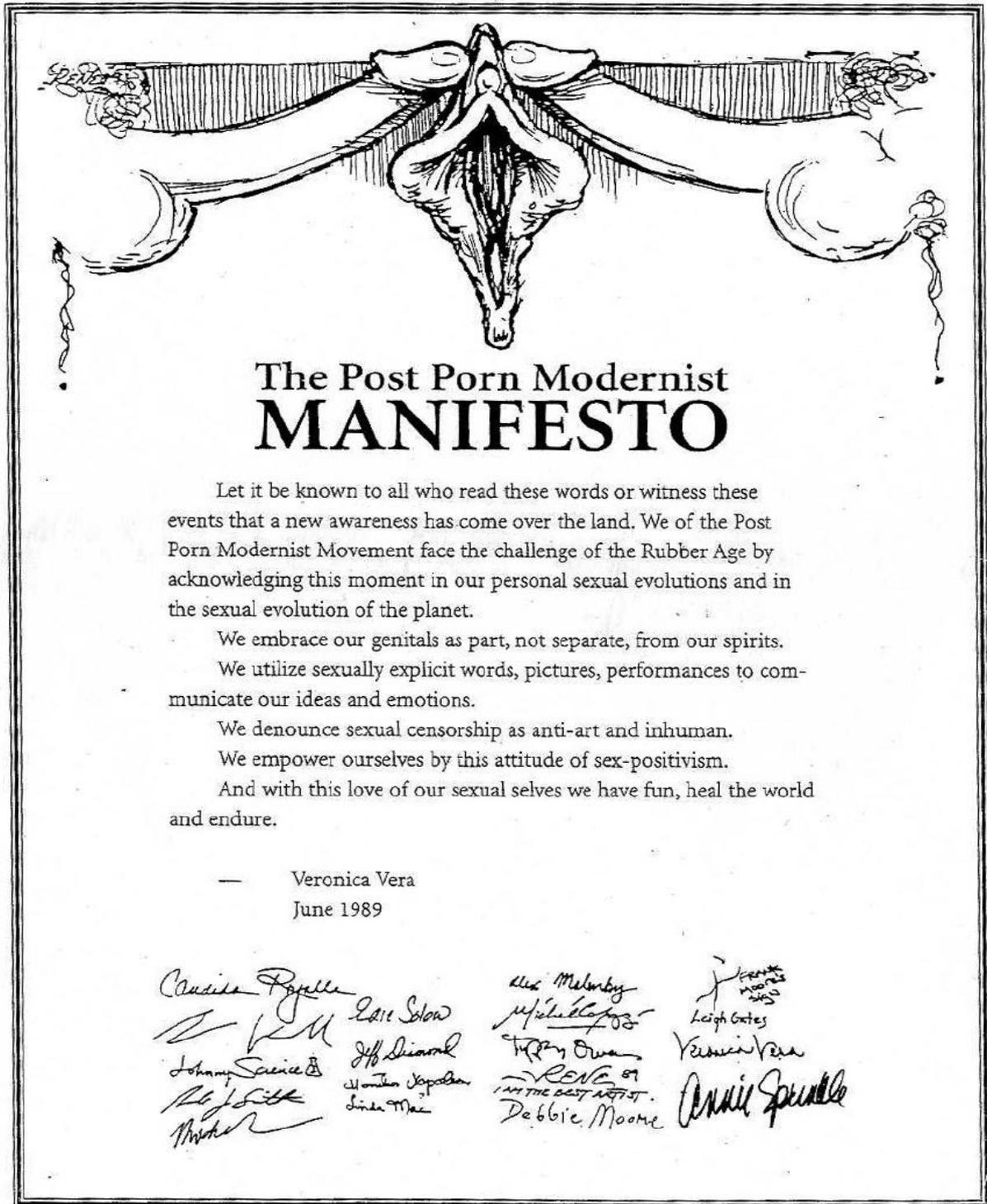


IMAGEM 4

Manifesto Modernista Pós-Pornô
(1989)



IMAGENS 5 e 6

Ensaio fotográfico de Jiz Lee (atriz). Na segunda foto, junto à atriz da pornografia *mainstream* Stoya.



IMAGEM 7

Buck Angel.(ator e diretor)
Fonte: <http://www.buckangel.com/>



IMAGENS 8 e 9

Maggie Matchin e Ned Henry (atores e diretores)

Fonte: <http://margaretandedward.com/>



IMAGEM 10
Madison Young (atriz e diretora)
Fonte: <http://staggstreet.com/galleries.html>



IMAGEM 11

Kelly Shibari (atriz)

Fonte: <http://photosbycoop.tumblr.com/>



IMAGEM 12

Papi Coxxx (atriz)

Fonte: <http://straight.fleshbot.com/5928950/a-field-guide-to-papi-coxxx>



IMAGENS 13 e 14

Cena clássica de *Deep Throat* (EUA, 1972). O filme ajudou a instituir a importância do número do sexo oral no cinema *mainstream*.

Cena de *Cinco Historias Para Ellas* (Espanha, 2007). Como na maioria dos filmes pós-pornôs, o sexo oral é frequentemente realizado nas mulheres.



IMAGENS 15 e 16

Cena de *Cute & Horny* (EUA, 2004). A tomada é clássica no cinema *mainstream* em cenas conhecidas como *meatshots* e evita ao máximo exibir o ator que performa a penetração.

Cena de *L.A. Lust* (EUA, 2008). Na pornografia feminista ambos os atores estão sempre no enquadramento.



IMAGEM 17

Expert Guide to Pegging (EUA, 2008).

CAPÍTULO 4 – Pornoteoria

1. Fechando o Círculo – Ativismo, política e teoria social

A presente dissertação foi concebida estruturalmente em formato circular. Isso quer dizer que, ao invés de privilegiar uma linearidade temática e temporal, optei por avançar e retornar a temas de acordo com a estrutura do argumento. Nada mais inequívoco, deste modo, que recuperar a partir daqui o tema chave do primeiro capítulo: o aparente antagonismo das teorias sociais feministas no que diz respeito à abordagem da pornografia. No entanto, se fui ao menos ligeiramente bem-sucedida, deve ser difícil a esta altura separar ativismo, política, teoria e ideologia no que concerne, pelo menos, a pornografia feminista; a questão do borramento destas fronteiras imaginárias voltará, portanto, a ser uma discussão central nesta seção. Outros dois pontos importantes também serão alvo de reflexão: o sucesso e os limites das estratégias pós-pornográficas, e a relevância da crítica radical na atualidade. Antes de tudo, no entanto, argumentarei que toda esta discussão é pertinente para além dos estudos sobre pornografia.

1.1 Uma questão de semântica.

Desde que comecei a pesquisar sobre pornografia tive a impressão de que este tema tinha muito em comum com outro tópico de aparentemente irreconciliável dissenso na teoria feminista contemporânea. Eis que em minhas peregrinações bibliográficas me deparei certo dia com uma entrevista de Stoya – uma das grandes estrelas pornô do atual cinema adulto *mainstream* – que me deu ainda mais motivos para inquietação. Ela declarou o seguinte: “No final do dia, estamos ambas aceitando dinheiro por sexo. No papel existe uma diferença metafórica de 1/16. É praticamente só semântica.”⁴³. Ela respondia, como se pode imaginar, a uma pergunta sobre pornografia e prostituição.

Não tenho nenhum interesse em debater as implicações ou acurácia de sua declaração. Mas concordo que, pelo menos nos debates feministas, há uma aproximação genealógica entre os dois temas. Isso se dá por conta da tensão aparentemente impossível de solucionar entre ativismos centrados em liberação sexual, ou em violência de gênero – e em que arena esta disputa é mais polarizada que nos debates sobre prostituição e direitos humanos? José Miguel Nieto Olivar trata da questão de maneira extremamente eloqüente (2012, p.106):

⁴³ Disponível em: < <http://stoya.tumblr.com/post/4474007023/hi-stoya-ive-got-a-shot-and-i-must-admit> > . Acesso em 26 jan. 2014

De fato, prostituição e trabalho sexual só aparecem como questões de direitos humanos relacionadas com crimes ou vulnerações. Se observarmos rapidamente o lugar que a "prostituição" ocupa na estrutura discursiva do Sistema de Nações Unidas, veremos a negatividade lógica e política com que é abordada, apesar da crescente participação dos movimentos de prostitutas nas agendas globais de *advocacy* de direitos humanos. Prostituição aparece associada ora a tráfico de pessoas (Protocolo de Palermo, UNODC), ora a infortúnios femininos em processos de migração nacional e internacional (Organização Internacional para as Migrações - IOM), ora à violência e à discriminação contra as mulheres - além de tráfico (CEDAW/ONU-MULHERES), ora a problemas de saúde pública (WHO, UNAIDS, UNFPA), ora à exploração sexual e ao trabalho escravo (UNICEF, OIT). Nunca, até onde temos conhecimento, prostituição apareceu referida positivamente, por exemplo, em documentos da Organização Mundial do Comércio (WCO), nem mesmo nos documentos sobre "Trabalho Decente" e "HIV e mundo do trabalho" da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A disputa entre feministas pró-sexo e feministas radicais parece girar em círculos: enquanto as primeiras defendem que há exemplos de mulheres que se empoderam e exercem agência e autonomia através de atividades sexuais remuneradas as quais escolheram performar, as segundas argumentam que a praticamente totalidade de mulheres em situação de prostituição foi coagida por questões de várias ordens a exercer tal atividade e sofrem o horror da violência de gênero no seu dia a dia. A irresolubilidade deste dissenso jaz justamente no fato de que ambas as colocações são verdadeiras.

Tenho a impressão – embora eu não disponha qualquer dado concreto além de minha própria experiência nos debates feministas e de relações de gênero – que, embora teorias liberais imperem hoje na academia (especialmente dada a aproximação com a teoria *queer*), nas arenas político-legais, o argumento radical encontra maior aquiescência (OLIVAR, 2012), exatamente como no contexto oitentista. Parece-me também que esta consonância se dá muito em razão da “concretude” da retórica radical: não é preciso ter uma “formação” teórica para entender que alguns sujeitos sofrem violência e são oprimidos com base em sua pertença de gênero – a teoria radical nos permite, portanto, combater esta assimetria sem necessariamente colocar em dúvida este binômio organizador, enquanto a teoria liberal se afasta cada vez mais deste projeto. E não parece ser o caso de o feminismo radical aceitar necessariamente a solidez das categorias feminino e masculino – mas sua reivindicação também é no sentido de que, no final do dia, ainda é assim que o mundo se organiza; ainda é esta tipologia que é usada para oprimir; ainda é por serem *mulheres* que sujeitos estão mais vulneráveis a determinados tipos de violência.

Não é por acaso, deste modo, que a retórica anti-pornografia se aproxima muito daquela contra a prostituição: tanto *Prnography: Men Possessing Women* quanto o projeto Dworkin/MacKinnon se apoiaram largamente em relatos de abuso de trabalhadoras da

indústria pornográfica. Novamente aqui, estes casos são preocupantes, são muitos, e não podem ser deslegitimados pelo argumento de que são “minorias”. Não acredito, deste modo, que haja qualquer argumentação – liberal ou não – contra a evidência de que trabalhadoras sexuais estão mais vulneráveis que outras mulheres a situações de assédio, abuso, e exploração (RUBIN, 1993). Para Andrea Dworkin isso se dá porque (1989, p.23):

O poder sexual masculino é o cerne da cultura. Ele ecoa em todos os lugares. A celebração do estupro na história, música e ciência é a articulação pragmática do poder sexual masculino como uma cultura absoluta. A conquista da mulher deu origem ao sexo; sua possessão, seu uso como uma coisa é o cenário infinitamente repetido, com ou sem referencia direta ao sexo, por toda a cultura. Mas no sexo, ele é aumentado. Como Woolf escreveu, ela é o espelho dele; ao diminuí-la no uso dela, ele se torna duas vezes maior. Na cultura, ele é um gigante, aumentado pela conquista dela, implícita ou explícita. Ela continua o espelho dele e, como Woolf postulou, os espelhos são essenciais para todas as ações violentas e heroicas. Na cultura, o poder sexual é o tema dele. Na cultura o macho usa a fêmea para explicar a si. O poder sexual é também atribuído ao macho, algo que surge dele e é capaz de lhe dar o que ele quer e o que ele precisa (...). Como um atributo, o poder sexual dele ilumina sua própria natureza.

Tendo uma vivência feminista, e uma experiência de vida como mulher, torna-se muito difícil por em dúvida esta colocação: a arena do sexo tem sido uma arena de exercício de poder e opressão dos homens por um longo tempo. Vou ainda mais longe em minha concordância com Dworkin quando esta diz que o grande tema da pornografia é o poder masculino, “sua natureza, seus usos, sua magnitude, seus significados” (1989, p.24). Destituindo-me ainda mais da minha inclinação teórica explicitamente liberal, digo: o sucesso político (e uso o termo aqui em um sentido de um lidar mais estreito com certas instituições) do feminismo radical se deve muito à sua sensibilidade para se fazer inteligível; as teorias pró-sexo e *queer* não têm se mostrado igualmente acessíveis ao público “leigo”, ou ao público menos envolvido nos debates feministas.

O que quero sugerir com isso é que há resistência para o estabelecimento de um diálogo entre o aparato político-legal direcionado a questões de direitos humanos e teorias de desmonte e desconstrução de referenciais de gênero (OLIVAR, 2012). Por vezes, tenho a impressão de que parte do feminismo liberal não se dispõe a dialogar com aqueles que não colocaram estas referências sob suspeita. O interesse de instâncias jurídicas em acompanhar o passo destes debates também é mínimo. De modo algum diminuo a importância da teoria *queer* e da corrente pró-sexo – pelo contrário, como esta mesma dissertação sugere, acredito que estes referenciais contribuíram para o movimento feminista e as ciências sociais com suas reinvenções epistemológicas e novas estratégias políticas. No entanto, reitero a

impressão de que a vertente radical do movimento parece ter sido muito mais eficaz em fazer uso dos aparatos do Estado no que concerne suas reivindicações.

Há ainda um último empecilho que parece afastar ainda mais o feminismo pró-sexo dos diálogos institucionais. Olivar expressa esse dilema através do *estigma da puta* cunhado por Pheterson (1996). Segundo esta idéia, quando se insere o elemento “sexualidade” no debate sobre trabalho sexual feminino aciona-se toda uma lógica conturbada de militância. Isso se daria porquê:

[...] é justamente no marco da *scientia sexualis*, da expansão do "dispositivo da sexualidade", que a prostituição ganhou um dos seus piores inimigos: o discurso da perversão sexual. A prostituta, sexualizada, é facilmente assumida como uma devassa, como uma mulher cuja sexualidade patológica, anormal, a condena tristemente à prostituição. [...] [O] objeto privilegiado de [...] violência, desse não direito, é um conjunto indefinível de perspectivas, práticas e performances (principalmente femininas) que está situacionalmente vinculado à expressão erótica, à devassidão, à vadiagem, à perversão e ao uso de capitais sexuais/corporais para a ascensão social e simbólica (OLIVAR, 2012, p.101).

Parece vantajoso “tirar qualquer vestígio de sexualidade e de transgressão sexual desses universos femininos” (OLIVAR, 2012) – a “prostituta arrependida”, é mais defensável aos olhos do Estado (Idem). Há, no entanto, um risco iminente no uso deste tipo de estratégia política: o de incorrer sempre no discurso que se deseja ouvir. O desafio jaz em encontrar uma via de diálogo que não dependa inteiramente de uma retórica vitimizadora, mas que também seja capaz de desafiar as ideologias sexuais vigentes acerca da negatividade, perigo, e imoralidade das atividades sexuais. Tudo isso sem negligenciar a violência e opressão concretas.

Gayle Rubin sugere que as políticas feministas não deveriam procurar a extinção do trabalho sexual, mas sim, lutar por condições decentes e seguras para os trabalhadores do sexo uma vez que a estes são negados até mesmo direitos e proteções disponíveis aos outros cidadãos – muito em decorrência do estigma acima mencionado (1993). Para ela, políticas referentes à indústria do sexo deveriam exigir “a imediata descriminalização da prostituição e da pornografia, uma proteção igualitária da lei, e o fim do estigma punitivo infligido sobre trabalhadores da indústria” (RUBIN, 1993, p.38).

Esta discussão é extremamente relevante porque não são apenas os temas referentes ao trabalho sexual que dividem o movimento e a teoria feminista – e é claro, unanimidade não deveria ser a intenção de qualquer contestação. Mas serve ao propósito de mostrar que por mais progressista que pareça ser, a pós-pornografia deve manter os ouvidos abertos para as críticas menos liberais. Por mais contraditório que possa soar, acredito que as críticas de uma corrente à outra sejam essenciais para as estratégias políticas que vierem a por em

prática. O desafio maior, até hoje, é deixar para trás a noção de disputa assumida pelas discussões.

2. Muito Além da Pornografia – ou de como o cinema adulto se tornou um bode expiatório

Tendo explicitado os mencionados entraves referentes às políticas feministas em contextos institucionais do Estado tenho dificuldades em crer que a pornografia tenha se tornado uma bandeira radical tão essencial apenas por uma convergência incidental de fatores. Acredito sim que isto se deu por motivos muito lúcidos e estratégicos: ou seja, porque a pornografia – dada toda sua vulnerabilidade social expressa ainda no capítulo 1 – foi reconhecida enquanto um “atalho” precioso para a discussão de questões de gênero mais largas que, para muitas feministas, não seriam levadas a atenção do público de outra maneira. Deste modo, recupero mais uma vez Gayle Rubin trazendo sua argumentação referente às razões pelas quais a oposição à pornografia se tornou tão aceitável no movimento feminista. Segundo a autora (1993):

- a) a pornografia já é um alvo altamente estigmatizado por outras instâncias sociais;
- b) é mais fácil para mulheres aceitar descrições hiperbólicas da pornografia uma vez que muitas não têm familiaridade com este tipo de material;
- c) a maior parte da pornografia é sexista. Ela tem sido tradicionalmente dirigida para homens, feita por homens, e reproduz historicamente os valores desta audiência;
- d) a forma ordinária com que a prática do sexo é retratada na pornografia é dissonante de seu estatuto na sociedade;
- e) na sociedade, pessoas nuas dificilmente são retratadas – especialmente em contextos sexuais. Este “abismo” representativo não apenas alimenta o desconforto dos sujeitos com seus próprios corpos, mas também torna a pornografia alvo fácil de uma “retórica da vergonha”;
- f) dado o estigma histórico de materiais sexualmente explícitos, já nos referimos a eles com palavras altamente carregadas como “obsceno” ou “pornográfico”⁴⁴;
- g) há muitos motivos, de fato, para preocupação feminista acerca da pornografia. Mas não parece haver motivos para “destacar” materiais sexualmente explícitos de outros tipos de material igualmente misóginos.

⁴⁴ Rubin acrescenta que, particularmente, acha as políticas Reagan “obscenas” e “pornográficas”, no entanto, elas “não são vendidas em lojas especializadas” (1993).

Sendo assim, há muitos problemas também com as estratégias políticas radicais: sua associação precária com instâncias sociais conservadoras, seu ataque a algumas minorias sexuais, sua deslegitimação dos argumentos liberais pela saída fácil da “falsa consciência”, entre tantas outras anteriormente abordadas. Retomando algumas idéias, há ainda duas colocações relativas especificamente à pornografia que parecem precárias vistas desta perspectiva: a de que a pornografia é a origem da opressão masculina, e a de que esta é sua única finalidade possível. Dworkin diz (1989. p.XXXIX):

[Pornografia] é o que o homem quer que sejamos, acha que somos, nos transforma em; como o homem nos usa, não porque biologicamente eles são homens, mas porque é como o seu poder social é organizado. Da perspectiva do ativista político, a pornografia é a planta da supremacia do homem; ela mostra como a supremacia masculina é construída. [...] As mulheres são condenadas ao estupro e à prostituição. A pornografia é a sexualidade essencial do poder masculino: do ódio, da dominação, da hierarquia, do sadismo, da dominância. As premissas da pornografia atinam cada caso de estupro, de violência, de incesto; incluindo o incesto que ocorre mesmo antes de uma criança poder falar, e os casos de violência em que mulheres são assassinadas pelos maridos, amantes e assassinos em série.

Para teóricos liberais, este tipo de leitura é perigosamente essencialista uma vez que não vê perspectivas de mudança para a “natureza” predatória masculina que Dworkin evoca repetidamente em *Men Possessing Women* e que esteve por muito tempo associada ao ativismo radical. Mas se homens são naturalmente “predadores sexuais”, para onde poderiam se dirigir as políticas feministas senão para o distanciamento e isolamento das mulheres? Para Gayle Rubin, a associação entre sexo, poder e violência não é mais professada pela pornografia que pelo resto da indústria cultural, das instâncias legais, das tradições, da cultura (1993, 1999). Ao contrário de emanar do entretenimento adulto, as diferentes verdades e ideologias sexuais parecem circular em complicadas operações de convergência e retroalimentação dos diversos aparatos sociais.

Para o feminismo liberal, uma vez que o sexo é uma arena privilegiada de opressão e estereotipia de gênero, ele também é um espaço excepcional de resistência – e minha hipótese é que este tipo de política tem relação não somente com o advento de teorias foucaultianas, mas também com a consolidação de um “feminismo *queer*”, nas palavras de Coelho (2009). Mais que isso, como coloquei no capítulo 1, esta possibilidade definitivamente tem relação

com a aproximação entre teorias antropológicas e feministas e o sucesso das primeiras em constatar que não há nada essencial sobre o comportamento sexual humano (RUBIN, 1999).

Pois bem. Ao longo de quatro capítulos levantei uma profusão de pontos que gostaria de recapitular e relacionar antes dar continuidade às discussões. Eles constituem de maneira bem evidente agora a coluna vertebral do meu argumento, e colocá-los lado a lado deve criar a sensação de unidade que pode ter sido difícil de apreender ao longo da leitura. O que foi sugerido até aqui é que a Pós-Pornografia:

- 1) só é plausível na medida em que novas teorias sociais permitem uma leitura alternativa do aparato pornográfico para além da verdadeira, mas limitada, abordagem da opressão de gênero.
- 2) emergiu como contra-discurso a políticas e discussões domésticas tais quais as relativas à educação sexual – tema com a qual sempre estive estreitamente envolvida –, ao advento da AIDS, e, mais evidentemente aos movimentos anti-pornografia.
- 3) é uma estratégia política de resistência à violência de gênero uma vez que também cria espaços mais seguros de trabalho para as mulheres da indústria. Isso se dá especialmente através da tomada de espaços de produção que antes eram exclusivos do homem heterossexual.
- 4) coloca mulheres heterossexuais e homossexuais, *queer*, transexuais, pessoas não exclusivamente caucasianas, na frente e atrás das câmeras lhes dando agência e espaço para expressar sua sexualidade e desejos.
- 5) desafia essencializações da sexualidade feminina/masculina: coloca em questão o preceito segundo o qual a primeira é mais frígida, submissa, passiva que a do homem; bem como a idéia de que a do homem é naturalmente violenta, predatória, ativa, etc.
- 6) tem clara, portanto, a preocupação de problematizar estereótipos sexuais e a própria categoria de gênero se dispondo a desafiar sua própria audiência com determinados números sexuais, corpos, e práticas.

Ainda assim, a pornografia feminista não parece ser bem-sucedida em realizar tudo a que se propõe. Tratarei de escrutinar nas seções seguintes deste capítulo os desafios que continuam a se colocar diante das políticas pós-pornôs mesmo trinta anos desde seu aparecimento. O principal deles diz respeito à audiência original da pornografia com a qual o cinema erótico alternativo parece incapaz de dialogar: o homem branco heterossexual.

3. O Legado do Homem Branco

Proponho um retorno nesta seção aos primórdios da minha experiência etnográfica com a pornografia – brevemente narrada na introdução desta dissertação – quando me deparei acidentalmente com o texto da sexóloga Clarisse Thorn chamado *Sympathy for Anti-Porn Feminists* (2010). É curioso que, ao final deste trabalho, eu retorne ao primeiro texto que li sobre o tema apenas para comprovar o quanto ele permanece pertinente e o quanto esta própria dissertação foi se aproximando, ao longo dos capítulos, de sua argumentação. Como o título sugere, o artigo é sobre como a autora não se considera uma feminista anti-pornografia, ao mesmo tempo em que é sobre como ela compreende e até mesmo concorda com a retórica radical.

Clarisse Thorn conta neste texto de 2010 que sempre se sentira desconfortável com a pornografia – ela sabia que a maioria dos homens consumia estas produções, mas preferia se manter longe deste tipo de material. Tudo ficou mais difícil quando ela encontrou vídeos com tema de estupro no computador de um namorado que havia lhe dito que não assistia a qualquer tipo de material pornográfico. Seu pensamento na época foi: “Eu não posso confiar nos homens para que sejam honestos sobre sua sexualidade, e sua sexualidade é assustadora e predatória” – uma leitura dos fatos que, anos mais tarde, parecer-lhe-ia equivocada. Ela relata em detalhes sua relação com a pornografia ao longo da adolescência e início da idade adulta (2010):

Eu lembro o quão ofendida eu me senti pela pornografia porque eu acreditava que ela representava “o que o homem queria”, e que, portanto, eu “tinha” que agir como as mulheres dos filmes – embora a maneira que as mulheres ajam na pornografia não seja nem um pouco atraente para mim. Eu lembro como fiquei assustada quando eu acreditava que a pornografia de estupro refletia “todos os desejos do homem”, e concluí que “todos os homens adorariam secretamente cometer um estupro”. A pornografia que eu vi parecia ter definido o padrão para o meu comportamento sexual e eu odiava aquele padrão, mas eu não via uma saída. Porque mesmo com toda minha educação sexual liberal e positiva, existiam falhas sérias no meu conhecimento sobre sexo. Sem contar o fato de eu ainda não ter ainda aceitado totalmente o conceito de estupro 100% consensual como fantasia sexual

Sua argumentação a partir daí segue uma direção com a qual concordo em sua inteireza: o problema não se limita ao fato de que a pornografia é pedagógica e que professa, em sua maior parte, valores sexistas e misóginos; e ele certamente não se limita ao fato de que a pornografia se vende enquanto instância de acesso à verdade sobre o sexo. O problema é que a pornografia é a fonte *mais* disponível de informação sobre o sexo para muitos homens – e também para parte das mulheres. Thorn completa:

E é esse o real centro do problema com a pornografia: quer dizer, o problema não é a pornografia em si. O problema é a má educação sexual. O problema é que todos os americanos são sujeitos às morais sexuais que tornam o sexo uma vergonha, que se recusa a falar honestamente sobre sexo, que alega que nós não deveríamos estar fazendo sexo. O problema é que milhões de pessoas estão muito envergonhadas e com medo e são reprimidas por falar ou por pensar seriamente sobre seus desejos sexuais. Que milhões de pessoas não reconhecem a diversidade do desejo sexual. E, portanto, que a primeira fonte de informação sobre sexualidade de milhões de pessoas é a pornografia padrão extremamente estilizada.

A pornografia não é “inofensiva”, e não acredito que este seja o argumento de nenhuma feminista liberal. Ela repassa e reforça ideologias e comportamentos largamente sexistas, com o agravante de se confundir com a “verdade” sobre o sexo por sua qualidade de material explícito e “transgressor” – em grande parte, uma “confusão” intencionalmente alimentada pela própria indústria erótica. Mas isso *não* é exclusividade da pornografia. Censurar este tipo de produção poderia ser um passo para tratarmos ainda *menos* sobre a sexualidade humana em sociedades onde este assunto já é pobremente abordado – quando raramente o é – por educadores sexuais.

Parece-me, deste modo, perfeitamente compreensível que muitas mulheres sintam-se ameaçadas pela pornografia *mainstream* (THORN, 2010). Eu, certamente, me sentia – e embora tenha um senso crítico muito mais desenvolvido sobre o assunto agora, não posso dizer que fico completamente confortável com qualquer tipo de material. Isso tudo é ainda mais problemático dado o fato de desconhecermos completamente os limites entre fantasia e desejo. A excitação por determinadas narrativas, por exemplo, indica necessariamente um desejo por vivenciar certos tipos de prática? Clarisse Thorn se pergunta se os vídeos encontrados no computador de seu ex-namorado indicavam para um “desejo secreto” de cometer estupro (2010) – em situação parecida, estou certa que a preocupação me acometeria. Não acredito verdadeiramente que esta relação entre imaginação e desejo seja tão simples, mas uma vez que não temos espaço e nem incentivo para falar sobre nossas fantasias, este tópico pode ser fonte de grande ansiedade para o sujeito e seus parceiros sexuais.

O terreno das fantasias eróticas é igualmente escorregadio e central a uma discussão sobre pornografia – isso acontece porque a narrativa pornô serve largamente a dois propósitos: representar, e estimular fantasias eróticas. Mas aqui o problema das fronteiras reaparece e, muitas vezes, é pobremente resolvido através da retórica da falsa-consciência: mulheres que se sentem excitadas por BDSM, violência gráfica, fantasias de incesto e estupro são todas vítimas de uma sociedade patriarcal e sexualmente predatória? Não existe um espaço de negociação com seus parceiros e parceiras onde essas fantasias possam ser performadas sem a violação de sua integridade? Eu não tenho respostas para tais indagações,

mas acredito que são questões que convidam à reflexão. Afinal, se uma coisa a pós-pornografia teve sucesso em mostrar é que a sexualidade feminina é tão complexa e variada quanto se possa imaginar, e não é – diferentemente do que é professado por algumas instâncias –, de modo algum, um “negativo” de características associadas à masculinidade.

Concordarei ainda – e a esta altura já não tenho grandes preocupações em soar contraditória – que este tipo de política pró-sexo extrema corre o risco de ser perigosamente subvertida por discursos moralistas e sexistas dominantes. Inevitavelmente, tais políticas de autonomia e empoderamento são usadas na culpabilização de vítimas de violência sexual através de toda a retórica perversa de “punição” da mulher sexualizada. Mas como resolver esse impasse quando vivemos em sociedades onde prevalece a chamada “cultura de estupro”? Por vezes a argumentação radical parece incapaz de avançar certos debates, e soa por demais descrente de uma transformação no comportamento de seu “opressor”. Por outro lado, os críticos liberais parecem ter dificuldade – e mesmo pouco interesse – em estabelecer comunicação com setores mais conservadores da sociedade.

Sendo assim, reservo algumas reflexões sobre a efetividade das políticas pós-pornográficas para o fim deste capítulo, entre elas, uma questão que eu me fiz inúmeras vezes ao longo da produção desta dissertação e que imagino que também tenha ocorrido ao leitor em algum momento: a pós-pornografia teve sucesso em se apresentar enquanto alternativa engajada e ideologicamente orientada às sexistas produções do cinema erótico *mainstream*, mas qual foi – se houve algum – seu efeito sobre este? Para responder a isto tratarei de quatro pontos dos quais o cinema pós-pornô tenta se distanciar explicitamente de seu irmão mais popular: o realismo, o falocentrismo, a educação sexual, e o público.

3.1 Realismo

Criticar a pornografia *mainstream* por sua falta de realismo é absolutamente lugar-comum. Acredito que poucos discordariam – em uma conversa informal ou em um artigo acadêmico – desta constatação genérica, mas o que é que está implicado na idéia de “realismo”? Pensando sobre as discussões de capítulos anteriores chego a uma conclusão curiosa: a idéia de que a pornografia transmite valores irreais sobre o sexo para sua audiência é parte do argumento central do *Relatório Meese*, e parte igualmente central do argumento feminista pró-sexo – mas definitivamente não fazia parte do repertório radical para quem a pornografia está muito mais próxima de uma “violência documentada” (DWORKIN, 1989). Linda Williams inicia um dos capítulos de *Hard Core* com uma epígrafe particularmente interessante atribuída à Candida Royalle (WILLIAMS, 1999, p.229):

A pornografia foi sempre para homens. Agora que as mulheres finalmente têm direito de ter uma sexualidade, estamos procurando por estímulos. As mulheres estão dizendo “Certo, vamos fazer um filme então”. Bem, agora é a hora de começar a fazer filmes para mulheres. Isso não quer dizer apenas qualidade e roteiros. Isso quer dizer falar a verdade sobre o sexo.

Deste modo, “falar a verdade” sobre o sexo foi, desde os primórdios deste contra-discurso, uma reivindicação pós-pornográfica. A pornografia *mainstream* é recorrentemente desqualificada como “irreal” por alguns fatores: não exibir corpos diversificados e/ou condizentes com os dos espectadores; exibir genitais idênticos e distantes do que seria o “padrão”; valer-se de uma narrativa na qual os indivíduos são sexualmente disponíveis todo o tempo e para qualquer prática; privilegiar uma abordagem “asséptica” do sexo onde os corpos são sempre fotogênicos, e os fluidos corporais se resumem à ejaculação masculina; estender a duração das tomadas através de cortes de cena em prol da impressão de vigor sexual infinito; fazer coincidir o êxtase sexual da mulher com o do homem invariavelmente; etc (WILLIAMS, 1999).

Esta lista poderia conter uma variedade de outros itens, mas acredito que o argumento geral das críticas tenha sido explicitado. O que significa para a pós-pornografia então reivindicar uma maior acurácia no trato do sexo? Para um gênero que se apóia justamente na idéia de “expor” o “indizível” (FOUCAULT, 2012) isso significa muito – quanto mais precisas e detalhistas forem as jóias indiscretas, tanto melhor. Este senso de “irrealidade”, segundo Linda Williams – que desenvolve o argumento de maneira muito mais complexa do que a que reproduzo aqui –, se deve, em parte, por uma “sensibilidade utópica” que o gênero pornográfico partilharia, inesperadamente, com o gênero de musicais: não é que nesta realidade em que vivemos agora, algo impeça as pessoas de interromperem conversas e performarem um número de dança, ou de fazer sexo com o entregador de pizza super bem dotado que acabaram de conhecer; é só que não se espera que estas coisas, de fato, aconteçam com frequência.

Esta talvez seja a principal das razões pela qual a “utopia realística” da pós-pornografia não supera a “sensibilidade utópica” da pornografia hegemônica. O alargamento da representatividade corporal é sim uma estratégia política importante, como discuti ao longo do capítulo 3, e mesmo deste –, mas ela não garante por si só qualquer tipo de compromisso maior da pornografia feminista com a “realidade”. A disponibilidade, o vigor, os números sexuais prolongados e frequentemente impressionantes ainda estão lá, muito marcadamente, por exemplo, nas cenas de ejaculação feminina e *fist fucking*. E isso é perfeitamente esperado. Afinal, a pornografia – toda ela – parece ser muito mais uma

metáfora sexual, que uma representação precisa do ato sexual. As possibilidades narrativas são várias – mas no final, são sempre figuras de linguagem.

Também refém de seu universo hipersexualizado e cheio de prodígios eróticos, a pós-pornografia é apenas tão real quanto o é a *mainstream*. Mas mais importante que ser – ou desejar ser hiperealista – seria a admissão de sua natureza fantástica. É claro que não tenho uma saída imaginativa sobre a questão – administrar os limites de seu status de *scientia sexualis* e ainda se fazer tão massivamente atraente é um desafio que pode transformar inteiramente o caráter deste gênero. Parece-me, no entanto, que este debate será necessário caso a pós-pornografia não deseje tornar-se apenas uma representação alternativa sexualmente frustrante, mas com corpos “mais reais”.

3.2 Falocentrismo

Uma segunda crítica frequentemente dirigida à pornografia *mainstream* diz respeito a seu falocentrismo: quase que um personagem à parte, o falo é o verdadeiro protagonista da narrativa feita por homens – tanto na pornografia hetero, como na homossexual. Como propus anteriormente, para Williams este atributo está estreitamente vinculada ao *money shot*, pois este seria, afinal, o evento que “resolveria” a historieta do pênis – que daria um desfecho para o herói. A principal propriedade da pornografia, seria portanto, a de submeter a totalidade do desejo e da sexualidade feminina ao falo (WILLIAMS, 1999).

Talvez o falocentrismo seja mesmo a característica do cinema adulto *mainstream* que mais tenha sido criticada pela teoria feminista. Na pós-pornografia, ele permanece uma instância não-resolvida: mesmo que consiga se distanciar nas obras mais recentes do paradigma do pênis como centro do prazer – especialmente o feminino – a centralidade dada ao dildo é uma estratégia que merece uma reflexão cuidadosa, mas que tratarei aqui de maneira bastante apressada. Coelho associa o dildo às políticas *queer* – especialmente através de referências à teórica Beatriz Preciado (2009). Há mesmo certo “sarcasmo” na maneira como o artefato é usado em algumas produções – atrizes frequentemente “masturbam” e chupam o objeto em tomadas que parecem brincar com as noções de escárnio e erotismo.

O dildo é, portanto, um - ou “o”? – artefato central à pós-pornografia. Admito o enorme potencial subversivo do objeto, mas sempre tive a impressão de que sua relação com o falocentrismo é confusa: por vezes, é sim de ruptura; mas por outras, pode ser de continuidade. O dildo parece ser, deste modo, uma expressão material que nos permitiria acessar questões particularmente interessantes sobre agência sexual, políticas feministas e *queer*, simbolismo e representação – ele seria, afinal, um pênis, ou uma imitação? Ou seria,

ainda, algo inteiramente distinto? Preciado (2009) chega a sugerir que, na verdade, é o pênis que pode ser usado como dildo, e não o contrário, uma vez que a função do genital não é exclusivamente e sequer primariamente sexual. Esta interpretação me parece extremamente apropriada dentro de uma tradição específica da teoria feminista. Por outro lado, é extremamente difícil negar que a utilização do objeto em determinadas produções está inteiramente vinculado a um universo cultural e simbólico masculino e heterossexual.

Linda Williams diz que parte do desafio dos movimentos de revisão da pornografia é dissociar-se de uma economia fálica do desejo – para a autora, enquanto as mulheres disputarem espaço dentro destes mesmos termos elas sairão perdendo. Esta ambigüidade aparentemente irresolúvel do falocentrismo faz com que nos indaguemos, por exemplo, sobre como por em prática uma nova economia sexual que acomode a multiplicidade de sexualidades de modo horizontal sem deixar de celebrar suas diferenças. Entendo que muitas experimentações estejam sendo feitas nesse sentido dentro da pós-pornografia, no movimento feminista, ativismo *queer* e teorias sociais contemporâneas. O desafio é dos mais difíceis, especialmente porque não temos uma referência paradigmática alternativa a qual possamos visualizar. As estratégias atuais são fundamentais, no entanto, na construção de uma visão alternativa do sexo e da sexualidade que seja, de fato, “pós” – ou seja, que não se apresente apenas como opção, mas que ultrapasse as fronteiras do feminismo para as mais diversas instâncias da sociedade.

3.3 Educação Sexual

Como já tratei extensamente nos capítulos anteriores, a pornografia possui um poder pedagógico que está para além de seus propósitos deliberados de educação. A pós-pornografia desde o início – muito em razão de ter surgido simultaneamente ao advento da AIDS – operou com o potencial evidente deste tipo de mídia, tentando dirigir a questão ao público da maneira mais direta possível, e tratando, como era de se esperar, das formas de prevenção (O’SHEA, 2012). O vínculo entre a instância pós-pornô e a questão da educação sexual, no entanto, é muito mais estreito. Em primeiro lugar porque, como descrevi no capítulo anterior, muitos nomes importantes da pós-pornografia trabalham por trás das câmeras com sexologia e educação sexual – e isso é ainda mais relevante quando pensamos em termos de capital simbólico tal qual citado no capítulo anterior (WILLIAMS, 1999): a associação entre *estes* nomes, estas “especialistas” do sexo, atribui sim um peso diferente ao seu discurso.

Um tipo de material muito associado à pós-pornografia são os chamados “guias sexuais”: vídeos sexualmente explícitos em que uma atriz/ator famoso abordam uma prática sexual específica como, por exemplo, *pegging*, sexo anal, sexo oral, BDSM, etc. O formato consiste em explicações no formato “palestra” seguidos de vídeos demonstrativos – seu discurso gira sempre acerca da preocupação em demonstrar os métodos mais seguros e prazerosos de realizar determinada atividade bem como de negociá-la com seu parceiro/a.

A idéia é simples, e vai inteiramente de encontro com o que Thorn (2010) propõe em seu relato: silêncio sobre o sexo impede as pessoas de distinguir a qualidade das informações que recebem, causa enorme ansiedade sobre os indivíduos, e deixa as portas abertas para cenários de histeria sexual. O lapso é ainda maior em se tratando de minorias eróticas que sequer tem sua sexualidade abordada pela precária educação escolar formal. Parece fundamental, deste modo que haja um envolvimento da indústria nas reivindicações em torno da disponibilização de educação sexual que não apele a sentimentos moralizantes e culpabilizatórios e que também não sejam assépticos e distantes a ponto de não comunicarem á sua audiência.

3.4 Audiência

Como dito anteriormente, o projeto pós-pornográfico é largamente voltado para mulheres hetero e homossexuais, transexuais e pessoas identificadas como *queer*. É compreensível que seja assim uma vez que esta se propõe, entre outras coisas, a sanar um problema de representatividade: esta audiência, por muito tempo, não teve suas sexualidades e desejos representados em cena. Acredito que a própria idéia de um “manifesto pós-pornô” carregue consigo a proposta de “superação”, de “deixar para trás” a pornografia *mainstream* – o prefixo “pós”, afinal, esteve associado a esta alternativa antes mesmo do sufixo “feminista”. Mas será que isso é possível?

Gostaria de me demorar um pouco mais sobre a questão da representatividade: dar voz a grupos a que foram negados o importante recurso discursivo da imagem e da narrativa – especialmente às mulheres heterossexuais cuja sexualidade é manifesta por um número mínimo de arquétipos – é um feito importantíssimo. Reivindicar a autonomia de seus corpos, referenciar a si mesmas como agentes de desejo, como seres sexualizados para além das associações morais é por si só um ganho a se considerar. Mas questionar a pornografia *mainstream* e, acima de tudo, sua audiência não pode deixar de ser um dos propósitos da pornografia feminista – limitar-se a ser um produto de nicho é limitar seu potencial crítico e político.

Convidar este já icônico “homem branco heterossexual” a revisar sua cômoda pornografia parece tarefa hercúlea – e é mesmo. O que parece tornar possível essa empreitada é justamente o status multidimensional desta tecnologia sexual pornográfica: se a pornografia é teoria social, ideologia, ativismo, política, pedagogia, entre tantas outras coisas, então, transformações em todas estas instâncias tangentes transformam os tipos de produção perpetrados por esta indústria. A pós-pornografia, neste sentido, pode ser vista como importante inquiridor – como um crítico que consegue referir-se à pornografia hegemônica no mesmo idioma, e, portanto, com mais facilidade.

4. Entre Acertos e Desafios

Assim como Gayle Rubin, Carol Vance, Annie Sprinkle, Clarisse Thorn, e tantas outras, minha crença pessoal é de que agir sobre o problema social do qual a pornografia faz parte exige uma estratégia muito diferente de simplesmente proibi-la. Thorn tem suas próprias sugestões em relação à questão as quais acho interessante destacar:

1) Reformular a sexualidade masculina de uma maneira que não estejamos com medo dela o tempo todo. Os homens podem se controlar sexualmente e eles só melhorarão neste quesito – não piorarão – se forem encorajados a ter um dialogo honesto, não assustador, de mente aberta sobre o desejo sexual masculino. 2) encorajar as pessoas a verem a sexualidade alternativa como uma outra preferencia humana, em vez de algo estranho e/ou bizarro. Encorajar as pessoas a aceitar e sua própria sexualidade, embora isso possa ser um processo difícil de reconhecer – certamente foi pra mim. Uma vez que as pessoas se sintam confortáveis com suas próprias vidas sexuais e reconheça seus próprios fetishes estranhos, elas estarão menos sujeitas a julgar a vida sexual das outras pessoas. 3) Tornar claro que todos têm desejos sexuais diferentes, que diferentes tipos de pornografia expressão diferentes desejos e que “todos os homens” e “todas as mulheres” não querem a mesma coisa. A pornografia pode ser uma ótima ferramenta para explorar desejos particulares e permitir que as pessoas explores suas próprias preferencias torna isso mais fácil para que todos encontrem a satisfação sexual, não mais difícil – porque significa que pessoas com preferencias particulares possam se encontrar, em vez de acabar em parcerias infelizes onde esses desejos não são satisfeitos. 4) Oh, e claro, precisamos encorajar as pessoas a reconhecer que o sexo violento não é necessariamente um sexo ruim; que mesmo algo extremo como uma cena de estupro pode ser 100% consensual. Uma tática chave que estou tentando reforçar é escrever sobre a incrível variedade de táticas de comunicação sexual derivadas do S/M – táticas que permitem alguns tipos de sexo consensual muito impressionantes. (2010)

Acredito que estas indicações podem me auxiliar a fazer um balanço final sobre as políticas pós-pornográficas e sua efetividade. Estes apontamentos são pessoais – são, de certo modo, reflexo da minha experiência etnográfica com o material pós-pornô, a literatura

feminista e a antropologia. Haverá quem concorde ou discorde – parcial ou inteiramente – e acredito que isto seja fundamental do exercício intelectual coletivo de debater um tema tão delicado. Gostaria, no entanto, de frisar que, sem sombra de dúvidas, há materiais produzidos sob a perspectiva pós-pornô aos quais não se aplicam minhas impressões.

No que concerne o exercício de desconstrução de estereótipos sobre o que é ou não atraente, papéis de gênero, papéis sexuais, desejo, desnaturalização da heterossexualidade, complexificação de temas relativos à fantasia, a pós-pornografia tem se mostrado enquanto projeto particularmente criativo. No que diz respeito a fazer referência a algumas questões concretas e problemáticas como a violência de gênero e a dialogar com audiências que não a sua já estabelecida, ela parece não ter tido o mesmo sucesso. Isto é fundamental de destacar porque a sexualidade masculina e a maneira como é representada na cultura tem sim efeitos muito evidentes, e, por vezes, nocivos. Abrir vias de conversação e debate e colocar em dúvida concepções naturalizadas e hegemônicas deve ser sempre parte do projeto feminista.

Finalmente, gostaria de reforçar a idéia de que a pornografia é uma tecnologia muito potente. Talvez não haja, na atualidade, outro tipo de conhecimento organizado sobre o sexo mais disponível e de maior circulação que a mesma. É preciso, deste modo, pensar sobre o entretenimento adulto – reimaginá-lo, testar seus limites. A indústria erótica produz e reproduz determinados tipos de ideologia sexual que contribuem sim para a perpetuação de comportamentos misóginos e estereótipos de gênero. A pós-pornografia não “desmascara” o sexo verdadeiro que pouco se via nas sombras da má iluminação do cinema *mainstream*. Ela pode, no entanto, ser bem-sucedida em produzir tipos alternativos de ideologia sexual, e esse parece ser seu grande trunfo. Voltarei a algumas destas questões ao longo da conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Últimas Reflexões

Revisitarei brevemente cada um dos quatro capítulos da dissertação tentando dar o encerramento apropriado para as questões levantadas e aproveitando o espaço para realizar conexões que não pude fazer ao longo do texto original. É certo que muitas perguntas permanecerão em aberto – mas isso não diminui, de modo algum, seu valor reflexivo. Gostaria de chamar atenção mais uma vez para o fato de que esta dissertação fez referência a uma parte pequena deste projeto estético-ideológico a que se chama Pós-Pornografia: tratei apenas dos filmes comerciais longa-metragem de grande circulação. No entanto, muitas outras coisas tem sido produzidas sob esta mesma égide nas mais diversas mídias: revistas, livros, teatro, música, etc. As propostas também variam em sua intenção de capitalização, o que, certamente, lhes atribui características diferentes dos produtos voltados para o mercado. Deixo aberto o convite para diálogo com pesquisadores que se interessem por estas outras vertentes do movimento.

Pornotopia é o título do terceiro capítulo deste trabalho, e também do próprio. De certo modo, entendendo-o como uma metáfora adequada para a proposta pós-pornográfica: a menção à utopia transmite tanto a noção de reinvenção, quanto a de não-realização completa. Serei a primeira concordar que esta impressão de incompletude do projeto se deve, em parte, ao fato de que seus objetivos são construídos concomitantemente às próprias produções. Isso fica bem claro, por exemplo, quando pensamos nas transformações ocorridas ao longo destes trinta anos, como a aproximação com as políticas *queer*, por exemplo. E é difícil crer que pudesse ser de outro modo uma vez que a ideologia sexual e as teorias sociais que informam o projeto pós-pornô são profundamente dinâmicas.

Este enredamento e este dinamismo são pontos que eu prezei por destacar – não sei ainda se com sucesso, mas voltarei mais uma vez ao tópico que considero a coluna vertebral desta pesquisa. Não há nada de novo sobre a conclusão de que as últimas décadas marcaram um período de profunda auto-reflexão para as ciências sociais, e, talvez mais marcadamente, para a antropologia. Como disciplina que teve a desconstrução, desde o início, como um dos preceitos centrais, desconstruir parte de seu próprio repertório epistemológico passou a ser visto quase como um desenvolvimento necessário no esforço de dar conta de realidades sociais cada vez mais variadas e complexas. E é o que tem acontecido. Cada vez mais a reflexão sobre os objetos de nossas pesquisas incidem de volta sobre nossas práticas disciplinares. Aprofundar-me-ei nessa questão na seção a seguir.

1.1 Sexualidade e teoria social

Superada a resistência inicial das ciências sociais em tratar de temas multidimensionais e moralmente complexos tais quais a sexualidade e a pornografia, uma tradição forte de pesquisas sobre estes tópicos se firmou no final da década de 1970 e principalmente na década posterior – desde este período já se debatia o caráter essencialmente sociocultural da pedagogia do corpo relativa a sexualidade. Muito se deve, nesse sentido à apropriação do repertório teórico foucaultiano que tornou possível abordar o fenômeno da pornografia como mais um dos dispositivos biopolíticos de produção e normalização do corpo, do gênero, do desejo e do sexo cujos conteúdos eram dinâmicos e flexíveis tal qual ficou demonstrado pela *História da Sexualidade* de Michel Foucault.

O advento da AIDS no princípio dos anos 80 também modificou em definitivo a relação da antropologia com o tema: se ainda havia resistência dentro da academia no trato de questões relativas ao sexo, ela diminuiu rápida e gradativamente diante da urgência de compreensão do comportamento sexual de uma população que estava, a partir daquele período, sujeita a contaminação possivelmente fatal do vírus HIV. Questões relativas à discriminação e perseguição das minorias sexuais mais vulneráveis também evidenciaram a necessidade de compreensão dos fenômenos de socialização sexual. Os entraves para este tipo de pesquisa, no entanto, eram diversos: em grande parte, porque a carga simbólica tradicionalmente associada ao sexo tornou-o uma esfera carregada de moralidade que se entrelaçava com o virtuosismo dos próprios sujeitos: o caráter da própria sociedade parecia vinculado a seu comportamento sexual, o que parecia organizar as práticas eróticas em uma espécie de pirâmide metafórica na qual apenas o sexo monogâmico reprodutivo representava uma sexualidade saudável.

Gayle Rubin (1999) propõe que um dos objetivos disciplinares da antropologia deveria ser o desenvolvimento de uma “Teoria Radical do Sexo” – uma que seja capaz de apreender a própria heterossexualidade como roteiros e técnicas apreendidos em operações abertamente similares àquelas a que nos dedicamos a compreender no estudo de outras identidades sexuais. Acredito que temos avançado a passos curtos nesse sentido – embora uma ou outra pesquisa possa ter se dedicado a desconstruir a “naturalidade” da heterossexualidade, este tipo particular de epistemologia parece pertencer muito mais a um plano retórico da disciplina que propriamente à sua prática. Esta crítica poderia ser feita mesmo a esta própria dissertação.

De todo modo, podemos considerar a pornografia – de acordo com o que propõe Linda Williams (1999) e Beatriz Preciado (2004; 2009a) – como uma tecnologia

androcêntrica e heterossexual: desde os primórdios da produção cinematográfica no final do século XIX, a precisão artificial das câmeras tem sido usada como meio de acesso à mecânica e fisiologia envolvidas no sexo bem como para marcar a presença social inata e diferenciada dos gêneros masculino e feminino. Desde então, esta tecnologia passou a ser um elemento importante de ficcionalização e roteirização de muitos dos homens ocidentais tornando-se parte fundamental de sua socialização sexual. Esta centralidade foi potencializada pela democratização informacional proporcionada pelo fenômeno da internet onde a gerência desses conteúdos e imagens se tornou consideravelmente mais difícil.

Duas interpretações principais sobre o fenômeno social da pornografia ganharam força na década de 1980: uma que entendia a pornografia enquanto construtora da submissão feminina e que via sua abolição como única medida possível para o problema da opressão de gênero; e uma que a via enquanto tecnologia sexual cujo conteúdo podia ser subvertido em prol do empoderamento político de minorias sexuais. Este dissenso epistemológico focado no prazer ou no perigo parecia refletir não apenas questões de ideologia sexual, mas duas maneiras diferenciadas de conceber teorias sociais e epistemologias da sexualidade.

Deste capítulo introdutório destaco as complexas inter-relações entre contexto histórico, sociocultural, ideologia e teoria. Estas próprias categorias parecem fictícias diante da dificuldade de entendê-las separadamente das outras. Podemos, ainda que despreziosamente, levantar questões hipotéticas: haveria um movimento “pró-sexo” na ausência de uma corrente “pró-censura”? Na ausência das teorias construtivistas de Foucault, Gagnon e outros? Até que ponto uma teoria analítica focada ou no “prazer”, ou no “perigo” faz sentido sem seu contrapeso? Uma coisa é certa: as teorias antropológicas não existem dissociadas destas tensões históricas e políticas de modo que a história social da pornografia também intersecta a história da disciplina. As transformações de uma, como tive a oportunidade de mostrar, também acompanham as transformações da outra. Toda esta multidimensionalidade pode ser metaforizada de maneira interessante por duas personagens importantes desta dissertação: Gayle Rubin e Beatriz Preciado. Não existe uma versão teórica e cientista social, uma versão praticante de sadomasoquismo, uma versão ativista, uma versão pornógrafa destas autoras que possa ser dissociada uma das outras. Quanto da antropologia não se deve a esta complexidade de nossa constituição enquanto sujeitos? Deixo estas questões em aberto e me volto agora para um balanço do segundo capítulo.

1.2 Contexto sócio-histórico, prazer, perigo e pânico sexual

Pornogate é um capítulo de gênese da pós-pornografia. Embora o movimento sequer seja citado naquele momento, tudo naquela seção faz referência às políticas sexuais que serão colocadas na mesa com o advento do projeto pós-pornô. A primeira parte, deste modo, tratou do acirramento das disputas entre o que viria a ser uma corrente radical e liberal do feminismo. Mais uma vez, o binômio prazer/perigo pareceu dispor as peças no tabuleiro: de um lado, um feminismo acadêmico radical dava forma a um movimento anti-pornografia organizado; do outro, ativistas e acadêmicas ligadas à prática de BDSM esboçavam políticas de emancipação e contestação tendo como elemento central uma reivindicação da sexualidade.

O dissenso pode ser observado de maneira privilegiada nas produções acadêmicas do final da década de 1970 e ao longo da de 1980 – grande parte da produção feminista norte-americana do período faz menção direta ao tema. Em favor do abolicionismo e censura da pornografia podemos revisitar as pesquisas perpetradas por importantes acadêmicas e ativistas como Andrea Dworkin, Catharine MacKinnon, Robin Morgan, Diana Russell, Alice Schwarzer, Gail Dines, Robert Jensen, entre outras. Como críticas das políticas de censura e proponentes de uma reinterpretação das políticas sexuais feministas encontramos os trabalhos de Gayle Rubin, Carol Vance, Ellen Willies, Lisa Duggan, Nan D. Hunter, e outras.

Toda a já descrita tensão – que, para mim, se traduzia em uma disputa verdadeiramente epistemológica no que concernia o futuro dos estudos sobre sexualidade – ganhou nuances ainda mais dramáticas com a eleição do presidente republicano Ronald Reagan e a nova disposição sociocultural que decorreu diretamente de sua proposta de administração. As políticas sexuais foram um ponto central de seu governo desde o primeiro ano de mandato marcado pela instituição do *Adolescent Family Life Act* e a formalização dos projetos de educação sexual voltados para a abstinência. Quando penso nesta primeira intervenção doméstica vejo emergirem com nitidez as falácias do discurso sexual apontadas por Gayle Rubin e discutidas ainda no primeiro capítulo deste trabalho: a falácia da negatividade sexual, da escala mal posicionada, da valoração hierárquica das práticas sexuais e da teoria dominó do perigo sexual.

Cada uma destas falácias vai ganhando contornos ainda mais definidos quando pensamos sobre a emergência da AIDS enquanto questão de saúde pública. A descoberta da nova doença mudou completamente a organização e o peso dos argumentos que faziam referência a disputas sexuais dentro e fora da esfera feminista. O pânico sexual perpetrado por este novo elemento – e, principalmente, pela maneira que ele foi abordado pela

administração Reagan – deixou claro que a preocupação das críticas do movimento pró-censura era legítima: minorias sexuais estavam vulneráveis à perseguição e à culpabilização ainda que sujeitos no “topo da pirâmide erótica” estivessem igualmente sujeitos ao problema.

Particularmente, vejo a questão da AIDS como um catalisador poderoso no que concerniu a perseguição da pornografia; afinal, o movimento pró-censura só ganhou visibilidade massiva depois da descoberta da doença. Um jogo curioso de forças se desenhou a partir daí: se, por um lado, a direita conservadora se apropriou de um discurso feminista – que originalmente não tinha nenhuma relação propriamente com a condenação de uma sexualidade homossexual e não-marital – justamente para reiterar que estas eram extremamente perigosas, por outro, o feminismo radical se valeu da cruzada conservadora para promover sua própria agenda de combate à violência de gênero.

Pois bem. Se as sexualidades “desviantes” eram responsáveis pela grave epidemia que aumentava seu número de vítimas fatais a cada ano, então, o combate à pornografia – promotora declarada de sexualidades tidas mais que nunca como perigosas – passou a ser não apenas uma medida viável, mas uma questão social de primeira ordem camuflada de problema de saúde pública. Foi, em parte, como resposta às acusações dos movimentos anti-pornografia e diante da possibilidade muito real de uma legislação federal dura regulando a produção de materiais sexualmente explícitos que surgiu, de dentro da indústria erótica, o primeiro grupo de estrelas pornô feministas que se propôs a rebater as críticas pró-censura no domínio que lhes era mais familiar: a própria pornografia.

É importantíssimo reiterar a aproximação da perspectiva pós-pornô com questões relativas à educação sexual. De fato, todas as políticas domésticas da administração Reagan analisadas ao longo do capítulo, parecem ter uma preocupação marcante com o poder pedagógico e incitador dos discursos sexuais. A lógica destas investidas, no entanto, parece às avessas, e tem uma proximidade evidente com questões locais e contemporâneas relativas às políticas sexuais da atualidade: ela apela para a noção de que os perigos – que de fato existem e que são diversos – envolvidos na prática do sexo, decorrem não da falta de informação, mas de uma curiosidade aparentemente incontrolável provocada pela exposição a temas sexuais. Esta retórica fica muito clara quando pensamos na resistência e polêmica que envolvem invariavelmente propostas de educação e cidadania que exponham adolescentes e mesmo adultos a questões relativas a homossexualidade. Mas este é um dos pontos que desenvolverei mais demoradamente ao longo da recuperação dos próximos capítulos.

1.3 Pós-Pornografia, estratégias críticas e teoria *queer*

O terceiro capítulo da dissertação é dedicado a uma análise do movimento e das produções pós-pornográficas em si. Nele, avalio, entre outras coisas, o parentesco das políticas sexuais liberais com as perpetradas pelos movimentos feministas ligados à prática de BDSM. Vale destacar que o projeto político professado por plataformas como a revista *On Our Backs* não era, de modo algum, largamente aceito entre o feminismo homossexual. Pelo contrário, muitas ativistas lésbicas, bem como as ativistas radicais, viam nas práticas sadomasoquistas uma reprodução da opressão de gênero. De um modo ou de outro, as editoras da revista fundaram a primeira produtora de filmes eróticos para mulheres homossexuais na década de 1980: a *Fatale Media*.

Outro grupo de personagens chave no empreendimento que viria a se chamar Pós-Pornografia foi o Club 90, formado por cinco estrelas pornô das décadas de 1970/80. Este grupo de pessoas tem um vínculo extremamente forte com a genealogia do movimento pornô feminista tendo cunhado a expressão “pós-pornografia” e fundado o primeiro estúdio voltado para a produção de filmes sexualmente explícitos dirigidos a uma audiência de mulheres heterossexuais: o *Femme Productions*. É relevante atentar para o fato de que estas atrizes circularam largamente em espaços políticos e acadêmicos dado todo o contexto de disputa oitocentista exaustivamente tratado aqui. Não podemos ignorar sua aproximação com o feminismo liberal no que concerniu a formação de uma coalizão anti-censura e o impacto que este encontro deve ter gerado em suas estratégias de revisão da pornografia.

Esta aproximação não se limitou ao auge da disputa sobre políticas sexuais representadas pelas Guerras do Sexo. Pelo contrário, todas as atrizes do Club 90 permanecem envolvidas até hoje tanto com a academia, quanto com o ativismo político. Muitas delas perseguiram graus relacionados ao estudo da sexualidade e se tornaram professoras, palestrantes e terapeutas sexuais. Todas elas participam ou coordenam projetos voltados para educação sexual inclusiva e de qualidade, e contra o financiamento federal dos programas *abstinence-only* – característica muito marcada das políticas pós-pornográficas. Por estas e outras qualidades, sugiro que a pornografia feminista aproxima-se muito de um contra-discurso – uma resposta às questões levantadas naquele momento histórico – bem como de uma estratégia crítica específica voltada para releitura das políticas sexuais vigentes.

Estas características parecem ser igualmente verdadeiras para a nova geração de pornógrafas do século XXI que, não só mantiveram vivas as proposições do movimento, mas também expandiram-no consideravelmente através da criação de estúdios, e da inclusão de cineastas e *performers* de fora dos Estados Unidos. A pornografia tem um caráter

“cosmopolita” que advém desde a revolução do VHS e que se provou muito mais evidente na era pós-internet. Isso tudo parece ter relação não apenas como uma facilidade de distribuição relativa à tecnologia de rede, mas também com a falácia de que o sexo seria uma instância universal – inteligível para qualquer audiência cultural. Deste modo, seria impreciso crer que a aquisição deste tipo de material estaria vinculado a questões de localidade: o consumo da pornografia parece estar muito mais vinculado à preferência por determinadas práticas e fantasias, do que pela origem cultural das produções cinemáticas.

Manteve-se também, nesta nova geração de cineastas, a aproximação estreita com a academia e o ativismo político. Muitas das pornógrafas mais jovens vem de uma formação em áreas relacionadas às ciências sociais ou à sexualidade. A justaposição do movimento recente com teorias *queer* e teorias da performatividade fica ainda mais clara nas produções da última década que abusam da experimentação com referenciais gênero e da confusão de signos sexuais para provocar o espectador, e mesmo para excitá-lo. Isso não significa um distanciamento do projeto feminista que primeiro impulsionou o contra-discurso, mas reflete a própria aproximação da teoria feminista liberal com a teoria *queer* e o aparecimento do que Salomé Coelho (2009) chama de um “feminismo *queer*” da qual as estratégias pós-pornôs parecem estar muito próximas..

A pós-pornografia – desde os anos 80 até hoje – tem se erguido sobre uma proposta que interpreto da seguinte maneira: seu principal objetivo é o de fornecer referenciais alternativos e não-androcêntricos que possam vir a compor os roteiros sexuais de minorias eróticas historicamente oprimidas e invisibilizadas. Roteiros alternativos, no sentido de Gagnon e Simon, devem sim ser visto como estratégias de empoderamento uma vez que dão aos sujeitos autonomia crítica para desnaturalizar práticas consideradas hegemônicas, bem como usufruir de outras que lhes pareçam mais afinadas com suas preferências. Este é um dos pilares sobre o qual a pós-pornografia se sustenta enquanto crítica afiada e pertinente: através de sua proclamação de que não reivindicar o direito à representação das sexualidades alternativas, é deixar nas mãos do “opressor” a criação do repertório simbólico e dos roteiros sexuais que informarão as minorias sexuais.

Finalmente, uma das maneiras encontradas por este movimento de reivindicar a tecnologia e o dispositivo pornográfico e de subvertê-los, foi a de reimaginar sua iconografia. Este processo não será jamais concluído – até mesmo por que a pornografia *mainstream* é extremamente dinâmica e suscetível a transformações socioculturais. Disso decorre que podemos observar transformações interessantes nas produções pós-pornôs ao longo destas três décadas, sempre estreitamente vinculadas aos debates e teorias sociais mais correntes nos

estudos sobre gênero e sexualidade. O desafio parece sempre pairar no difícil paradoxo enfrentado por este tipo de cinema de manter-se simultaneamente próximo da iconosfera pornográfica, e distante do sexismo e falocentrismo do gênero. Este dilema é mais cuidadosamente analisado ao longo do quarto capítulo.

1.4 Dissenso, crítica e pertinência: a pós-pornografia reencontra o ativismo radical

O último capítulo da dissertação recupera várias discussões das seções precedentes entre as quais está o significado e a pertinência da disputa entre as teorias radical e liberal na atualidade. Este tensionamento reverbera em outros tópicos de preocupação feminista como, por exemplo, o relativo à prostituição e políticas sexuais referentes à indústria do sexo em geral. No entanto, tem sido justamente o ativismo radical que tem tido maior sucesso em dialogar com as instâncias e aparatos jurídico-legais do Estado no que diz respeito ao avanço destas questões. Essa aproximação estava clara no contexto oitentista, e permanece evidente nas discussões sobre direitos humanos e trabalho sexual contemporâneas.

Sugiro – talvez precipidamente – que o ativismo liberal e a teoria *queer* encontram dificuldade em dialogar com aparatos governamentais e institucionais, e acredito que a resistência seja recíproca. Isso se reflete nas políticas pós-pornográficas que, na minha interpretação, acabam por ser bem-sucedidas em apresentar alternativas de representação para minorias sexuais, em levantar questões que se refletem na produção acadêmica, em provocar sua audiência que vem quase integralmente de uma formação feminista; mas que não tem tanto êxito em estabelecer diálogo com uma audiência masculina heterossexual. Desse modo, as estratégias radicais permanecem extremamente relevantes – apesar dos problemas largamente apontados – no sentido de provocar a pós-pornografia a não apenas a disponibilizar ideologias sexuais alternativas, mas a confrontar mais diretamente os ideais sexistas hegemônicos deste tipo de mídia.

O desafio é, sem dúvida, dos mais difíceis. Como colocar sob suspeita um repertório cultural erótico tradicional no qual o falo é o totem de toda a sexualidade ocidental? O sistema é tão bem concatenado que, retirar o falo da equação equivale a alterar a natureza do material: o pornográfico e o obsceno exigem o falo; sem ele, não passam de insinuações ou imitações do sexo. Este é outro ponto que merece reflexão: não parece ser a ausência ou presença do pênis, da vagina, do dildo, da penetração, ou de seja lá qual outro ícone possamos destacar que confere à pornografia de qualquer tipo sua “veracidade”. O cinema adulto sexualmente “explícito” – feminista ou não – é uma tela branca através da qual vemos encenações com sombras. Mas por trás do lençol não há nada. A disponibilidade sexual

infinita dos prodígios do cinema erótico – tenham eles pênis enormes, pequenos, sejam eles malhados, gordos, baixos, caucasianos, asiáticos, etc. – só existe naquele universo narrativo semi-utópico da pornografia cinematográfica.

Parece-me, pessoalmente, que seria importante – e igualmente subversivo – que a pornografia feminista destacasse a genealogia fantástica deste tipo de narrativa. Não é – e nunca parece ter sido – o caso de simplesmente tornar o cinema adulto cada vez mais “realista”, ou, pelo menos, mais próximo de referenciais com os quais possamos nos identificar. Parece, por outro lado, ser o caso de pensarmos em novas maneiras de desenvolver um senso crítico social no qual a pornografia não seja mais a fonte principal de informações e verdades sobre o sexo para grande parte da população jovem e, provavelmente, também para a adulta. Existe, afinal, um valor inestimável no fato de que mulheres lésbicas, heterossexuais, transexuais, transgênero e *queer* tenham autonomia e agência para representar – e ver representadas – suas práticas e ideologias sexuais; mas mais fundamental que isso seria empreender espaços nos quais todos pudessem, sem embaraço, escárnio e temor, debater suas experiências e fantasias com pessoas igualmente capacitadas para lhes ouvir e informar.

2. Últimas Considerações

Uma das coisas que me atraiu para o tema da pós-pornografia foi a já citada multidimensionalidade da mesma enquanto objeto antropológico. O movimento pode ser visto mesmo como uma metáfora preciosa para o estado de nossas discussões epistemológicas e disciplinares no qual teoria social, política, ideologia, contexto, história e ativismo não podem ser separados exceto artificialmente. O que são as políticas pós-pornos senão teoria social? Como interpretar a atuação e a importância de atores com interesses tão múltiplos e filiações igualmente diversas e simultâneas? Como analisar cenários políticos tão intrincados? Na medida em que reconhecemos certa impotência diante da complexidade de nossos objetos, somos impelidos a admitir que nada no mundo social é uma coisa só.

Sendo assim, gosto de pensar nesta dissertação não apenas como uma análise de parte da historiografia deste projeto político pós-pornográfico, mas também – e talvez principalmente – como uma reflexão sobre a historiografia do movimento feminista e das transformações paradigmáticas e epistemológicas das ciências sociais. Também vejo este trabalho como um posicionamento pessoal em prol da democratização do conhecimento sexual, do debate, e de uma reivindicação pela proliferação de fontes e referenciais que nos permitam nos manifestar criticamente não apenas em relação à qualquer tipo de pornografia,

mas diante de qualquer aparato social que se proponha a revelar a “verdade” sobre a sexualidade.

Acredito, por fim, na plausibilidade – e creio mesmo que temos caminhado nesta direção – de uma “teoria radical do sexo”. Projetos vanguardistas, sólidos e teoricamente informados como a pós-pornografia; projetos que se deslocam entre esferas políticas, acadêmicas, culturais, midiáticas devem prosseguir sendo imaginados e empreendidos – e, quando necessário, criticados – no intuito de avançarmos politicamente nesta arena tão inacessível e escorregadia das políticas sexuais. No entanto, não podemos – deslumbrados por um futuro hipotético no qual o gênero perderá seu protagonismo sociocultural – deixar de lado a violência e a opressão do presente. Tão importante quanto mostrar que somos capazes, enquanto feministas, de realizar uma pornografia crítica, não-sexista e empoderadora das minorias, é denunciar a misoginia e a ideologia opressora de um produto cultural de consumo tão intenso e de dimensões tão significativas como é a pornografia *mainstream*. Tão importante quanto isto, é explicitar que a pornografia de grande circulação não é mais que o reflexo de uma tradição cultural sexista e perversa que se manifesta em plataformas muito menos eróticas que esta. E, finalmente, tão importante quanto isto, é dismantelar as falácias sexuais que obstruem avanços sociais importantes no trato da sexualidade enquanto instância fundamental da vida cultural. Talvez seja a hora de Lilith e Eva se reconciliarem e considerarem a possibilidade de seus tipos distintos de ação política e resistência terem um importante objetivo em comum: o de criar espaços mais seguros para que minorias historicamente oprimidas possam exercer o potencial de sua subjetividade.

REFERÊNCIAS

- ARCAND, Bernard. **El jaguar y el oso hormiguero**: antropología de la pornografía. Buenos Aires, Nueva Visión, 1993.
- BASILLIERE, Jenna. **Political is Personal**: scholarly manifestations of the feminist Sex Wars. Michigan: Feminist Studies 22 (1), 2009.
- BRADY, A. & SCHIRATO, T. **Understanding Judith Butler**. London, SAGE, 2011.
- BRIGHT, Susie. **Susie Bright Tels All**. 2009. Disponível em: <http://articles.latimes.com/1994-07-24/magazine/tm-19113_1_susie-bright/3>. Acesso em 26 já. 2014.
- COELHO, Salomé. **Por um feminismo Queer**: Beatriz Preciado e a pornografia como pretextos. Ex æquo, Porto, n.20, p. 29-40, 2009.
- DEPT. OF JUSTICE. **Final Report of the Attorney General's Commission on Pornography** Department of Justice. Government Printing Office. Washington, DC, 1986.
- DEPT. OF JUSTICE. **Report of the Presidential Commission on the Human Immunodeficiency Virus Epidemic**. Government Printing Office, Washington, DC, 1988.
- DUARTE, Luiz Fernandes Duarte. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In: **Sexualidades e Saberes** – convenções e fronteiras. Rio de Janeiro. Garamoud. 2004.
- DUGGAN, Lisa e HUNTER, Nan. (1996) **Sex Wars** – Essays on Sexual Dissent and American Politics. New York, Routledge, 2006.
- EISENSTEIN, Zillah. **Liberalism, Feminism and the Reagan State**: the Neoconservative Assault on (Sexual) Equality. The Socialist Register 23: p. 236–62, 1987.
- ESCOFFIER, E. **Introdução**. Em: Gagnon, J. H, organizador. Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- FERNANDO, V. S. **The Adventurous Lesbian**: On Our Backs and the Feminist “Sex Wars”. 201?. Disponível em: <<http://writingforstrangers.com/writing/the-adventurous-lesbian-on-our-backs-and-the-feminist-sex-wars/>> . Acesso em 26 de jan. 2014.
- FOUCAULT, Michel. (1976) História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 2012.
- GAGNON, John H.. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre sexualidade. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2006.
- GARCIA, J. & PARKER, R. **From global discourse to local action**: the makings of a sexual rights movement? Horizontes Antropológicos, 2007.

HOWELL, M. **The History of Abstinence-Only Funding**. 2007. Disponível em: <<http://www.advocatesforyouth.org/publications/429?task=view>>. Acesso em 26 de jan. 2014.

LaBELLE, Beverly. The Propaganda of Misogyny. In: **Take Back the Night**. Ed. Laura Lederer. New York, 1980.

LARAIA, Roque. **Jardim do Éden revisitado**. Em: Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v. 40 n.1. p. 149-164, 1997.

LEITE Jr., Jorge. **Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros**. *Cadernos Pagu* [online]. 2012, n.38, pp. 99-128.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, Cosac& Naify, 2003.

MARTIN, B. **The Other Eighties: A Secret History of America in the Age of Reagan**. New York: Hill and Wang, 2011.

MENESES, U. T. B. **Rumo a uma História Visual**. In: MARTINS, José de Souza *et al.* (eds.), *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2005.

MUYBRIDGE, E. (1887) **Muybridge's Complete Human and Animal Locomotion**. Nova York: Courier Dover Publications, 1979.

O'SHEA, Jim. **An Evening with Club 90: Golden Girls of Porn at the Museum of Sex**. 2012. Disponível em: <<http://www.prweb.com/releases/2012/6/prweb9576686.htm>>. Acesso em 26 jan. 2014.

OLIVAR, J. Prostituição feminina e direitos sexuais: diálogos possíveis?. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. CLAM/IMS/UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

PRECIADO, Beatriz. **Multitudes queer**. Revista *Multitudes*, n.12. 2004. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer,1465>> Acesso em: 09 de Abril de 2013.

_____. **Museo, basura urbana y pornografía**, Em: *Cuerpos Frontera* Zehar, No. 64, San Sebastián, pp. 38-47. 2009^a.

PHETERSON, Gail. **The prostitution prism**. Amsterdam, Amsterdam University Press. 1996.

PSCITELLI, A.; GREGORI, M. & CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e Saberes: convicções e fronteiras**, pp 81-94. Rio de Janeiro, Garamond. 2004.

RUBIN, G.. **Misguided, Dangerous and Wrong: An Analysis of Anti-Pornography Politics**. ASSITER & CAROL (Eds.), *Bad Girls and Dirty Pictures* (pp. 18-40). London, Pluto Press. 1993.

_____. (1984). Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: PARKER & AGGLETON (eds.). **Culture, Society and Sexuality: A reader**. New York: Routledge. p. 143-178. 1999.

_____. (2004) **Samois: Leather Times**. Disponível em: <<http://www.leatherarchives.org/resources/issue21.pdf>>. Acesso em: 09 de Abril de 2013.

SCERBA, A. **Changing Literary Representations of Lilith and Evolution of a Mythical Heroine**. 1995. Disponível em: <<http://feminism.eserver.org/theory/papers/lilith/>> Acesso em: 09 de Abril de 2013.

TAORMINO, Tristan. **What is feminist porn?** 2011. Disponível em: <<http://puckerup.com/feminist-porn/what-is-fp>> Acesso em: 09 de Abril de 2013.

THORN, Clarisse. **Sympathy For Anti-porn Feminists**. 2010. Disponível em: <<http://clarissethorn.com/2010/08/16/storytime-sympathy-for-the-anti-porn-feminists/>> Acesso em: 09 de Abril de 2013.

VALDISERRI, R. O. Thirty years of AIDS in America: A story of infinite hope. **AIDS Education and Prevention**, n. 23(6), pp. 479-494. 2011.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, Politics and Society: The regulations of sexuality since 1800**. London, Longman, 1981.

WILLIAMS, Linda (1989). **Hard Core: Power, Pleasure and the "Frenzy of the Visible"**. University of California Press, LTD. 1999.

VANCE, C. S. (1991) **A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico**. Physis. Revista de Saúde Coletiva. Vol. 5, nº 1, pp. 7-31. IMS/UERJ, Relume-Dumará. 1995.

VERA, V. **The Post Porn Modernist Manifesto**. 1989.

ZIPLOW, S. **The Film Maker's Guide to Pornography**. New York, Drake. 1977.